

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA (PPGLIN)

VÂNIA RAQUEL SANTOS AMORIM

**A GRAMATICALIZAÇÃO DO SUBJUNTIVO: UM ESTUDO DO PORTUGUÊS
POPULAR**

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

2015

VÂNIA RAQUEL SANTOS AMORIM

**A GRAMATICALIZAÇÃO DO SUBJUNTIVO: UM ESTUDO DO PORTUGUÊS
POPULAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise de Línguas Naturais

Orientadora: Profa. Dra. Valéria Viana Sousa

Coorientador: Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

2015

Amorim, Vânia Raquel Santos.

A545g A gramaticalização do subjuntivo: um estudo do português popular / Vânia Raquel Santos Amorim; orientadora: Valéria Viana Sousa; coorientador: Jorge Augusto Ales da Silva. – Vitória da Conquista, 2015.
146f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2015.

Inclui referências.

1. Gramática (Língua portuguesa) – Modo subjuntivo. I. Sousa, Valéria Viana. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. T.

CDD: 469.5

Catálogo na fonte: Elinei Carvalho Santana – CRB 5/1026

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Grammarization of the subjunctive: a study of popular Portuguese

Palavras-chave em inglês: Subjunctive mood. Verbal mood. Modality. Stratification / variation. Grammaticalization.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora: Profa. Dra. Valéria Viana Sousa (Presidente-Orientadora); Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (Coorientador-UESB); Profa. Dra. Cristiane Namiuti Temponi (UESB); Profa. Dra. Hebe Macedo de Carvalho (UFC)

Data da defesa: 20 de fevereiro de 2015

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

VÂNIA RAQUEL SANTOS AMORIM

**A GRAMATICALIZAÇÃO DO SUBJUNTIVO: UM ESTUDO DO PORTUGUÊS
POPULAR**

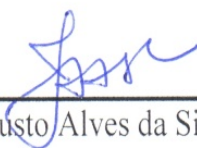
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 20 de fevereiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Valéria Viana Sousa (UESB)
(Orientadora)



Prof. Dr. Jorge Augusto Alves da Silva (UESB)
(Coorientador)



Prof. Dra. Cristiane Namiuti Temponi (UESB)



Prof. Dra. Hebe Macedo de Carvalho (UFC)

A Deus que me instruiu e me ensinou o caminho que devia seguir. Guiou-me com os seus olhos.

AGRADECIMENTOS

A única certeza que tinha é que existia um caminho a seguir. Não estava certa do que encontraria nesse percurso. O sonho deveria ser uma ponte, mas quem me ajudaria nessa travessia quando, porventura, o verbo no subjuntivo FOSSE conjugado? De onde viriam as forças e o entusiasmo nos momentos de VARIAÇÃO? Busquei o suporte na teoria adequada para resolver as situações VARIÁVEIS, fazendo do medo uma escada e colocando-me de prontidão diante da vereda da vida e, assim, Deus dirigiu os meus passos pelos seus caminhos, me cingiu de força e aperfeiçoou a minha trajetória. Escolheu anjos sorridentes para que meu coração tivesse abundância de alegria e para que estendessem as mãos quando eu tropeçasse diante das pedras do caminho. E são a esses anjos, postos no meu destino, a razão de eu ter um coração tão grato e ter um cântico novo todos os dias nos meus lábios.

Ao meu amado e precioso anjo **Jeozadaque**, vão os meus agradecimentos, pela companhia, cumplicidade, amizade, otimismo e compreensão. Por ter sonhado o meu sonho e ter me dado de presente pares de sapatos de algodão para que a minha trajetória fosse leve e serenamente galgada da forma mais confortável. Por me iluminar com o brilho dos seus olhos e o encanto do seu sorriso. Por caminhar na mesma direção.

Aos meus pais **Jaime e Ediléia**, anjos da instrução, construtores da minha essência, pelos ensinamentos religiosos, morais e éticos. Pelas constantes orações.

À minha orientadora, **Valéria Viana Sousa**, anjo da sabedoria, responsabilidade, dedicação e diligência. Com ela me senti segura de que a trilha seria percorrida, ainda, que, no caminho, as pedras da VARIAÇÃO aparecessem... tinha a certeza que chegaríamos a um destino ESTÁVEL. Caminhei em uma estrada cheia de grandes descobertas, na qual foi possível compartilhar sonhos e grandes expectativas com esse anjo... encontrei nessa trilha uma companheira que esteve sempre ao meu lado de mãos dadas comigo. Uma amiga que caminhou sonhando comigo e torcendo pela minha, nossa conquista!

Ao meu coorientador **Jorge Augusto Alves da Silva**, anjo da sabedoria, p contribuições à pesquisa, pelo cuidado, pelo carinho, pelo grande coração!

Aos professores da Pós-graduação, anjos do conhecimento: **Valéria, Jorge Augusto, Cristiane Namiuti, Vera, Adilson, Jorge Viana, Jorge Miranda, Cristiane Dall' Cortivo e Nirvana**.

Aos integrantes do **Grupo de Pesquisa Janus**, anjos da cooperação, por terem me recebido de braços abertos. Foram grandes emoções vividas nesta grande família! A união, de fato, faz a força!

À **Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia**, UESB, pela concessão de Bolsa de estudo.

Aos funcionários, anjos da informação. Em especial, a **Jonathan**, pelo carinho, pela atenção.

Aos mestres da Graduação **Zilda Freitas, Luiz Eduardo, Adriana Abreu, Tânia Torreão, Elane Nardotto, André Faria, Juvanete Alves, Marcos Salviano, Ana Sayonara, Zilda Silva, Adelita, Sonilda, Mateus, Luciene, Valéria Lessa, Rosângela Fagundes, Cristiane Caiteté, Ariceneide** e, em especial, a professora amiga **Rosana Ferreira Alves**, anjo dos sonhos, que me mostrou os horizontes da Linguística e a possibilidade de mergulhar e me aprofundar no universo das ciências. Sonhou o meu sonho, me apontou o caminho, emocionou-se com a minha vitória e torceu por minha trajetória.

À amiga **Cristiane**, anjo da amizade, minha amiga-irmã de todas às horas.

Às amigas **Lucinéia** e **Ione**, anjos do sorriso e da alegria, que fizeram a minha caminhada ser mais leve, mais descontraída e mais fácil de ser vivida.

Aos meus irmãos **Jaime Júnior, Silvia Letícia** e **Núbia Reginna**; a minha cunhada **Jeilza**; a **Têca**, minha mãe emprestada e todos os amigos e parentes, anjos da torcida e do apoio nessa minha jornada.

A todos vocês, anjos que me acompanharam nesta jornada, para cada mão estendida para cada sorriso, para cada palavra de força, os meus singelos agradecimentos!

Poema Anônimo

O poema que não fiz
(mas sempre canto)
está mais em mim
que muitos...
 (pouco que escrevi)
é o mais inconstante
 indefinido
dos poemas que vivi

o poema que não fiz
traduz meu mundo
está implícito...
 único
 em meu verso
já não sei quem sou
 quem ele é
- fundiram-se todos os limites

o poema que não fiz
sorri comigo e sofre
e dorme e finge...
pensa a anônima forma
só para não ser,
 enfim, subjuntivo.

o poema que não fiz
surge do nada
e conspira a relatividade do tudo
(é a razão variável do verbo)
não há palavras
não há gestos
 metáforas...
 tinta
que o descreva

o poema que não fiz
(mas sempre canto)
fecunda a própria poesia
Que me seduz a vida inteira.

RESUMO

Neste trabalho, investigamos a variação/estratificação do modo subjuntivo na língua falada de Vitória da Conquista-BA. A pesquisa conjuga pressupostos teóricos da Sociolinguística e do Funcionalismo tomando como referência, sobretudo, Weinreich, Labov, Herzog (2006); Labov (2008) e Hopper (1991); Neves (1997) e Givón (2001, 2011). O nosso objetivo está centrado em investigar indícios de variação do modo subjuntivo em orações completivas introduzidas pelo complementizador *que* e em orações parentéticas iniciadas pelo *que*, levando em conta fatores de ordem estrutural e social. Os dados para a pesquisa são constituídos por uma amostra de 24 informantes extraídos do *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista (*Corpus* PPVC). Os dados foram submetidos ao sistema analítico GoldVarb. No estudo quantitativo, do ponto de vista dos fatores linguísticos, na rodada reunindo as orações completivas e parentéticas, o grupo de fator *tipo de oração* indicou um grande índice frequencial de uso do subjuntivo em orações completivas. Dentre os demais resultados, tanto na análise conjunta dos dados como em contexto sintático de oração completiva, o subjuntivo foi favorecido através do valor semântico do verbo da oração matriz associado à modalidade deôntica (*irrealis*) e pela presença das orações afirmativas (estrutura da assertividade da oração). Em relação aos fatores extralinguísticos, na rodada geral como em contexto de completiva, os dados revelam que a variante mais prestigiada concentra-se na fala do gênero/sexo feminino. Também, nossa pesquisa evidencia que o nível de escolaridade, ainda que precário, exerce influência no uso do subjuntivo. Em contexto de oração parentética, observamos que o subjuntivo é desfavorecido nesse contexto sintático e o escopo da negação não exerce influência na aquisição de forma do subjuntivo. Em termos gerais, o resultado dessa pesquisa, do ponto de vista sociolinguístico, sinaliza uma variação estável e, do ponto de vista funcionalista, encontra respaldo no Processo de Gramaticalização. Essa pesquisa tem a sua relevância por oferecer uma contribuição a respeito do subjuntivo na amostra de fala conquistense àqueles pesquisadores que pretendem realizar estudos desse fenômeno linguístico, podendo colaborar no fortalecimento de hipóteses e de resultados que, porventura, forem encontrados ou servir como um diálogo para aquelas pesquisas nas quais sejam apontadas novas tendências.

PALAVRAS-CHAVE

Subjuntivo. Modo verbal. Modalidade. Estratificação/variação. Gramaticalização.

ABSTRACT

In this survey, we investigate the variation/stratification of the subjunctive mood in the spoken language of Vitoria da Conquista, Bahia. The research combines theoretical principles of Sociolinguistics and Functionalism with as references mainly Weinreich, Labov, Herzog (2006); Labov (2008) and Hopper (1991); Neves (1997) and Givón (2001, 2011). Our aim is focused on investigating the subjunctive mood variation indications in dependent clauses introduced by the complementizer *que* (that) and parenthetical clauses initiated by *que*, taking into account structural and social factors. The data for the research are constituted by a sample of 24 informants drawn from the *Corpus* of Popular Portuguese of Vitória da Conquista (*Português Popular de Vitória da Conquista - Corpus PPVC*) and were submitted to the analytical system GoldVarb. In this quantitative study, from the point of view of linguistic factors, in the round reuniting the dependent and parenthetical clauses, the factor group *type of clause* indicated a high frequency index of subjunctive use in dependent clauses. Among the other results, both in data analysis and syntactic context of the dependent clause, the subjunctive mood was favored through the semantic value of the main clause's verb associated to the deontic modality (*irrealis*) and the presence of affirmative clauses (assertiveness structure of the clause). Regarding the extralinguistic factors, in the general round as well as in dependence context, the data show that the most prestigious variant is concentrated in the female gender's speech. Our research also shows that the education level, even though precarious, influences the subjunctive's mood use. In parenthetical clause context, we observed that the subjunctive mood is disfavored in that syntactic context and the negation scope has no effect on subjunctive form acquisition. Overall, the result of this research, from the sociolinguistic point of view, signalizes a stable variation and from the functionalist point of view, finds support in the Grammaticalization Process. This research has its relevance for offering a contribution about the subjunctive mood in the PPVC speech sample to those researchers wishing to carry out studies of this linguistic phenomenon and can cooperate in strengthening hypotheses and results that, perhaps, could be found or serve as a dialogue to those studies that indicate new trends.

KEYWORDS

Subjunctive mood. Verbal mood. Modality. Stratification/variation. Grammaticalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Categoria tempo

38

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Conjugação latina x conjugação portuguesa	21
Quadro 2: Interpretação comunicativo-pragmática das modalidades a partir da tradição lógica	36
Quadro 3: Informantes da comunidade de Vitória da Conquista- BA	74
Quadro 4: Distribuição dos verbos da oração matriz em relação ao traço semântica	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Variação do modo subjuntivo	88
Gráfico 2: Formas do indicativo em contexto de subjuntivo	92
Gráfico 3: Variação do subjuntivo no grupo de fator faixa etária na rodada geral	108
Gráfico 4: Variação do subjuntivo no grupo de fator faixa etária em contexto de completiva	121
Gráfico 5: Variação do subjuntivo em contexto de oração parentética	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Modo indicativo x modo subjuntivo	85
Tabela 2: Atuação da variável tipo de oração na variação do subjuntivo	91
Tabela 3: Atuação da variável tipo de verbo da oração matriz na variação do subjuntivo	94
Tabela 4: Atuação da modalidade na oração matriz na variação do subjuntivo	98
Tabela 5: Atuação dos submodos deôntico e epistêmico na variação do modo subjuntivo	98
Tabela 6: Atuação da variável estrutura da assertividade da oração na variação do subjuntivo	100
Tabela 7: Uso do subjuntivo em asserções afirmativas	102
Tabela 8: Atuação da variável gênero/sexo na variação do subjuntivo	104
Tabela 9: Atuação da variável faixa etária na variação do subjuntivo	108
Tabela 10: Atuação da variável nível de escolaridade na variação do subjuntivo	110
Tabela 11: Atuação da variável tempo verbal da oração principal	113
Tabela 12: Atuação da variável pessoa do verbo da oração matriz	113
Tabela 13: Modo indicativo x modo subjuntivo	115
Tabela 14: Atuação da variável tipo de verbo da oração matriz em contexto de completiva	115
Tabela 15: Atuação dos submodos deôntico e epistêmico	116
Tabela 16: Atuação da variável estrutura da assertividade da oração em contexto de completiva	117
Tabela 17: Uso do subjuntivo em asserções afirmativas em contexto de completiva	118
Tabela 18: Atuação da variável gênero/sexo em contexto de completiva	119
Tabela 19: Atuação da variável faixa etária em contexto de completiva	120
Tabela 20: Atuação da variável nível de escolaridade em contexto de completiva	122
Tabela 21: Atuação da variável tipo de oração substantiva em contexto de completiva	123
Tabela 22: Atuação da variável tempo verbal da oração matriz em contexto de completiva	124
Tabela 23: Atuação da variável pessoa do verbo da oração matriz em contexto de completiva	124
Tabela 24: Variação do subjuntivo em contexto de parentética	126
Tabela 25: Atuação da variável estrutura da assertividade da oração em contexto de parentética	128

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 HIPÓTESES E OBJETIVOS	17
2.1 O PERCURSO HISTÓRICO DO SUBJUNTIVO: DA TRADIÇÃO LATINA AO PORTUGUÊS	20
2.1.1 O tratamento dos modos indicativo e subjuntivo na gramática do Latim Vulgar de Maurer Jr	22
2.1.2 Outras evidências da variação do modo subjuntivo em antecedentes históricos....	25
2.2 O TRATAMENTO DO MODO INDICATIVO E SUBJUNTIVO NA TRADIÇÃO GRAMATICAL....	28
2.2.1 O tratamento dos modos indicativo e subjuntivo nas Gramáticas Normativas.....	29
2.2.1.1 A subordinação	29
2.2.2 O modo verbal das orações parentéticas	33
2.3 MODO, MODALIDADE E TEMPO	33
2.4 ESTUDOS DA TRADIÇÃO LINGUÍSTICA.....	39
3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	49
3.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA TEORIA DA VARIAÇÃO.....	49
3.1.1 Percurso histórico da Teoria da Variação	49
3.1.2 A variação e mudança linguística.....	53
3.1.2.1 A variação linguística	54
3.1.2.2 A mudança linguística	55
3.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO FUNCIONALISMO.....	57
3.2.1 Situando alguns estudos funcionalistas.....	58
3.2.2 Entendendo as definições e princípios da Gramaticalização	59
3.3 SOBRE SOCIOFUNCIONALISMO	63
3.3.1 O Funcionalismo e a Sociolinguística: teorias em diálogo	65
3.3.2 Divergências epistemológicas no hibridismo entre a Sociolinguística e o Funcionalismo	68
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	73
4.1 A COLETA DOS DADOS.....	73
4.2 A ENTREVISTA	75
4.2.1 A representação da cidade de Vitória da Conquista	75
4.3 A VARIÁVEL DEPENDENTE.....	77
4.4 AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES.....	77
4.4.1 As variáveis linguísticas (estruturais)	77

4.4.1.1 A variável tipo de oração	77
4.4.1.2 A variável modalidade na oração matriz.....	78
4.4.1.3 A variável tipo de verbo da oração matriz.....	78
4.4.1.4 A variável estrutura de assertividade da oração	79
4.4.1.5 A variável tempo verbal da oração principal	79
4.4.1.6 A variável tempo verbal da oração completiva	79
4.4.1.7 A variável pessoa do verbo da oração matriz.....	80
4.4.2 As variáveis extralinguísticas (sociais).....	80
4.4.2.1 A variável gênero/sexo.....	80
4.4.2.2 A variável faixa etária.....	81
4.4.2.3 A variável nível de escolaridade	81
4.4.3 Critérios de exclusão de dados.....	82
5 ANÁLISE DOS DADOS.....	83
5.1 RESULTADOS GERAIS.....	83
5.1.1 Resultados das variáveis linguísticas.....	89
5.1.1.1 Resultado da variável tipo de oração.....	89
5.1.1.2 Resultado da variável tipo de verbo da oração matriz.....	92
5.1.1.3 Resultado da variável modalidade na oração matriz.....	96
5.1.1.4 Resultado da variável estrutura da assertividade da oração	98
5.1.1.5 Conclusão das variáveis linguísticas.....	102
5.1.2 Resultado das variáveis extralinguísticas	102
5.1.2.1 Resultado da variável gênero/ sexo	103
5.1.2.2 Resultado da variável faixa etária.....	106
5.1.2.3 Resultado da variável nível de escolaridade.....	108
5.1.2.4 Conclusão das variáveis extralinguísticas	111
5.1.3 Resultado das variáveis não selecionadas	111
5.2 RESULTADO DA VARIAÇÃO DO SUBJUNTIVO EM CONTEXTO DE ORAÇÃO COMPLETIVA	112
5.2.1 Resultado das variáveis linguísticas em contexto de completiva	112
5.2.1.1 Resultado da variável tipo de verbo da oração matriz em contexto de completiva.	113
5.2.1.2 Resultado da variável modalidade na oração matriz em contexto de completiva ..	115
5.2.1.3 Resultado da variável estrutura da assertividade da oração em contexto de completiva.....	115
5.2.1.4 Conclusão das variáveis linguísticas em contexto de oração completiva	117
5.2.2 Resultado das variáveis extralinguísticas em contexto de completiva	117

<i>5.2.2.1 Resultado da variável gênero/sexo em contexto de completiva.....</i>	<i>117</i>
<i>5.2.2.2 Resultado da variável faixa etária em contexto de completiva.....</i>	<i>118</i>
<i>5.2.2.3 Resultado da variável nível de escolaridade em contexto de completiva</i>	<i>120</i>
<i>5.2.2.4 Conclusão das variáveis extralinguísticas em contexto de completiva</i>	<i>121</i>
5.2.3 Resultados das variáveis não selecionadas em contexto de completiva	121
5.3 RESULTADO DA VARIAÇÃO DO SUBJUNTIVO EM CONTEXTO DE ORAÇÃO PARENTÉTICA	123
5.3.1 Resultado da variável estrutura da assertividade da oração em contexto de parentética	126
5.3.2 Conclusão da análise das orações parentéticas	127
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	132
ANEXOS	139

1 INTRODUÇÃO

É consensual, nas teorias linguísticas, a compreensão de que as línguas naturais estão em constante variação e mudança. Partindo dessa consideração, este trabalho é direcionado pela visão de que a língua é dinâmica e a gramática da língua é moldada a partir das necessidades de comunicação e suscetível a constantes mudanças devidas às pressões de uso pelos falantes.

Cientes de que a variação/mudança no sistema linguístico não é um processo engessado, mas tem relação com as estratégias comunicativas buscadas pelos usuários no diversos contextos de uso, buscamos compreender quais as forças linguísticas e extralinguísticas presentes na língua motivam os falantes à variação do modo subjuntivo.

Devido, muitas vezes, à supervalorização dos postulados canônicos, ficam, então, as lacunas de uma descrição do vernáculo¹ em uso. Pensando nessa lacuna existente entre o uso real e o uso (tido como) ideal da língua, nos valores nocionais impostos e nos limites da Gramática Normativa em relação ao estudo atual da língua, propomo-nos a investigar a concomitância entre os modos subjuntivo e indicativo na língua em uso pelos falantes. Acreditamos que esse estudo trará relevantes contribuições para a compreensão da realidade linguística da comunidade de fala de Vitória da Conquista no que tange o uso do modo subjuntivo.

O interesse em analisar a variação do modo subjuntivo se justifica pelo fato de nos depararmos com o seguinte impasse: na Tradição Gramatical, não há uma descrição teórica satisfatória do emprego do subjuntivo para explicar a sua alternância pela forma indicativa no uso real da língua. Diante dessa problemática, assim como Vieira (2007), buscamos responder o seguinte problema-questão: Partindo do pressuposto de que ocorra covariação entre formas do subjuntivo e formas do indicativo, realizadas pelos usuários da língua em situações em que a Gramática Normativa não preconiza, perguntamo-nos quais fatores condicionam tal fenômeno.

1.1 HIPÓTESES E OBJETIVOS

Tendo em vista os trabalhos registrados na Literatura Linguística (BIANCHET, 1996; GALEMBECK, 1999; ALVES NETA, 2006; MEIRA, 2006; CARVALHO, 2007; VIEIRA,

¹ O vocábulo “vernáculo” é tratado aqui em termos labovianos que será explicado na seção II desse trabalho.

2007; ALVES, 2009; PIMPÃO, 2012 e LIMA, 2012), elegemos a seguinte hipótese: Na fala da comunidade conquistense, o uso do modo subjuntivo está passando por um Processo de Gramaticalização, e a alternância entre as formas do indicativo e subjuntivo, em contexto em que a Gramática Normativa prescreve o modo subjuntivo, está correlacionada a fatores de ordem linguística (estrutural) e de ordem extralinguística (social).

Do ponto de vista linguístico, hipotetizamos que: (i) a variação do modo subjuntivo, em orações completivas, está condicionada à força modal do verbo que se encontra na oração matriz; (ii) o tipo de modalidade, o tipo de oração, a estrutura da assertividade da oração, o tempo verbal da oração principal e da oração completiva e a pessoa do verbo da oração matriz são fatores que condicionam à seleção do modo verbal na estrutura de complementação.

Do ponto de vista extralinguístico, hipotetizamos que: (i) com relação ao gênero/sexo, os informantes do gênero/sexo feminino usam mais a forma subjuntiva do que os informantes do gênero/sexo masculino; (ii) referente à Faixa Etária, os informantes da Faixa Etária I utilizam mais a forma inovadora, forma indicativa em contexto de subjuntivo, do que os informantes das Faixas II e III; (iii) concernente ao grau de escolaridade, os informantes com alguma escolaridade, ainda que precária, fazem uso do subjuntivo de forma mais recorrente do que os informantes que não tiveram nenhuma escolaridade.

A fim de validarmos essas hipóteses, traçamos os seguintes objetivos:

Objetivo Central:

Investigar indícios de variação do modo subjuntivo em orações completivas introduzidas pelo complementizador *que* e em orações parentéticas iniciadas pelo *que* no Português falado na cidade de Vitória da Conquista.

Objetivos específicos:

- (i) Analisar os contextos favoráveis à alternância dos modos subjuntivo e indicativo no *Corpus PPVC* em orações completivas introduzidas pelo complementizador *que* e em orações parentéticas iniciadas pelo *que*.
- (ii) Analisar de forma qualitativa e quantitativa a alternância do modo presente do subjuntivo/indicativo, levando em conta fatores de ordem estrutural e social considerando a teoria Sociolinguística e (Socio)funcionalista.

A presente dissertação compõe-se de cinco seções, a saber: Nesta seção 1, apresentamos as hipóteses e objetivos do trabalho. A seção 2 intitulada *Panorama do estudo do subjuntivo* destina-se a traçar um percurso histórico do modo subjuntivo desde a Tradição Latina ao Português, bem como tratar de categorias como modo e modalidade e da descrição de pesquisas que tratam do uso variável do modo subjuntivo retomados da Literatura Linguística.

Na seção 3, com o tema *Pressupostos teóricos*, abordamos os postulados da Sociolinguística, do Funcionalismo e a interface entre essas teorias, denominada de Sociofuncionalismo. Ademais, tratamos, no âmbito da abordagem dessas teorias, temas como variação e mudança linguística, resgatando, por certo, alguns teóricos e trabalhos desenvolvidos nesses campos.

Na seção 4, nomeada de *Procedimentos metodológicos* trazemos o *Corpus* da nossa pesquisa, abordamos a respeito da entrevista de natureza sociolinguística, da representação da cidade de Vitória da Conquista, do envelope de variação e das variáveis linguísticas (Tipo de oração; modalidade na oração matriz; tipo de verbo da oração matriz; estrutura da assertividade da oração; tempo verbal da oração principal; tempo verbal da oração completiva e pessoa do verbo da oração matriz) e das variáveis extralinguísticas (gênero/sexo - masculino/feminino, faixa etária - Faixa I: de 15 a 35 anos; Faixa II: de 36 a 70 anos; Faixa III com mais de 70 anos de idade e grau de escolaridade - sem escolaridade ou até 5 anos de escolarização) selecionadas para a análise. Os dados foram submetidos ao sistema analítico GoldVarb.

Na seção 5, intitulada *Análise dos dados*, apresentamos as discussões dos resultados da pesquisa referentes à amostra de fala do *Corpus* PPVC considerando os resultados percentuais e probabilísticos apontados pelo programa GoldVarb em relação às variáveis linguísticas e extralinguísticas.

Por fim, nas *Considerações Finais*, retomamos alguns resultados obtidos na pesquisa, ratificando a hipótese de que o subjuntivo está passando por um Processo de Gramaticalização.

2 PANORAMA DO ESTUDO DO SUBJUNTIVO

Na presente seção, buscamos traçar, primeiramente, um percurso histórico do modo subjuntivo desde a Tradição Latina ao Português, observando, então, como esse modo foi interpretado nas Línguas Românicas e, especialmente, no Português. Sabe-se que a Tradição Gramatical Portuguesa foi constituída a partir dos parâmetros da Gramática Latina, justificamos, assim, o resgate desse estudo através do percurso histórico para entendermos como aconteceu a constituição/definição do modo subjuntivo na Língua Portuguesa.

Buscamos, também, evidências de variação do modo subjuntivo em antecedentes históricos a fim de descobrir os fatores que condicionavam a alternância entre as formas indicativas e subjuntivas em contexto de subjuntivo.

Na sequência do texto, apresentaremos os modos indicativo e subjuntivo na Tradição Gramatical e realizaremos uma abordagem, também, a respeito das orações subordinadas substantivas e parentéticas, contextos esses delimitados para a análise dos dados. Seguiremos tratando das categorias modo e modalidade e finalizaremos a seção com uma revisão da literatura de estudos/ pesquisas que tratam da variação do modo subjuntivo.

2.1 O PERCURSO HISTÓRICO DO SUBJUNTIVO: DA TRADIÇÃO LATINA AO PORTUGUÊS

Cardoso (2001) expõe que, no Latim, o modo indicativo constitui-se como o modo das ações reais, verossímeis, e o modo subjuntivo, por sua vez, como o modo das ações irreais, eventuais.

Coutinho (2011) registra que, apesar da maior parte dos tempos das conjugações no Latim se conservarem na Língua Portuguesa com emprego idêntico, alguns usos se desdobraram em novas funções, outras realizações desapareceram, o que ocorreu ainda no Latim Vulgar ou, mais provavelmente, no romance, provocando, assim, a necessidade de se criarem novos tempos para substituírem essas formas. As novas formas geradas foram o futuro, o condicional, as formas analíticas do presente e imperfeito da voz passiva, os tempos compostos.

Segue, abaixo, quadro comparativo da conjugação latina e sua forma correspondente no Português, no que se refere aos tempos que se perderam ou assumiram novas funções, retirado de Carvalho e Nascimento (1987). Aqui, se fará restrição apenas ao modo indicativo e subjuntivo, em função da ênfase desse trabalho pautar-se no estudo da variação deste modo com o indicativo.

Quadro 1: Conjugação latina x conjugação portuguesa

I -Modo Indicativo		
Presente amo > eu amo	Pret. Imperf. amabam > amava	Futuro Imp. amabo > (amarei)
Pret. Perf. amavi > eu ame	Pret. + que Perf. amaram > eu amara	Futuro Perf. amaro > (terei amado)
II – Modo Subjuntivo		
Presente Amem > eu ame	Pret. Imperf. Amarem > (amasse)	Pret. Perf. Amarim > (tenha amado)
Pret. + que Perf. Amassem > (tivesse amado)	Futuro Perf. x > (eu amar)	

Consoante Carvalho e Nascimento (1987), nos tempos do *infectum*, a forma correspondente do pretérito imperfeito do subjuntivo desapareceu. A forma *amasse*, no Português, derivou-se do pretérito mais que perfeito do Latim (*amassent* > *amasse*) que é, na verdade, um tempo que adquiriu uma nova função.

Não se encontra o futuro do subjuntivo em Latim, por esta razão, a forma “quando eu amar”, no Português, apresenta-se como uma nova função. Esta forma verbal é proveniente de um equívoco que se deu entre as formas do futuro perfeito e o pretérito perfeito do subjuntivo, formas estas que são muito parecidas no Latim.

Carvalho e Nascimento (1987) ainda registram que, nos tempos do *perfectum*, desapareceram formas verbais correspondentes em Português, apresentando, assim, formas compostas: o futuro perfeito; o pretérito perfeito do subjuntivo; o pretérito mais que perfeito do subjuntivo; o infinitivo perfeito.

Apesar da criação de novas formas verbais na Língua Portuguesa em virtude de algumas perdas de formas verbais no Latim, observamos que, tanto na Língua Latina como na Língua Portuguesa, as definições dos modos subjuntivo e indicativo centram-se na tipologia binária “incerteza” e “certeza” do fato expresso.

O que buscamos, agora, é compreender como esses modos verbais eram tratados no Latim Vulgar e se havia, nessa época, evidências de variação do modo subjuntivo. Para isso, utilizaremos o gramático Maurer Jr (1959) e discorreremos desse assunto na próxima subseção.

2.1.1 O tratamento dos modos indicativo e subjuntivo na gramática do Latim Vulgar de Maurer Jr

Maurer Jr (1959) registra que os modos indicativo, subjuntivo e o imperativo do verbo latino permaneceram no uso vulgar. No que se refere ao uso do modo subjuntivo, esse é empregado de forma reduzida na Língua Vulgar quando comparado esse uso na Língua Clássica, na época do classicismo de Cícero e César, bem como na época imperial.

Ao tratar o subjuntivo como o *modo da subordinação*, ele afirma que essa era uma característica da sintaxe do Latim Clássico. A sintaxe do Latim Vulgar não conservou muito esse *modo da subordinação*. De acordo com Maurer Jr. (1959, p. 178), “o aspecto mais característico da sintaxe do verbo no latim vulgar” em relação à grande limitação do modo subjuntivo, está relacionada ao seu emprego por formas do indicativo em muitas de suas funções. Isso porque a sintaxe do Latim Vulgar em razão do caráter mais paratático na construção do período conduziu o uso menor da hipotaxe e, conseqüentemente, o emprego maior de formas do indicativo.

Seguem algumas evidências de uso do modo indicativo em lugar do subjuntivo clássico que são descritas:

- 1) *Na interrogação subjetiva de deliberação* - exprime dúvida ou ainda incerteza como no exemplo: clássico *quid respondeam?* (Que eu responda) Maurer Jr (1959, p.178) expressa que “É o único caso em que se perdeu uma aplicação do subjuntivo volitivo”.
- 2) *Na oração potencial independente* - no exemplo “Dicat quis me rem neglexisse = dirá alguém (ou, poderá alguém dizer) que eu negligencieei o assunto” (MAURER JR, 1959, p.179). O gramático diz que, no Latim Vulgar, essa frase deveria ser usada com a forma indicativa ou verbo auxiliar como no exemplo do Português supramencionado. No entanto, ele registra que, ainda, há vestígios do subjuntivo potencial em nossa língua quando é acompanhado dos seguintes advérbios de dúvida: *talvez, quiçá*.
- 3) *Na interrogação indireta*: No Latim Vulgar, nesse tipo de construção a forma indicativa é que prevalece. Já nas Línguas Românicas, usa-se o indicativo, porém quando se tem o intuito de realçar a dúvida ou incerteza, emprega-se o subjuntivo.
- 4) *Nas orações dependentes de um infinito ou de um subjuntivo* – segundo registra Maurer Jr. (1959) esse emprego é muito comum no Latim Clássico, como evidenciados nos exemplos expostos nesta citação:

‘Reperiebat plerosque Belgas... ibi consedissee Gallosque *qui* ea loca *incolerent* expulisse’ (César, *De Bello Gallico*, II, 4); ‘Sic impediuntur, ut eos quos tutari *debeant* desertos esse patiantur’ (Cícero, *De officiis*, I, 9). (MAURER JR., 1959, p. 179 grifos do autor).²

5) *Na oração consecutiva* - quando o verbo regente é afirmativo. Segundo o autor, no Latim Clássico, usava-se sempre o subjuntivo.

6) *Na oração relativa de valor circunstancial* – consoante o gramático, no Latim Vulgar, não se perde de todo o emprego de formas do subjuntivo, mas admite que esse modo é usado com pouca frequência. Sendo assim, na Língua Vulgar, o subjuntivo se mantém em orações de sentido final, de valor consecutivo que depende de contextos de frases interrogativas ou negativas etc.; de valor condicional irreal ou restritivo (conserva-se o emprego do subjuntivo em contexto no qual este continuou usual em oração do tipo circunstancial comum.).

7) *No período hipotético potencial* – No Latim Clássico, o potencial era expresso pelo presente ou pelo perfeito do subjuntivo. Já na Língua Vulgar, a perda do presente do subjuntivo ocorreu em virtude da confusão que existiu do período hipotético potencial com o do irreal, que no Latim Vulgar tinha comumente o verbo no tempo mais-que-perfeito do modo subjuntivo tendo o valor de imperfeito.

Maurer Jr. (1959) afirma que se encontram vários registros de alternância entre as formas indicativas e subjuntivas em escritores de cunho mais popular em orações conjuncionais declarativas, a exemplo de Plauto, Tertuliano, na *Vetus* e na *Vulgata*.

Referente às orações substantivas no Latim Clássico, Maurer Jr. (1959) faz a seguinte distinção em relação à forma: infinitiva, conjuncional e interrogativa indireta. Neste momento, limitar-nos-emos à abordagem apenas do segundo tipo por dialogar com o nosso objeto de pesquisa, demonstrando algumas evidências de variação do modo subjuntivo.

Com relação, então, à forma conjuncional, Maurer Jr. (1959) afirma que esse tipo de oração é introduzida por uma conjunção e o verbo pode ser empregado tanto no indicativo quanto no subjuntivo e são de dois tipos - a de sentido declarativo como “*eu disse que ele vinha*” (MAURER JR., 1959, p.216 grifos do autor) e de sentido volitivo – “*eu disse que ele viesse*” (MAURER JR., 1959, p.216 grifos do autor).

O autor diz que a oração conjuncional declarativa (também chamada de completiva) se constitui pela conjunção *quod* e *quia* e, posteriormente, também com *quid*. O verbo era

² Maurer Jr (1956) para ilustrar a sintaxe vulgar que correspondem esses exemplos clássicos, cita as seguintes traduções em língua portuguesa: ‘verificava ter-se a maior parte dos belgas estabelecido aí e ter expulsado os gauleses que *habitavam* esta região’ e ‘assim obsta-se a que consintam em ficarem abandonados os que eles *devem* proteger.’ (MAURER JR., 1959, p.179).

empregado na sua forma indicativa e, quando havia dúvida ou incerteza do fato expresso, usava-se a forma subjuntiva a semelhança do que acontece na Língua Portuguesa.

No *Corpus* PPVC, também encontramos casos em que o emprego do subjuntivo ou indicativo está atrelado ao valor de incerteza ou certeza. Vejamos os excertos de fala abaixo:

- (1) As menina0, eu acredito que seja0 mais de brincar de boneca, né? (J.S.R)
- (2) Mas a educação eu acredito sim que é boa. (A.A.B)

Posto as evidências de variação do subjuntivo por Maurer Jr. (1959), em nota de rodapé, ele exprime que o verbo no modo subjuntivo era de uso comum em textos literários e que esse fato poderia ser explicado em virtude de uma influência erudita ou como ainda afirma, semierudita sobre o tipo popular. O autor dá sequência explicando que o subjuntivo se constituía o modo da subordinação e era empregado na interrogação indireta, em alguns tipos de orações causais e em outras orações que de maneira muito fácil se confundiam com a completiva.

Apesar de Löfstedt citado por Maurer Jr (1959) também reconhecer que essa alternância entre os modos subjuntivo e indicativo estava ligada a duas tendências: a popular, que fazia uso da forma indicativa, e a semierudita, que usava a forma subjuntiva com o intuito de dar um cunho mais literário à construção do texto, ele afirma que é impossível descobrir/delimitar o motivo que levavam os escritores escolherem ou preferirem o modo indicativo ou o modo subjuntivo.

Diante dessa declaração, deparamo-nos com os seguintes questionamentos. (i) O que condiciona a escolha entre a forma indicativa e subjuntiva em contexto de subjuntivo nessa época? (ii) A opção em usar o subjuntivo/indicativo estaria relacionada apenas ao fato de dar um cunho mais erudito ou não ao texto? Essa explicação parece-nos um pouco inconsistente ao relacionarmos seu emprego na Língua Portuguesa, pois veremos, mais adiante, que escritores renomados, de várias épocas, usavam o indicativo em contexto de subjuntivo, o que parece evidenciar que essa variação não estaria relacionada a um teor mais popular.

Vimos expostos acima alguns exemplos de variação do subjuntivo que em alguns casos se constituíam a quebra de uma regra, mas sem nenhuma explicação aparente dos seus condicionadores.

O gramático Maurer Jr (1959) expõe que, em algumas situações, o uso do subjuntivo/indicativo era facultativo: quando se queria evidenciar a dúvida, o modo escolhido era o subjuntivo. Quando se queria explicitar a veracidade do fato, empregava-se o indicativo.

A Gramática Normativa, em alguns casos, também, aceita esse uso opcional. O que ainda nos instiga e não encontramos uma explicação até aqui, nos antecedentes históricos, é entender os casos de uso de indicativo em contexto de subjuntivo no qual contém o mesmo valor nocional deste modo verbal.

Na próxima subseção, apresentaremos mais casos de variação do modo subjuntivo nas Gramáticas Normativas e daremos sequência à discussão que foi iniciada nesta subseção.

2.1.2 Outras evidências da variação do modo subjuntivo em antecedentes históricos

Said Ali (1964, 2001) faz um arrazoadado sobre a preferência ao se usar o subjuntivo e o indicativo e observa a variação desses modos na língua nas suas diferentes épocas. A título de exemplificação, temos as expressões interrogativas *quem é, qual é, que coisa é*, que são empregadas ora no indicativo ora no conjuntivo³: *Perguntado hũ sábio qual fosse a vida, deo hũ volta e desapareceo, mostrou-se, e escondeo-se logo para mostrar que era momentânea e fugia com grande velocidade* (HEITOR PINTO 2.532 *apud* SAID ALI, 2001, p. 238).

Encontra-se, também, mais uma vez, anunciada, na gramática de Said Ali (1964), a alternância entre as formas indicativas e subjuntivas, objeto de nosso estudo, principalmente, quando não se percebe esforço de indagação ou de perplexidade, como evidenciamos no seguinte exemplo: “Não sabiam quem *eram* os do partido contrário. Não sabemos quem *êle é*. Qual a matéria *seja* não se enxerga”. (CAMÕES *apud* SAID ALI, 1964, p. 167).

O gramático registra, ainda, na gramática que “sendo questão meramente subjetiva isto de avivar ou desprezar a dúvida sobre algum fato” (SAID ALI, 2001, p. 238), o escritor exprime seus pensamentos empregando ora o subjuntivo ora o indicativo: “Pera *se saber quem fosse* este gigante, em cujo poder Dom Duardos estava, diz a istoria que [...] Pera *se saber quem era* este cavaleiro diz a istoria que[...]” (MORAIS *apud* SAID ALI, 2001, p.238).

Os escritores antigos costumavam oscilar no uso entre o modo conjuntivo e o indicativo diante de expressões como *quis Deus que, permitiu Deus que, prouve a Deus que*: “*Quis Deus e meus pecados que faleceu e se perdeu* todo meu bem (D. DO COUTO *apud* SAID ALI, 2001, p.170). No fim dos quais dias *prouve a Deus que vimos terra*” (F. M. PINTO *apud* SAID ALI, 1964, p.170).

³ Said Ali (1964) utiliza o termo conjuntivo como sinônimo do vocábulo subjuntivo, razão pela qual, às vezes, mantemos esse uso quando fazemos referência a esse autor. Quando necessário, usaremos essa forma, salientando que temos preferência pelo termo subjuntivo.

É comum, por exemplo, observar, nos usos dos verbos *esperar* e *temer* no futuro do indicativo, que, algumas vezes, são empregados em lugar do conjuntivo, significando, dessa forma, que há certeza do fato ou quase certeza da sua realização: “*Espero que não hei de enfastiar. Muito temo que nos não há de suceder bem nesta viagem.*” (VIEIRA *apud* SAID ALI, 1964, p. 170).

Said Ali (1964) explicita que construções com *quer...*, *quer...*, *ou...*, *ou...*, em orações secundárias, indicando-se “a dúvida sobre a causa, sobre a condição ou outra circunstância que por ventura influi ou possa influir num fato mais importante e que constitui a oração principal, o verbo vai para o conjuntivo.” (SAID ALI, 1964, p. 171). No entanto, os quinhentistas nas construções das alternativas de orações causais, usavam, também, o indicativo. E, por vezes, empregavam a forma indicativa a par do conjuntivo: “*Ou que a natureza ali os produziu, ou que fossem trazidos. Ou que ele a ouvisse, ou que alguém lhe foi dizer.*” (BARROS *apud* SAID ALI, 1964, p. 171).

Encontramos em Said Ali (1964, 2001), assim como em Maurer Jr (1959), evidências de variação do modo subjuntivo. De acordo com o gramático Said Ali (1964,2001), a alternância entre as formas indicativas e subjuntivas já era algo verificado desde o Latim Vulgar e, na Língua Portuguesa, esse fato ocorria desde muito tempo como observamos em diversos exemplos registrados nessa subseção.

Também encontramos alguns exemplos de variação do subjuntivo registrados pelos gramáticos Almeida (2009) e Bechara (2004) em tempos pretéritos. O primeiro exemplo está relacionado às orações concessivas que, segundo está registrado na Tradição Gramatical, emprega-se o modo subjuntivo. Entretanto, entre os clássicos, frequentemente utilizava-se o modo indicativo. Hoje, também, utiliza-se dessa alternância quando se pretende insistir no fato real:

Ainda que a noite *era* de junho, não fazia apeteável a temperatura – Vinha do ocidente um grosso barulho, se bem que o vento *soprava* de estivo – Camboldão levantou-se o melhor que pôde, posto que a ferida o *estorvava* não o poder fazer à sua vontade. (ALMEIDA, 2009, p. 566).

Na Tradição Gramatical, a rigor, o modo subjuntivo é realizado nas dubitativas que contém o advérbio *talvez*. Fugindo à norma, temos essa realização, também, com o modo indicativo, mostrando, assim, um indício de variação: *Magistrado ou guerreiro de justo ou generoso se gaba: - e as turbas talvez o aplaudem e celebram seu nome.* (BECHARA, 2004, p. 280).

Normalmente, emprega-se o subjuntivo com os indefinidos o *que quer que*, mas nos deparamos com a seguinte realização de Alexandre Herculano: “Com um olhar de simpatia e compaixão. *Misturada do que quer que era de admiração e de terror involuntário.* (BECHARA, 2004, p. 283).

Esses são apenas alguns casos de variação do modo subjuntivo registrados nas Gramáticas Normativas. Esposando a opinião de Bechara (2004), salientamos que, por falta de uma base teórica coerente, muitos princípios podem, ainda, ser feridos diante das várias situações que o falante busca para se expressar. Vejamos um exemplo da variação do subjuntivo retirado do *Corpus* Popular de Vitória da Conquista:

(3) Ooo gente o que eu peço a Deus é saúde, que ele RENOVA a minha fé, que ele LEVA minha família, que minha família SIRVA ao Senhor que VENHA servir a ele, a minha casa SERVI a ele, porque nada nesse mundo aqui que ahente tem aqui ahente vai levar. (M.J.R.S).

Nesse dado de fala, enunciado realizado por um único informante, encontramos o uso dos modos indicativo e subjuntivo o que, segundo a Gramática Normativa, deveria ser empregado apenas formas do subjuntivo. O que percebemos, nesse exemplo, é que as formas variantes do subjuntivo exercem a mesma função no enunciado o que será mais explicado na seção 5.

Observamos, então, que, nos exemplos de variação do modo subjuntivo registrados por Maurer Jr (1959), Said Ali (1964), Bechara (2004) e Almeida (2009), na maioria dos casos, não se tinha uma explicação consistente para tal realização. Quando a forma indicativa ou subjuntiva era escolhida tinha-se o intuito de evidenciar que o fato expresso era real ou irreal e, dessa maneira, se a forma escolhida fosse a indicativa, o valor nocional desse modo não era a mesma do subjuntivo. Isso se constitui um grande diferencial quando nos deparamos com o exemplo retirado do *Corpus* PPVC acima: as formas do indicativo possuem o mesmo valor nocional do subjuntivo expressando, dessa forma, incerteza do fato expresso.

Apesar da variação do modo subjuntivo se fazer presente desde o Latim e presente, também, nas Línguas Românicas não encontramos um caminho que nos orientasse para explicar tal realização. Apesar da gramática, em alguns casos, permitir a alternância entre os modos, esses poucos casos são explicados a partir da relação dos valores certeza e incerteza. Alguns autores (SAID ALI, 1964, 2001; BECHARA, 2004; PERINI, 1998; KURY, 1964), contudo, levantaram vários questionamentos quanto à definição do binômio “incerteza” e “certeza” para os modos subjuntivo e indicativo como veremos mais adiante.

Diante da inconsistência no tratamento dessa questão, nos apoiaremos nos trabalhos realizados na Tradição Linguística mais recentes e buscaremos investigar a variação do modo subjuntivo, integrando-a em um contexto de interação comunicativa dentro da proposta Sociofuncionalista, acreditando que, por essa variação estar na língua desde muito tempo, o subjuntivo esteja passando por um Processo de Gramaticalização.

2.2 O TRATAMENTO DO MODO INDICATIVO E SUBJUNTIVO NA TRADIÇÃO GRAMATICAL

Nesta subseção, vamos tratar dos modos subjuntivo e indicativo segundo a Tradição Gramatical. Retomamos, para esse fim, os gramáticos Barros (1540), Pereira (1926), Kury (1964), Said Ali (1964, 2001), Perini (1998), Cunha e Cintra (2001), Bechara (2004), Mira Mateus *et al* (2003), Ferrarezi Jr e Teles (2008), Almeida (2009) e Luft (s.d).

Segundo registra Barros (1540), o modo indicativo quer dizer *demonstrador*, “por que per elle demonstramos a obra que fazemos: como quando digo: Eu leo” (BARROS, 1540, p. 20). Já o modo subjuntivo, quer dizer *ajuntador*, pois ajunta um termo de uma frase a outra, dando assim, uma perfeita compreensão do que é dito: “Eu leria bem, se ô continuásse. Esta parte, se ô continuasse, fez inteira esta óraçám, Eu leria bem: e hũa sem outra nam satisfaz o intendimento.” (BARROS, 1540, p. 20).

A definição desses modos está estritamente relacionada ao binômio certeza e incerteza do que é expresso, e o modo subjuntivo tem uma relação com a subordinação. Sobre isso, Said Ali (2001) explicita que a oposição feita entre os modos indicativo (a certeza do fato enunciado) e o conjuntivo (modo da irrealidade) não são conceituações precisas para uma definição do emprego do conjuntivo, salientando que essa visão dos pólos contrários trata-se “de um problema complexo, a começar pela circunstância que às funções próprias do conjuntivo se ajuntaram em latim ainda as do optativo, o qual em outros idiomas indo-europeus constituía um modo à parte.” (SAID ALI, 2001, p. 237).

Levando em conta o fato de o modo conjuntivo ferir alguns dos seus princípios, em certas circunstâncias de emprego, Said Ali (2001) diante desse fato, classifica esse modo, também, como volitivo, potencial, optativo, deliberativo, concessivo, prospectivo, hortativo etc., mas explica que não convém insistir nessas especificações, pois há uma linha tênue entre essas categorias. Fato que dificulta separar os limites umas das outras. Diante disso, sugere que essas especificações devam ser enquadradas em duas ou três classes.

Na próxima subseção, vamos prosseguir abordando a respeito desses modos nas Gramáticas Normativas.

2.2.1 O tratamento dos modos indicativo e subjuntivo nas Gramáticas Normativas

É consensual na Gramática Normativa que, no modo indicativo, a ação exercida pelo verbo expressa algo verossímil, real. (PEIREIRA, 1926; KURY, 1964; BECHARA, 2004; ALMEIDA, 2009).

No que se refere ao modo subjuntivo Kury (1964), Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2004) afirmam que esse modo, em oposição à noção de realidade ou de verossimilhança ao modo indicativo, faz referência a fatos tidos como incertos, ou como define Luft (s.d), “o modo subjetivo”.

Pereira (1926), enfatizando o valor de dependência exprime que, em regra, o modo subjuntivo se vincula a um verbo, “sob cuja dependência se acha (subjuntos = postos debaixo.). Nesta dependência é êle empregado quando o fato é duvidoso ou indeterminado; no caso contrário é êle substituído pelo indicativo.” (PEREIRA, 1926, p. 344).

Cunha e Cintra (2001, p. 466), por sua vez, acrescentam que o modo conjuntivo indica que uma ação ainda não realizada, “é concebida como dependente de outra”, seja expressa ou subentendida. Sendo, então, essa a justificativa para o seu emprego em orações subordinadas. Nesses termos, ressalta que subjuntivo vem do latim *subjunctivus* e o próprio nome já traz uma indicação do seu significado: “que serve para ligar, para subordinar”. (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 466).

Diante das exposições, o que temos, sucintamente, nos compêndios normativos da Língua Portuguesa é, para o indicativo, o valor de certeza e, para o subjuntivo, o valor de incerteza.

2.2.1.1 A subordinação

A subordinação, ou ainda chamada de *hipotaxe* por Bechara (2004), é a relação de termos dependentes ou orações dependentes no interior de um período. Na subordinação, há um termo denominado de oração principal⁴ pela Tradição Gramatical (conhecido também como *regente* ou *subordinante*) e um termo subordinado (denominado também de *regido* ou *dependente*). O motivo de tratarmos da subordinação é devido a sua relação com o modo subjuntivo como foi supramencionado.

⁴ Nesta pesquisa, oração nuclear, matriz, frase superior são utilizadas como equivalentes à oração principal.

Nossa pesquisa centra-se na análise das subordinadas⁵ substantivas que são assim denominadas pela Tradição Gramatical por exercerem as funções que são desempenhadas pelos substantivos (sujeito, objeto direto, objeto indireto, agente da passiva, complemento nominal, aposto e predicativo.). Geralmente, essas orações vêm introduzidas por conjunção integrante *que*.

Em relação à seleção dos modos subjuntivo e modo indicativo, nas orações completivas, segundo Mira Mateus *et al* (2003), estão relacionadas às seguintes regras:

1. Em relação ao modo subjuntivo, (i) nas orações subordinadas está relacionada às categorias do núcleo que as seleciona; (ii) quando é argumento externo de verbo psicológico⁶: argumentos internos direto de verbos causativos⁷, de verbos volitivos e optativos⁸, de verbos psicológicos factivos⁹ e de verbos declarativos de ordem¹⁰; (iii) seguidas de preposição.

Rompendo com os postulados impostos pela Gramática Normativa, temos excertos de fala com o uso de formas indicativas em contexto de subjuntivo.

(4) [...] Não, num fico mais de jeito nenhum aqui, que suas coisa sumiu lá no norte você tá querendo que eu DO conta aqui... (M.J.R.S).

(5) Aí eu falei: “Mãe, a senhora também nem qué que eu ESTUDO. (E.L.C)

Nesses dados de fala ficam evidenciados que o uso do modo indicativo substitui o valor nocional que é próprio do subjuntivo.

2. Concernente ao modo indicativo, (i) Geralmente, será empregado nas proposições¹¹ que vão completar o sentido dos verbos como, *crer* (em sentido afirmativo), *afirmar*, *comprovar*, *compreender*, *verificar*, *ver*, *pensar*, *dizer*. (CUNHA E CINTRA, 2001); (ii) quando “selecionado por verbos superiores inacusativos¹², declarativos¹³, epistêmicos¹⁴, perceptivos¹⁵

⁵ Os termos adjacente, estrutura de complementação e encaixada são utilizados como equivalentes a oração subordinada.

⁶ A categoria de verbos que seleciona o modo subjuntivo é: surpreender, aborrecer, preocupar, agradar, ofender, comover, interessar, contrariar, impressionar, desagradar, entristecer, desgostar.

⁷ Pertencem a essa categoria os verbos mandar, deixar, fazer, fazer-com.

⁸ Pertencem a essa categoria os verbos tencionar desejar, esperar, querer, pretender.

⁹ A respeito do conceito do termo “factivos”, Mira Mateus *et al*.(2003, p.601) explicam que são “os predicados que pressupõem a verdade do seu complemento frásico.” Pertencem a esta categoria os verbos lamentar, achar-bem/mal, gostar, detestar.

¹⁰ “Pertencem a esta classe verbos como dizer (com a completiva como argumento interno directo e com um argumento interno indirecto alvo), ordenar, pedir, rogar, suplicar.” (MIRA MATEUS *et al*, 2003, p.601).

¹¹ Os termos proposição e cláusula serão utilizados como equivalentes à oração.

¹² Mira Mateus *et al* (2003) citam alguns verbos que pertencem a esta categoria como suceder, acontecer, parecer, ocorrer.

e de inquirição¹⁶”. (MIRA MATEUS *et al*, 2003, p. 599) e nas orações completivas preposicionadas que são selecionadas “por verbos psicológicos¹⁷ não emotivos.

Salientamos que, apesar de Mira Mateus *et al* (2003) registrarem o fato de que os verbos epistêmicos na oração matriz exigem o emprego da forma indicativa na subordinada, Almeida (2009) mostra os seguintes contextos que devem ser empregados as formas subjuntivas nas subordinadas, contextos esses que adotaremos na escolha dos dados para a análise: (i) em oração que, sempre ao expressar eventualidade está subordinada a uma oração matriz negativa: *Não acredito que você vá*. (ALMEIDA, 2009, p. 568). (ii) em subordinada que exprime um fato que não se concretizou no passado em relação ao expresso na matriz (suposição que implica o contrário): *Achei que você possuísse recursos para isso (mas não possuía)*. (ALMEIDA, 2009, p. 568).

Em relação aos polos contrários - certeza e incerteza - que estão relacionados respectivamente os modos indicativo e subjuntivo impostos pelas Gramáticas Normativas, é válido ressaltar que tal proposição tem sido questionada por diversos autores, tendo em vista que valores inerentes ao subjuntivo podem ser encontrados em outras formas linguísticas (CÂMARA JR, 1979; KURY, 1964; PERINI, 1998).

A respeito da discussão do modo subjuntivo, Perini (1998) considera que a distinção entre “certeza” e “incerteza” não desempenha um papel fundamental para determinar o emprego do modo subjuntivo e do modo indicativo. E, para fundamentar esse argumento, apresenta os seguintes exemplos: 1) *Tenho certeza que Selma fuma cachimbo*. 2) *É trágico que Selma fume cachimbo*. (PERINI, 1998, p. 258).

Nesses casos, o falante expressa, através do verbo, a certeza de que Selma fuma cachimbo. Mesmo que, na primeira oração, a certeza seja afirmada e, na segunda, pressuposta, em ambos os exemplos está presente a atitude de certeza expressa tanto no modo indicativo quanto no modo subjuntivo.

Ainda discutindo sobre as incoerências das regras do subjuntivo, Câmara Jr (1979) diz que

[...] nas orações subordinadas em que o subjuntivo é obrigatório, o caráter modal de dúvida, desejo ou hipótese está essencialmente na própria oração subordinada, marcada por um conectivo específico. Outras vezes, há esse caráter modal mesmo

¹³ Pertence à categoria dos verbos declarativos, prometer, afirmar, jurar, concluir, dizer, declarar.

¹⁴ Pertence à categoria dos verbos epistêmicos, supor, achar, saber, pensar, acreditar, considerar.

¹⁵ Pertence à categoria dos verbos perceptivos, ouvir, sentir, ver.

¹⁶ Pertence à categoria dos verbos de inquirição, investigar, perguntar, pedir.

¹⁷ Pertence a essa categoria verbos como lembrar-se, recordar-se, esquecer-se.

com o modo indicativo. [...] tudo decorre, em última análise, do tipo de oração subordinada. (CÂMARA JR., 1979, p.133).

Isso fica claro no seguinte exemplo registrado por ele: (3) *Suponho que é verdade*. O mesmo, ainda pontua, em nota de rodapé, que, “Neste padrão frasal – verbo de sentido hipotético com oração subordinada, integrada como objeto direto, há variação livre: *Suponho que seja verdade*”. (CÂMARA JR., 1979, p. 133). Dessa forma, para o referido autor, o emprego do subjuntivo, em Português, não passa de uma servidão gramatical, caminhando, bem distante, da constituição da marcação de valores semânticos.

Sobre essa última questão crucial posta por ele, em sua obra *Estrutura da língua portuguesa*, ao tratar no capítulo intitulado *A significação geral das noções gramaticais do verbo*, o autor reforça essa afirmação e revela que o estudo semântico do verbo no Português é muito complexo e “É talvez onde melhor se evidencia a incapacidade dos métodos da gramática tradicional para fazer justiça a uma interpretação adequada do sistema gramatical português.” (CÂMARA JR., 2011, p.97).

Diante do exposto, podemos depreender que, na Tradição Gramatical, não há uma definição precisa em relação ao modo verbal no Português. Por vezes, deparamo-nos com certas construções nas quais não se tem um subsídio coerente e consistente para explicar tais realizações. Por exemplo, Kury (1964) reconhece que a definição de modo verbal tem um valor relativo, pois, ao analisarmos o tempo futuro do indicativo em construções apresentadas por ele: 1) *Ela chegará hoje?* 2) *Não matará.* 3) *Discordarão alguns desta orientação*. (KURY, 1964, p.71), percebemos que o valor de incerteza está presente em construções do modo indicativo e, assim, há mais uma vez a opinião de que esse fato não seja algo restrito ao modo subjuntivo.

No primeiro exemplo, o modo indicativo pode expressar dúvida; na segunda frase, ordem e, na terceira, possibilidade. Como compreender essa fluidez dentro da Tradição Gramatical? Percebemos claramente, nos exemplos expostos, que o traço de incerteza, posto como inerente ao subjuntivo, é deslocado para outros contextos linguísticos como também evidenciados em dados do *Corpus PPVC* (Cf. 2.2.1.1).

Diante dessas incoerências, estamos de acordo de que a gramática da língua é dinâmica e moldada pelas pressões de uso a partir das necessidades comunicativas, conforme postulam os funcionalistas.

2.2.2 O modo verbal das orações parentéticas

Encontramos em Almeida (2009) que, nas orações parentéticas iniciadas pelo *que*, denominadas por ele de intercaladas, emprega-se o subjuntivo quando é tomado substantivamente limitando uma possibilidade: *Ninguém, que eu SAIBA, entrou aqui (pelo que eu sei, segundo o que eu sei) – Que me lembre, ele não disse isso (pelo que me lembro) – Que me conste, ele não quer ir.* (ALMEIDA, 2009, p.556).

Bechara (2004) registra que, quando as orações parentéticas delimitam a generalidade de um asserto, usa-se o verbo no subjuntivo: *Não há, que eu saiba, expressão mais suave.* (BECHARA, 2004, p.283).

Excertos do *Corpus PPVC* vão de encontro a essas regras quando evidenciamos o uso do indicativo nas orações intercaladas. Observemos os exemplos seguintes:

(6) Não, que eu LEMBRO, num tem nada. (J.C.S)

(7) Que eu ALEMBRO, num alembro não. (E.F.O)

Esses excertos fogem às regras impostas pelas Gramáticas Normativas e serão analisadas detalhadamente na seção 5. Na próxima subseção, abordaremos os temas como modo, modalidade e tempo.

2.3 MODO, MODALIDADE E TEMPO

O modo e a modalidade não apresentam uma definição bem delimitada quando são tratadas como categorias sinônimas. No *Dicionário de Linguística* (DUBOIS, 1973), por exemplo, uma das conceituações dadas à modalidade tem o papel de definir o estatuto da frase (asserção, interrogação, ordem), aparecendo marcada como sinônimo de modo. É salutar expressar que, a nosso ver, esses aspectos são melhores definidos quando não são equiparados.

Meira (2006) demonstra muito bem essas diferenças quando diz que

[...] a modalidade não deve ser confundida com a noção de modo, pois enquanto este é uma categoria gramatical sintática e está identificado no verbo, a modalidade se realiza no modo verbal e refere-se à atitudes do indivíduo acerca do que é dito. De certa forma, a modalidade indica os valores nocionais do modo verbal, como os valores de incerteza e de dúvida do subjuntivo e de certeza do modo indicativo. (MEIRA, 2006, p.148).

Frente a essas reflexões, o modo e a modalidade não devem ser tomados como categorias semelhantes, mas como aspectos que possuem cada um a sua própria particularidade, no entanto, interdependentes ou complementares.

Sendo assim, a particularidade do modo pode ser entendida, em uma visão mais geral, como “as diferentes maneiras de um” determinado fato se realizar. Na visão de Said Ali (2001), o modo é uma categoria própria do verbo e é um dos instrumentos para expressar a modalidade. Em Almeida (2009), o “*modo* na conjugação de um verbo vem a ser a maneira por que se realiza a ação expressa por esse verbo.” (ALMEIDA, 2009, p.225).

Recorrendo ao histórico no tratamento da modalidade na Tradição Linguística encontramos em Ducrot (1993, *apud* Neves, 2006, p.152), em seus estudos sobre a modalidade, a afirmação de que seu nome “foi dado inicialmente às expressões que remetem de modo mais, ou menos, aproximado à oposição estabelecida pela Lógica antiga entre os conceitos *de possível, de real e de necessário*.”

Koch (1986), por sua vez, afirma que essas modalidades estabelecidas pela Lógica Clássica eram conhecidas como aléticas ou aristotélicas e estavam relacionadas à atitude do locutor em relação ao valor de verdade no que diz respeito aos seus enunciados.

Ainda trazendo uma abordagem histórica sobre as primeiras modalidades, que já foram citadas por Koch (1986), Neves (2006) diz que elas foram estabelecidas no quadrado lógico de Aristóteles. Dessa forma, a modalidade alética “[...] se refere às noções de verdade e/ou falsidade das proposições, podendo os enunciados de uma ciência ser necessariamente ou possivelmente verdadeiros.” (NEVES, 2006, p.154).

A partir da modalidade alética, como salienta a autora, os lógicos trouxeram mais outros eixos conceituais, a saber: o do conhecimento e o da conduta. Através desses dois conceitos, a modalidade epistêmica e a modalidade deontica são nomeadas. A primeira se refere ao eixo da crença, e a segunda, por seu turno, ao eixo da conduta.

Tomando a conceituação da modalidade de forma mais genérica, Neves (2002, p.172), partilhando das aspirações de Quirk (1985) explicita: “a modalidade pode ser definida como o modo pelo qual o significado de uma frase é qualificado de forma a refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdade a proposição por ela expressa.”

Resgatando Givón (2001) a fim de trazer sua visão a respeito da categoria modalidade, utilizamos a sua obra *Syntax: an introduction*. No capítulo 6, intitulado *Tense*,

aspecto and modality, o autor afirma que a organização funcional tempo, aspecto¹⁸ e modalidade (doravante TAM) é um dos subsistemas mais complexos da gramática. Ele explicita que, por se constituir um sistema morfológico, tende a se gramaticalizar mais facilmente na palavra verbal.

Na presente pesquisa, tomamos como base o conceito de modalidade na visão givoniana. Entendida, então, como a atitude do falante no que se refere à proposição epistêmica¹⁹ (verdade, probabilidade, certeza, convicção, evidência) e deôntica²⁰ (preferência, intento, habilidade, obrigação, manipulação).

A divisão bipartida da modalidade *irrealis* nos domínios deôntico e epistêmico é campo de nosso maior interesse, porque, baseados nas afirmações de Givón (2001), o modo subjuntivo tem maior domínio de realização quando ocupa os dois *loci* distintos - deôntico/epistêmico.

Segundo o autor, o submodo epistêmico associa-se ao eixo semântico de verbos de baixa certeza e o submodo deôntico relaciona-se ao escopo de verbos de fraca manipulação. A integração entre a oração nuclear e a oração adjacente depende, assim, das propriedades inerentes do valor semântico do verbo da matriz. Nesse sentido, Givón (1990) diz que “Quanto mais forte o encaixe semântico entre dois eventos, maior a integração sintática das duas proposições em uma única cláusula.”²¹ (GIVÓN, 1990, p.516). Sendo assim, o valor semântico do verbo da matriz exerce influência na conexão sintática entre as cláusulas.

Givón (2001) trata a modalidade em um contexto comunicativo-pragmático redefinindo-a a partir dos modelos tradicionais e distribuindo-a da seguinte forma:

Quadro 2: Interpretação comunicativo-pragmática das modalidades a partir da tradição lógica

Modalidades epistêmicas	
Tradição lógica	Interpretação comunicativa equivalente
a. verdade necessária	pressuposição
b. verdade factual	asserção <i>realis</i>
c. verdade possível	asserção <i>irrealis</i>
d. não-verdade	asserção negativa

Fonte: (GIVÓN, 2001, p.301)

¹⁸Não evidenciaremos o grupo de fator aspecto verbal, o que se caracteriza por verbos dinâmicos que se relacionam ao teor durativo. Ao nos restringirmos à análise das orações completivas, o contexto abarca mais realizações com verbos que expressam desejo, hipótese, possibilidade e etc.

¹⁹Cf. (GIVÓN, 2001, p.300): “Epistemic judgement: truth, probability, certainty, belief, evidence.” Evaluative (‘deontic’) judgement: desirability, preference, intent, ability, obligation, manipulation.

¹⁹Cf. (GIVÓN, 2001, p.300): Evaluative (‘deontic’) judgement: desirability, preference, intent, ability, obligation, manipulation.

²⁰Cf. (GIVÓN, 2001, p.300); Evaluative (‘deontic’) judgement: desirability, preference, intent, ability, obligation, manipulation.

²¹ Cf. (GIVÓN, 1990, p. 516): The stronger the semantic bond is between the two events, the more intimately is the syntactic integration of the two propositions into a single clause.

Seguindo a ordem exposta no quadro, Givón (2001), na pressuposição, diz que a proposição é tida como verdadeira para os interlocutores, por ser enunciada pelo falante e não contestada pelo ouvinte. Na asserção *realis*,²² o autor expressa que a proposição é fortemente asseverada. “Mas, a contestação pelo ouvinte é considerada adequada, embora o falante tenha provas ou outros argumentos fortes para defender sua forte crença.” (GIVÓN, 2001, p.301).

Na asserção *irrealis*²³

A asserção é fracamente asserida como possível, provável ou incerta (sub-modos epistêmicos), ou necessária, desejável ou indesejada (sub-modos avaliativo-deontico). Mas, o falante não está pronto a comprovar sua asserção com evidências ou outros fundamentos fortes; e uma contestação pelo ouvinte é recebida ou esperada. (GIVÓN, 2001, p. 302).

Na asserção negada, ele explicita que a proposição é tida como falsa, fato que, geralmente, acontece quando o que é expresso vai de encontro às crenças assumidas pelo ouvinte. Nesse caso, o ouvinte pode contestar e o falante, munido de argumentos, pode defender a sua forte crença.

Givón (2001) rejeita o legado deixado pela Tradição Lógica referente ao contraste estabelecido entre *realis* e *irrealis*, que estão respectivamente associados a fatos reais e irreais, ou seja, relacionados a asserções com ou sem valor de verdade. O autor redefine, então, essas categorias em termos cognitivos e comunicativos tomando a seguinte direção:

Cognitivamente: De questões de verdade lógica para questões de certeza subjetiva.
Comunicativamente: De uma semântica orientada para o falante para uma pragmática interativa, envolvendo uma negociação social entre falante e ouvinte.
(GIVÓN, 2001, p. 302).²⁴

Reconhecendo a importância dessa releitura de Givón (2001) sobre a modalidade, consideramos quão importante é trata-la no contexto da comunicação. Na visão givoniana, compreender os aspectos gramaticais e funcionais do subjuntivo depende, tão somente, dessa distribuição no contexto *irrealis* no âmbito dos submodos epistêmico e deontico.

²² Cf. (GIVÓN, 2001, p. 301): “b. Realis assertion -The proposition is strongly asserted to be true. But challenge from the hearer is deemed appropriate, although the speaker has evidence or other strong grounds for defending their strong belief.”

²³ Cf. (GIVÓN, 2001, p. 301): “c. Irrealis assertion -The proposition is weakly asserted to be either possible, likely or uncertain (epistemic sub-modes), or necessary, desired or undesired (valuative-deontic sub-modes). But the speaker is not ready to back up the assertion with evidence or other strong grounds; and challenge from the hearer is readily entertained, expected or even solicited.”

²⁴ (GIVÓN, 2001, p. 302): “Cognitively: From matters of logical truth to matters of subjective certainty. Communicatively: From speaker-oriented semantics to interactive pragmatics, involving social negotiation between speaker and hearer.”

Givón (2001) expressa que são nessas categorias do *irrealis* (deôntica/epistêmica) que o subjuntivo tende a gramaticalizar-se como evidenciamos na passagem que segue:

- a. Se uma língua tem um subjuntivo gramaticalizado, então ele aparecerá sob dois focos – baixa certeza e/ou fraca manipulação – ao longo da escala dos dois sub-modos *irrealis*;
- b. Se uma língua usa uma forma subjuntiva no ponto mais alto da escala de certeza ou manipulação, ele também será usado no ponto mais baixo da escala; mas não vice-versa (GIVÓN, 2001, p. 313).²⁵

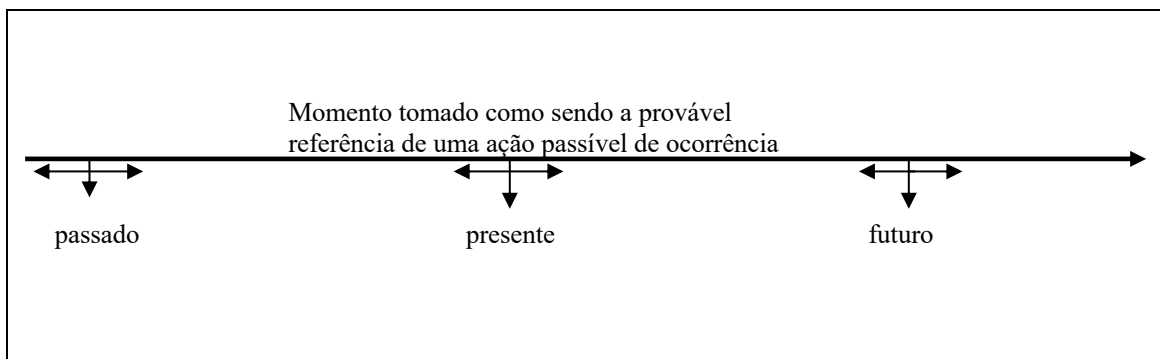
No que concerne a esse submodo, Givón (2001) lista os seguintes contextos de escopo do *irrealis*, a saber: (i) Orações principais declarativas com operadores *irrealis* (futuro, advérbios modais, auxiliares modais; (ii) Atos de fala não-declarativos *irrealis*; (iii) Orações com complementos verbais *irrealis*; (iv) Orações relativas *irrealis* e (v) Orações adverbiais *irrealis*.²⁶Em nosso trabalho, as orações analisadas no *Corpus* PPVC se encaixam no contexto *irrealis*, nesse caso, no ponto (iii).

Givón (2001) relaciona a categoria tempo (Tense) a dois princípios: tempo de referência (com noções de antecedência e subsequência) e tempo do evento. Seguindo a visão givoniana, Carvalho (2007) expõe dois traços essenciais do *time* referente ao Tense: (i) Sequencialidade - constitui a sequência de pontos de forma linear e os eventos têm antecedência (ocorre antes) e subsequência (ocorre depois). (ii) Ponto de referência - representa o eixo temporal. Segundo expõe a autora, o momento de fala constitui como um ponto de referência comum nas línguas. Disto isto, “as situações no passado, no presente e no futuro associados ao tempo da fala, o tomariam como ponto de referência” (CARVALHO, 2007, p. 60) como podemos evidenciar na figura 1 abaixo adaptada de Ferrarezi Jr e Teles (2008, p.166).

²⁵ Tradução Livre: “a. If a language has a grammaticalized subjunctive at all, then it will appear at two distinct foci – lower certainty and/or weaker manipulation – along the scale of the two *irrealis* sub-modes. b.If a language uses a subjunctive form at a higher point on the certainty or manipulation scale, it will also use it on the lower point; but not vice versa.” (GIVÓN, 2001, p. 313).

²⁶ Tradução Livre: “•main declarative clauses with *irrealis* operators (future, modal adverbs, modal auxiliaries); • *irrealis* non-declarative speech-acts; •*irrealis* V-complement clauses; • *irrealis* Rel-clauses modifying Non-Ref heads; • *irrealis* Adv clauses.” (GIVÓN, 2001, p. 314).

Figura 1: Categoria tempo



Nesse diagrama, segundo uma interpretação givoniana, podemos distinguir três divisões: (i) Passado: O evento precedeu o momento da fala. (ii) Futuro: o evento segue o tempo do discurso. (iii) Presente: o evento ocorre na hora do discurso.

Para compreender o diagrama exposto, vejamos um excerto de fala retirado do *Corpus PPVC*:

(8) Eu pensava que na roça era mais difícil. (J.A.P).

Nesse dado de fala, o fato de se perceber o evento – na roça era mais difícil – precede o momento da fala e o que nos situa é o verbo da oração matriz (pensava – pretérito imperfeito) que constitui como um ponto temporal de referência.

No pretérito imperfeito, como bem expressa Corôa (2005), quando o falante relata o fato, ele transmite ao ouvinte um quadro do evento a partir do próprio momento do evento, isto é, o falante se posiciona em uma perspectiva de passado e consequentemente posiciona o ouvinte no momento do evento.

Assim como bem evidenciou Carvalho (2007), nem sempre o tempo da fala pode ser considerado como ponto de referência, porque, quando tratamos das orações subordinadas, essa marca estará na oração matriz e também pode estar em algumas situações no contexto discursivo.

Consideramos, assim como a autora, os tempos relativos- absolutos para essa pesquisa. O tempo absoluto “tem como parte de seu significado o momento presente como centro dêitico” (CARVALHO, 2007, p.60), e o tempo relativo, por sua vez, tem “como ponto de

referência algum outro ponto da oração ou o contexto discursivo semântico-pragmático”. (CARVALHO, 2007, p.61).

Concordamos com Carvalho (2007) ainda em relação à relevância dos postulados tratados aqui da categoria tempo, nas orações completivas, existe uma correlação do tempo da oração matriz com o tempo da oração subordinada, sendo assim, o tempo da oração principal passa a ser considerado como ponto temporal de referência.

2.4 ESTUDOS DA TRADIÇÃO LINGUÍSTICA

Nesta seção, apresentamos alguns trabalhos da Literatura Linguística como artigos, dissertações e teses a fim de compreendermos os fatores que condicionam a variação do subjuntivo no Português Brasileiro. Essas pesquisas nos ajudarão no levantamento de hipóteses e para um diálogo nos nossos resultados encontrados.

Iniciamos com o trabalho desenvolvido por Bianchet (1996), que analisa a variação do modo subjuntivo em orações completivas objetivas diretas no Português Contemporâneo e compara essa mesma estrutura com dados do Latim Vulgar (*Corpus* do texto latino *Peregrinatio Aetheriael*), a fim de estabelecer a diferença modal entre essas línguas e de compreender essa variação na Língua Românica.

Nos resultados, Bianchet (1996) apresenta que o fator modalidade, presente na oração matriz, condicionou a oscilação entre as formas indicativas e subjuntivas na oração completiva tanto no Latim quanto em dados do Português. Sendo assim, a autora conclui que os verbos factivos expressos na oração matriz no Latim, ocorrem em um índice relevante na alternância entre as formas indicativas e subjuntivas quando o verbo da oração subordinada encontra-se no tempo presente, pretérito perfeito e de maneira mais reduzida, no pretérito imperfeito no qual a forma subjuntiva impera. No Português, por sua vez, ocorre o emprego categórico do modo indicativo.

No que se refere à modalidade-não-fatividade I (verbos que expressam dúvida, hipótese), há, na Língua Latina, um índice alto de emprego “da estrutura clássica de acusativo com infinitivo” (BIANCHET, 1996, p.132) e um índice baixo de alternância entre o modo indicativo e o modo subjuntivo, prevalecendo o modo indicativo.

Concernente à modalidade, não-fatividade II (verbos que expressam volição, comando,...), no Latim, não há ocorrência com a forma indicativa e baixo índice de alternância entre a “estrutura clássica de acusativo com INFINITIVO e MODO SUBJUNTIVO, com predomínio deste último” (BIANCHET, 1996, 132) e, na Língua

Portuguesa, ocorre um grande índice de alternância entre os modos subjuntivo e indicativo quando o verbo da oração subordinada está conjugado no pretérito perfeito e no presente, “oscilação bastante restrita no pretérito imperfeito, com uso quase categórico de SUBJUNTIVO.” (BIANCHET, 1996, p. 133).

Em síntese, a autora chega ao seguinte resultado: a modalidade factividade nas orações desfavorece o uso do modo subjuntivo enquanto a não-factividade é um grande favorecedor para o emprego desse modo verbal. Em relação aos fatores sociais, a variação do subjuntivo é caracterizada como uma variação estável e o nível de escolaridade exerce influência no uso do subjuntivo.

Galembeck (1999), ao analisar o uso do modo subjuntivo na fala culta das capitais São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, baseia-se na hipótese de que o emprego desse modo verbal está diretamente relacionado a fatores de ordem semântica ou discursiva, como também, de que o uso do subjuntivo na fala não corresponde necessariamente às regras determinadas pela escrita.

Para a análise dos dados, foi realizado o exame em orações do tipo completiva, relativa, adverbial e em orações independentes com valor de dúvida. Com esse estudo, o autor chegou à conclusão de que o uso do subjuntivo está ligado, sobretudo, ao “valor semântico de cada modalidade de oração.” (GALEMBECK, 1999, p.232). Sendo assim, o subjuntivo é frequentemente usado nas cláusulas que expressam valores ligados com a hipótese, dúvida, possibilidade, incerteza. Nesse caso, o autor se refere às orações concessivas, condicionais e das subordinadas quando estão ligadas a nomes e verbos e relacionadas aos valores supramencionados e das independentes iniciadas por *talvez*. Ele pontua que, quando estes valores não estão evidenciados com clareza (resultados mostrados nas orações finais e completivas nominais), as formas do indicativo ou do infinitivo predominam.

Em relação aos fatores extralinguísticos, sexo, faixa etária e local de origem dos informantes, ele registra que, essas variáveis não trouxeram diferenças relevantes em relação ao uso do modo subjuntivo.

Alves Neta (2006), com o trabalho intitulado *O uso de formas do indicativo por formas do subjuntivo no português brasileiro*, investiga a alternância entre esses modos no português falado no Norte de Minas sob a perspectiva da Teoria Sociolinguística.

A pesquisadora assume que o traço [factividade] é um fator que condiciona o uso do presente do subjuntivo. A hipótese levantada é de que a alternância entre as formas do presente do subjuntivo e do presente do indicativo em orações que contenham verbos de

modalidade [-fatividade] constitui uma variante inovadora condicionada por fatores linguísticos e extralinguísticos.

Em relação aos resultados da pesquisa, ela registra que um total de 351 ocorrências em que se prescreve o uso do subjuntivo, 144 casos correspondem ao emprego do modo indicativo (41%). No entanto, esse resultado mostra-se bastante significativo por levar em consideração estruturas de modalidade imperativa, a saber: orações absolutas, coordenadas e principais que expressam ordem e pedido.

A pesquisadora certificou que os grupos de fatores modalidade, tipo de conjunção adversativa, nível de escolaridade e faixa etária tiveram papéis relevantes sobre a variável estudada e, também, atestou que as orações absolutas, coordenadas e principais que expressam pedido e ordem, determinadas pelo traço [-fatividade], condicionam altamente o emprego do presente do indicativo pelo presente do subjuntivo perfazendo o peso relativo de .76.

No que se refere à variável faixa etária, chegou-se à conclusão de que os jovens usam mais a forma padrão, o que leva a ser refutada a hipótese inicial de mudança em progresso. Já, na variável grau de escolaridade, foi evidenciado que o baixo nível de escolaridade favorece o uso do modo indicativo no lugar do subjuntivo.

Meira (2006) pautou a investigação da variação do modo subjuntivo em orações relativas e completivas em comunidades rurais afro-brasileiras a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística Variacionista relacionada à hipótese da Transmissão Linguística Irregular.²⁷

Nos dados gerais, Meira (2006) registra que, em um total de 827 ocorrências, somente 162 casos estão relacionados ao emprego do subjuntivo conforme o padrão normativo. O percentual obtido de emprego do subjuntivo em cada cidade foi de 31% na cidade de Rio de Contas, 28% em Sapé, 24% em Helvécia e 18% em Cinzento. Em relação ao percentual dessas quatro comunidades registrou-se, 23% desse modo verbal referente a todos os tempos verbais.

Na análise em contexto das orações relativas, a autora registrou que o emprego do subjuntivo é favorecido quando estão relacionados às formas de futuro (55%, P.R de .78) e do imperfeito (24%, P.R .46) no Português Culto. Ela comprova que o tempo presente registrando 18% e P.R de .38 é o contexto em que mais desfavorece o uso desse modo verbal.

²⁷ Segundo Lucchesi e Baxter (2009), “O conceito de **transmissão linguística irregular** é [...] tomado para designar amplamente os processos históricos de contato maciço entre povos falantes de línguas tipologicamente diferenciadas, entre os séculos XVI e XIX, em decorrência da ação do colonialismo europeu na África, Ásia, América e Oceania.” (LUCCHESI E BAXTER, 2009, p.101).

A autora registra que “o uso do subjuntivo é largamente favorecido quando o evento referido na relativa se localiza em um momento posterior ao momento da ilocução,” (MEIRA, 2006, p.2013), com os seguintes resultados: i) posterior à ilocução, 61% e P.R de .93; simultaneamente à ilocução, 13% e P.R de .36 e ii) anterior à ilocução com 15% e P.R de .37. A pesquisadora também constatou que os verbos regulares (28% e P.R de .66) favorecem mais o uso do subjuntivo do que o verbos irregulares (21% e P.R de 42%).

Em relação aos fatores extralinguísticos, Meira (2006) diz que os mais jovens foram os que mais empregaram as formas do indicativo. Já as mulheres e analfabetos que nunca saíram da comunidade apresentaram os maiores índices de emprego de formas do subjuntivo.

A estudiosa, na análise das orações completivas, registrou apenas 29% de formas do subjuntivo em um total de 859 ocorrências. O maior índice encontrado foi na comunidade de Sapé (44%). Nas cidades de Rio de Contas, Cinzento e Helvécia, os percentuais são respectivamente, 30%, 32% e 16%. Os contextos favorecedores estão atrelados ao contexto semântico da oração matriz, ao tipo do verbo da oração em que a completiva está encaixada e ao tempo do verbo da oração. Referente ao fator extralinguístico faixa etária, a autora verificou uma variação estável nos dados em análise.

A autora conclui que, nessa pesquisa, os resultados mostraram que são baixos os usos de formas subjuntivas nas comunidades rurais afro-brasileiras analisadas quando se faz uma comparação com esse emprego na norma culta. Sendo assim, ela ratifica que há uma diminuição na morfologia flexional desse modo verbal nessas comunidades, devido o contato entre línguas.

No que se refere à substituição do indicativo por formas do subjuntivo, a pesquisadora demonstra, no estudo do Português Popular das quatro comunidades estudadas, que o emprego do subjuntivo vem paulatinamente aumentando nessas comunidades rurais afro-brasileiras, resultado que contradiz a maioria das pesquisas realizadas na Literatura Linguística.

Outra pesquisa realizada sobre o tema no Nordeste foi feita por Carvalho (2007). A pesquisadora investiga a alternância entre as formas indicativas e subjuntivas em orações subordinadas substantivas no Português não-padrão do Ceará. Para analisar os dados, utiliza do suporte da Teoria Sociolinguística Variacionista e de pressupostos do Funcionalismo.

A amostra é constituída por 60 informantes e, para analisar a variação do subjuntivo, a autora selecionou as orações em contexto de presente e em contexto de pretérito imperfeito. Na rodada em contexto de uso do subjuntivo em função do tempo presente, o tipo de verbo da oração matriz foi um fator que favoreceu o uso do subjuntivo principalmente pelos verbos do

tipo volitivo (P.R .98) e cognitivo (P.R .84). Em relação à variável modalidade, o modo subjuntivo foi condicionado pelo traço futuridade (P.R .98).

Em relação aos fatores extralinguísticos, a variável nível de escolaridade não exerceu influência no estudo do subjuntivo. Esse modo verbal foi mais empregado pelos falantes menos escolarizados na amostra em análise.

Em contexto de uso do subjuntivo em função do pretérito imperfeito, na variável modalidade, o subjuntivo também foi favorecido pelo traço de futuridade com o uso categórico do subjuntivo e de incerteza (53%). Em relação ao fator social, os resultados são semelhantes à rodada em contexto do tempo presente: os anos de escolaridade não influenciaram na aquisição do subjuntivo.

Em linhas gerais, a autora expõe que, na pesquisa, a força modal da sentença se centraliza na carga semântica do verbo da oração matriz, sendo a concomitância entre o subjuntivo e o indicativo condicionada, principalmente, pelos seguintes grupos de fatores: tipo de verbo da oração matriz, estrutura da assertividade da oração e modalidade.

Ainda na região Nordeste, Vieira, em 2007, trata a variação do uso do modo subjuntivo com o modo indicativo em orações completivas introduzidas pelo complementizador *que*, em dados de fala da cidade de Natal-Brasil extraídos do *Corpus Discurso e Gramática* (Doravante D&G). A autora realiza um estudo comparativo dos resultados da sua pesquisa com o trabalho realizado por Poplack (1992), faz uso do aporte teórico do Funcionalismo Norte-Americano, dando ênfase, sobretudo, aos Processos de Gramaticalização e de Marcação.

Na análise dos dados, em um total de 106 ocorrências, foram registrados 94 casos de contexto de subjuntivo, perfazendo um total de 88,7% para 11,3% de modo indicativo, valor equivalente a 12 ocorrências deste último modo verbal.

A autora afirma que, nos resultados da pesquisa, em relação ao Princípio da Marcação, as orações subordinadas substantivas objetivas diretas apresentam maior índice de ocorrência com os verbos no modo subjuntivo (68 casos perfazendo 72,3%). Em relação ao tempo verbal, o tempo simples é mais usado em lugar do tempo composto. Vieira (2007) expõe que a escolha em usar essas orações classificadas como não-marcadas é que são cognitivamente mais simples “como também os tempos simples do modo subjuntivo, estaria relacionada com o propósito de uma maior clareza e objetividade na comunicação entre os interlocutores.” (VIEIRA, 2007, p. 90).

Em relação ao aspecto semântico, a pesquisadora constata que os verbos da oração matriz que condicionam a forma subjuntiva na oração completiva, em sua maioria, são do tipo

percepção/cognição/declaração. Sendo assim, o subjuntivo passa pelo Processo de Gramaticalização nos campos semânticos, submodo epistêmico e submodo deôntico.

Nessa pesquisa, levam-se, também, em consideração, os fatores pragmáticos. Nos dados analisados do *Corpus D&G*, a autora diz que a alternância entre os modos subjuntivo e indicativo demonstram variação no emprego da modalidade *irrealis*.

Ao comparar os resultados entre o Português e o Francês, a pesquisadora conclui que o contexto para o uso do subjuntivo, em orações completivas introduzidas pelo *que*, para ambas as línguas, está relacionado ao verbo da oração matriz de volição, cuja flexão encontra-se no presente do indicativo. Já no contexto de variação (indicativo no lugar do subjuntivo), em ambas as línguas, isso está condicionado à presença do verbo de opinião na oração matriz flexionado no pretérito perfeito.

Ela, também, observa que, no Francês, um fator condicionante para a alternância entre as formas indicativas e subjuntivas, está relacionado à concordância de tempo verbal entre os verbos da frase superior e da oração encaixada.

Alves (2009) traz uma relevante contribuição sobre o tema quando se propõe a investigar a expressão de modalidades típicas do modo subjuntivo em orações completivas, relativas e adverbiais e em estruturas alternativas em duas sincronias da Língua Portuguesa, a saber: século XVI e contemporaneidade. Para nortear o trabalho, fundamentou-se nos parâmetros teóricos e metodológicos da Sociolinguística Quantitativa Laboviana.

A hipótese central foi verificar que o baixo índice de uso do presente do subjuntivo, no Português Brasileiro, não estava apenas relacionado com a alternância da forma indicativa, mas que, também, estava sendo influenciado pelo emprego de estruturas alternativas, nos quais não constituem contexto do modo subjuntivo, como: forma verbal no infinitivo, formas gerundivas, formas nominalizadas, formas elípticas e, também, expressão com *ter modal* e no futuro condicional.

Na análise dos dados, Alves (2009) verificou, no *corpus* do Português do século XVI, que não é registrado covariação das formas do indicativo e do subjuntivo nas completivas. Nas adverbiais, essa covariação teve um índice elevado em contextos de conjunção condicional com um percentual de 94,9% e de conjunção final com 57,9%. Em relação às relativas, apenas 5% foram realizações de estruturas alternativas. Ainda referente à covariação entre indicativo/subjuntivo, a autora afirma que a hipótese de que o índice acentuado do presente do indicativo esteja relacionado à distância entre o pronome relativo e a forma verbal não é validada, mostrando os seguintes resultados: sem distância (53,6%) e maior distância (53,3%).

Concernente ao *Corpus* do Português Contemporâneo, no contexto das completivas, ocorreu um uso predominantemente acentuado do emprego de estruturas alternativas nas duas cidades em estudo: Muriaé-MG com 71% e em Feira de Santana - BA com 70%.

Em relação às variáveis sociais no contexto de completiva no solo mineiro, a pesquisadora registra que, na variável nível de escolaridade, tem-se o reforço da hipótese de que o grau de instrução do falante é um fator importante para a difusão do subjuntivo.

Quanto à variável faixa etária, a autora mostra o resultado de 80,8% de formas do presente do subjuntivo na faixa etária mais jovem. Na variável sexo, os dados evidenciam um emprego maior da forma não-padrão - do presente do indicativo (42%)- pelas mulheres enquanto os homens realizam um percentual de 12%.

Em contexto de adverbial, o falar mineiro apresentou 21,7% de uso do presente do subjuntivo enquanto, no baiano, registrou-se 3,3% desse emprego. No contexto das relativas, a alternância do indicativo/subjuntivo tem, segundo os dados em análise, um alto índice de emprego na cidade de Muriaé apresentando um percentual superior a 70%.

No que se refere ao quadro comparativo de dados entre o século XVI e do Português Contemporâneo, a pesquisadora valida a hipótese de que as expressões de modalidades inerentes as formas verbais do modo subjuntivo, desde a fase inicial do Português, dava-se mediante a coocorrência do presente do indicativo/subjuntivo e por meio da utilização de outras estruturas linguísticas que não se enquadravam no contexto de utilização no modo do presente do subjuntivo.

No que diz respeito ao *Corpus* do Português do Brasil contemporâneo, na comparação dos dados de Muriaé-MG e Feira de Santana-BA, chegou-se a seguinte conclusão: a expressão de modalidades típicas do subjuntivo no que se refere ao dialeto mineiro mostrou-se em maior estágio de variação em relação ao dialeto baiano, o que reflete em um índice maior de emprego do presente do indicativo e de outras estruturas inerentes ao subjuntivo.

Em 2010, Steffler desenvolve trabalho abordando a utilização do modo subjuntivo no Português Coloquial no Brasil. Para operacionalizar o trabalho, foram analisados enunciados e orações com suporte na Teoria Funcionalista, demonstrando, assim, como o Processo de Gramaticalização define-se e exerce influência no uso do modo subjuntivo.

O objetivo central foi mostrar que, na contemporaneidade, era recorrente o uso de formas indicativas em contextos de subjuntivo, o que está estritamente relacionado, sobretudo, a fatores de ordem comunicativo e funcional.

O autor chegou a conclusão de que diferentes motivos condicionam a alternância entre as formas indicativas e subjuntivas, a saber: o exato momento de ocorrência do evento

descrito; o valor transmitido através do verbo da oração matriz; o locutor ser participante nos eventos descritos; a maneira de considerar os eventos pelo locutor e o valor que o enunciado transmite.

No Sul do país, também foram desenvolvidos trabalhos a respeito do subjuntivo. Pimpão (2012) analisou a concomitância entre as formas do presente do subjuntivo e do presente do indicativo, a partir de dados de fala em uma perspectiva sincrônica e em dados diacrônicos retirados de publicação de jornais do século XIX até o século XX, em orações completivas, relativas, adverbiais, orações com o advérbio talvez e orações parentéticas, nas cidades de Florianópolis/SC e Lajes/SC.

Para fundamentação teórica, articulou os pressupostos teóricos e metodológicos da Sociolinguística e do Funcionalismo norte-americano.

Na análise dos dados, a frequência geral do emprego do presente do subjuntivo foi distribuída da seguinte maneira: na cidade de Lages, foram encontradas um total de 228 ocorrências com um percentual de 62% na sua forma subjuntiva; e, na cidade de Florianópolis, registrou-se um total de 250 ocorrências com 54% na forma subjuntiva.

Nas três amostras analisadas, validou-se a hipótese de distribuição do emprego variável do presente do subjuntivo em um *continuum* de modalidade. Referente às outras variáveis, os resultados mostram que o escopo da negação, na oração principal, é um fator que condiciona o emprego do presente do subjuntivo. Sobre a variável gênero/sexo, os homens empregam mais a variante padrão presente do subjuntivo (60%) do que as mulheres (47%) na cidade de Florianópolis. Já em Lages, o gênero/sexo feminino realiza 63%, enquanto o gênero/sexo masculino apresenta um percentual de 61%.

Os grupos de fatores mais selecionados foram os relacionados à modalidade, a saber: submodo, valores de submodo e projeção temporal. A variável social, escolaridade, mostrou-se estatisticamente relevante, o que confirmou a hipótese que o grau de instrução do informante condiciona o uso do presente do subjuntivo.

A pesquisadora conclui, através dessa pesquisa, que a forma do presente do indicativo no lugar do presente do subjuntivo parece “se dar pelo submodo epistêmico de certeza com projeção espalhada.” (PIMPÃO, 2012, p.312). Em relação à amostra diacrônica, os grupos de fatores relacionados à modalidade, citadas acima, mostraram-se relevantes em relação às demais variáveis.

Um outro estudo foi realizado por Lima (2012), que se propôs a investigar a covariação do presente do subjuntivo e do presente do indicativo e de estruturas alternativas²⁸ na fala da comunidade de Salvador utilizando dos pressupostos da Teoria da Variação para a análise dos dados.

A pesquisadora, partindo da hipótese de que a forma subjuntiva é o modo mais usado pelos falantes soteropolitanos, sendo esse fato caracterizado como uma variável estável, analisou um *Corpus* constituído por 716 dados de fala de 24 informantes.

Nessa amostra, a autora registrou que o uso do subjuntivo teve um percentual (70%), sendo o restante distribuído da seguinte forma: 23% de estruturas alternativas e 7% de formas do presente do indicativo.

Ao separar as ocorrências em contexto de imperativo e em contexto de subjuntivo, o percentual caracterizou-se por estar distribuído respectivamente da seguinte maneira: 275 dados (72%) equivalendo a 17% de estruturas alternativas e 11% referente às formas do indicativo; 441 dados (70%) correspondendo a 26% de estruturas alternativas e 4% de formas indicativas.

A autora pontua que, quando não se usa o subjuntivo, este modo é substituído em maior índice pelas estruturas alternativas do que pelas formas do indicativo, o que conduz a pesquisadora a afirmar que, na comunidade estudada, não há evidências de que as formas subjuntivas estejam sendo substituídas por formas indicativas.

A partir desses estudos desenvolvidos na Tradição Linguística²⁹ sobre o tema em análise, podemos verificar os condicionadores que motivam a variação do modo subjuntivo. Apesar de essa variação ocorrer desde muito tempo na língua, ficou a lacuna de uma descrição dos motivos que influenciavam tal realização. Sob a direção desses estudos que faz uso das teorias linguísticas e, sobretudo, dos fatores de ordem linguística e extralinguística para explicar a realização desse fenômeno, vamos desenvolver esse trabalho com levantamento de hipóteses e objetivos.

²⁸ Lima (2012) considera os seguintes contextos de estruturas alternativas: (i) Uso de infinitivo: Ah, **investi**, com certeza, **investi**. (Inf.140). (ii) Uso de gerúndio: Dano emprego... educação... (inf.03). (iii) Uso de Nome abstrato: Eu respeito as pessoas e espero **respeito de todas as pessoas** (inf.09). (iv) Construção elíptica: Em caso de dúvida, nos comuniquemos. (v) construção não prevista na literatura: Não! Aqui não! Aqui é dele (Não faça aqui não). (vi) Formas do subjuntivo e do indicativo.

²⁹ A escolha pelo termo “Tradição Linguística” deu-se em função de ser um termo comumente utilizado em estudos, pesquisas e discussões nos fóruns de pesquisadores da área.

Fato bastante evidente nessas pesquisas foi a representatividade e relevância da variável modalidade no tratamento do modo subjuntivo. Tendo em vista esse resultado, selecionamos, também, esse grupo de fator para a análise dos dados da nossa pesquisa.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Nesta seção, serão apresentados os pressupostos teóricos de três teorias: a Sociolinguística Variacionista, o Funcionalismo norte-americano e a articulação entre essas, denominada de Sociofuncionalismo.

No decorrer da subseção 3.1, abordamos os pressupostos teóricos da Teoria da Variação, no qual evidenciamos o “Percurso histórico da Teoria da Variação”; A variação e mudança linguística no qual tratamos dos seguintes temas: “A variação linguística” e “A mudança linguística”.

Em seguida, apresentamos os principais pressupostos do Funcionalismo, focalizando, principalmente, a Gramaticalização. Dessa forma, tratamos, no decorrer da subseção 3.2, os seguintes temas: “Pressupostos teóricos do Funcionalismo”, “Situando alguns estudos funcionalistas” e “Entendendo as definições e Princípios da Gramaticalização”.

E, por fim, propondo uma união entre as teorias apresentadas, discutimos os seguintes pontos na subseção 3.3: “O Funcionalismo e a Sociolinguística: teorias em diálogo” e “Divergências epistemológicas no hibridismo entre a Sociolinguística e o Funcionalismo”.

3.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA TEORIA DA VARIAÇÃO

Nesta pesquisa, assumimos uma postura Sociolinguística, na qual reconhecemos a variação da língua como condição inerente ao sistema linguístico. Mais do que isso, admitimos que a heterogeneidade da língua pode ser sistematizada, entendendo que a variação linguística não é aleatória ou vista como fator de arbitrariedade e irregularidade, mas passível de sistematização.

Nesta subseção, apresentaremos um quadro teórico do surgimento e dos principais conceitos que fundamentam a teoria da Sociolinguística Variacionista.

3.1.1 Percurso histórico da Teoria da Variação

Na Sociolinguística, há a ruptura com a tradicional concepção de homogeneidade da língua e a postura de que a heterogeneidade da língua pode ser sistematizada é assumida. Para entender como essa visão foi se fortalecendo, faz-se necessário retroceder na história e contextualizar, em linhas gerais, essas reflexões a partir dos estudos da linguagem que permearam o século XX. Diante disso, torna-se relevante traçarmos algumas linhas a respeito

da linguística na visão de Ferdinand de Saussure, pois foi, a partir de um posicionamento diferenciado aos postulados assumidos por ele, que novas pesquisas foram surgindo até a consolidação da Sociolinguística.

No século XX, através do *Curso de linguística geral*, Ferdinand de Saussure consolidou a linguística ao *status* de ciência. Sousa (2008) explicita que o mestre genebrino definiu a língua como objeto de estudo, formulou alguns princípios gerais e destacou-se ao delimitar uma terminologia precisa, criando um padrão linguístico para as suas elucubrações. Nessa corrente, chamada Estruturalismo, a língua é definida como um sistema. Costa (2011) corrobora afirmando que,

O estruturalismo, portanto, compreende que a língua, uma vez formada por elementos coesos, inter-relacionados, que funcionam a partir de um conjunto de regras, constitui uma organização, um sistema, uma estrutura seguindo leis internas, ou seja, estabelecidas dentro do próprio sistema. (COSTA, 2011, p.114).

Dessa forma, todo acontecimento da língua era explicado por estas estruturas internas, da própria língua, conhecida como o princípio da imanência. Saussure estabeleceu algumas dicotomias e delimitou, a partir do seu ponto de vista, o que seria essencial aos estudos linguísticos. Sendo assim, o estruturalista genebrino considerou a *langue* como objeto de estudo da Linguística sendo definida como homogênea, social, ou, dito de outra forma, um conjunto de signos estabelecidos dentro de uma comunidade, para comunicação. Saussure (2012) ainda registrou que a língua constitui a parte social da linguagem que “não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da sociedade” (SAUSSURE, 2012, p. 46) ao passo que a *parole* configura-se como a responsável para que a língua seja constituída, é individual, concreta e heterogênea.

Saussure (2012) também considerou a distinção entre *sincronia* e *diacronia*. A primeira relacionada às relações lógicas e psicológicas que vinculam os fatos simultâneos e que formam sistema, tais como são notados pela consciência da coletividade. No que se refere à Linguística diacrônica, esta perspectiva está voltada para o estudo das relações que “unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistema entre si.” (SAUSSURE, 2012, p.142).

Labov posiciona-se de maneira diferenciada aos postulados assumidos por Saussure quando opera uma espécie de diluição referente às dicotomias. Dessa forma, na Teoria Variacionista Laboviana, não há mais a separação entre sistema e discurso, porque o elemento *parole* e a linguística diacrônica são inseridos nos estudos linguísticos refletindo, com isso,

uma ruptura com a Tradição Linguística, fazendo com que uma nova teoria despontasse - a Sociolinguística. Essa teoria se constitui, basicamente, no estudo da língua em contexto de uso no seio da comunidade de fala com um tipo de investigação que relaciona aspectos sociais e linguísticos.

Abrimos um parêntese para fazer uma breve abordagem do Gerativismo já que, assim como o Estruturalismo, essa teoria também faz um recorte, considerando, desta forma, a língua como abstrata. O gerativismo, como afirma Kenedy (2011), iniciou-se nos Estados Unidos a partir das pesquisas realizadas pelo linguista Noam Chomsky. A obra intitulada *Estruturas sintáticas*, publicada em 1957, foi um marco e, tal ano, foi considerado a data do nascimento dessa teoria.

Nesse modelo, está postulado que a faculdade da linguagem é algo inato que capacita o ser humano ao desenvolvimento da competência linguística. Segundo Kennedy (2007), a competência linguística corresponde ao conhecimento linguístico abstrato que o falante tem sobre a língua sendo o desempenho o uso concreto das regras da língua. É válido registrar que, a partir de uma necessidade de melhor descrever e explicar os fenômenos, o modelo de gramática dessa teoria já passou por várias modificações e reformulações no programa de investigação.

Ressaltamos que, embora a Sociolinguística e o Gerativismo constituam teorias distintas, há a possibilidade de associação entre elas, conforme foi observado no trabalho desenvolvido por Tarallo (sociolinguista) e M. Kato (gerativista) - Sociolinguística Paramétrica.³⁰

Apesar dessas e outras associações entre teorias serem possíveis (Sociofuncionalismo) - temos o intuito, aqui, de frisar os postulados, termos e conceitos inerentes à Sociolinguística. Sendo assim, nessa teoria, a língua é um sistema heterogêneo que, para compreendê-la ou defini-la, não se deve excluir o estudo do comportamento social. Dessa forma, a língua pode ser explicada por fatores de ordem linguística e extralinguística.

Na década de 60, a Teoria Sociolinguística Variacionista alcança grande repercussão. Cezário e Votre (2011) registram que, apesar do termo Sociolinguística ter sido utilizado pela primeira vez em 1950, é em 1960 que ela é impulsionada como corrente. Nessa época, nos Estados Unidos, a Sociolinguística firmou-se a partir do estudo de alguns pesquisadores que enfatizaram a importância da relação entre língua e sociedade. É inegável a grande

³⁰ Para maiores detalhes ver os trabalhos *Por uma Sociolinguística Românica Paramétrica: fonologia e sintaxe* de Tarallo (1987), *Harmonia trans-sistêmica: variação intra e inter-linguística* de Tarallo e Kato (1989) e *Sociolinguística Paramétrica ou Variação Paramétrica* de Ramos (1999).

contribuição de William Bright que, consoante às palavras de Calvet (2002), em 1964, toma a iniciativa de organizar um congresso, em Los Angeles, no qual reuniu 25 pesquisadores para a discussão de temas voltados para a Sociolinguística.

Calvet (2002) expressa que, William Bright, com essa conferência, marca, com efeito, a caracterização e definição da Sociolinguística quando, na responsabilidade de publicar as atas, expõe os trabalhos que foram apresentados no evento que tinha o título *The Dimensions of Sociolinguistics*. Diante desse ato, Sousa (2008) enuncia que se pode “reconhecer que, de certa forma, os primeiros esforços no que diz respeito a delimitação desse novo campo da linguística, a disciplina Sociolinguística, deve-se a Bright.” (SOUSA, 2008, p.54).

Sem tirar o mérito de Bright, Sousa (2008) assevera que essa ciência concretiza-se, de fato, a partir de Labov. “A descrição da heterogeneidade linguística avança e consegue fortalecer-se através dos fenômenos de variação e mudança linguísticas e, consolida-se, então, a teoria da variação.” (SOUSA, 2008, p. 55).

Podemos afirmar, então, que coube a William Labov o início do modelo teórico-metodológico da Sociolinguística e a insistência na natural relação entre língua e sociedade. Desde suas primeiras pesquisas, como a realizada no Estado de Massachusetts, nos Estados Unidos, do inglês da comunidade de Martha’s Vineyard, muitos outros trabalhos foram realizados³¹.

Nos seus trabalhos, William Labov levava em consideração os fatores sociais para explicar a variação linguística observada. O ponto de partida da Sociolinguística para a realização do seu estudo é a comunidade de fala. Segundo Sousa (2008, p. 62) “esse é o meio mais adequado para retratar a realidade linguística dos grupos sociais.” Sendo assim, como enfatiza Labov (2008), a teoria linguística não deve desprezar os dados da comunidade de fala, pois, além de refletir o vernáculo dos falantes, é o espaço onde a variação e a mudança escolhe o seu lugar.

Antes de prosseguir, é mister abrir um espaço para tratar da essência de termos como vernáculo ou língua falada já que aparece muitas vezes no texto. Segundo Tarallo (2004), a língua falada se constitui como um veículo linguístico no processo de comunicação utilizado em contexto natural de interação social. Em suas próprias palavras, a língua falada é o vernáculo: “a enunciação e expressão de fatos, proposições, idéias (o que) sem a preocupação

³¹ “[...] estudos sobre a estratificação social do inglês falado na cidade de Nova Iorque (1966); a língua do Gueto: estudo sobre o inglês vernáculo dos adolescentes negros do Harlem, Nova Iorque, e estudos sociolinguísticos da Filadélfia, entre outros.” (TARALLO, 2004, p.7).

de como enuncia-los. Trata-se, portanto, dos momentos em que o mínimo de atenção é prestado à língua, ao *como* da enunciação.” (TARALLO, 2004, p.19).

Labov (2008), por sua vez, expressa que o vernáculo é “o estilo em que se presta o mínimo de atenção ao monitoramento da fala.” (LABOV, 2008, p. 24). É relevante, por ora, trazermos tal definição do que seja, em essência, o vernáculo em termos labovianos, porque o discurso falado é a base para qualquer tipo de análise linguística na perspectiva da Sociolinguística. Fechando essa parte, retomamos a discussão a respeito da comunidade de fala que, com a contribuição de Alkmim (2001), pode ser compreendida como

[...] um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos. Em outras palavras, uma comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam do mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meios de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras. (ALKMIM, 2001, p.31)

Dessa forma, a comunidade linguística não reflete um único modo de falar, mas expressa a diversidade dos falares. É diante dessa constatação que Labov (2008, p. 188) enfatiza que “uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam todos as mesmas normas a respeito da língua”. Também declara que os membros de uma determinada comunidade de fala “compartilham um conjunto comum de padrões normativos, mesmo quando encontramos variação altamente estratificada na fala real”. (LABOV, 2008, p.225). E é, então, que a Sociolinguística entra e assume o seu papel tentando descobrir quais são os mecanismos organizadores e reguladores desses diferentes falares.

Vimos, até aqui, que inserir o fator social nos estudos linguísticos provocou uma ruptura em relação à concepção estrutural da língua, impulsionando, assim, esse outro olhar para um novo campo de saber: a Sociolinguística. Na próxima subseção, vamos retomar a temática na qual subjazem a variação e a mudança na língua.

3.1.2 A variação e mudança linguística

Não é um fato novo que as línguas naturais passam por um processo contínuo de variação e mudança. Conscientes de que isso é comum à língua, e sua característica é ser dinâmica e trilhar caminhos próprios, trataremos, na próxima subseção, desses pressupostos a fim de compreendermos essa heterogeneidade na língua.

3.1.2.1 A variação linguística

Segundo Mollica (2007), a Sociolinguística tem a variação como objeto de estudo e se constitui como um princípio universal, passível de ser analisada cientificamente. Logo, a língua é heterogênea e essa “heterogeneidade linguística não é aleatória, pois é governada por um conjunto de regras variáveis e está condicionada por fatores linguísticos e extralinguísticos”, como corrobora Silva (2005, p. 112).

A variação e a mudança são inerentes à língua e é o ponto de partida da Sociolinguística na análise linguística. Mollica (2007) enfatiza que o papel dessa teoria é descobrir o grau de mutabilidade ou ainda de estabilidade do processo de variação, averiguar quais fatores internos ou externos condicionam para a alternância nos usos linguísticos e “prever seu comportamento regular e sistemático.” (MOLLICA, 2007, p. 11).

No que concerne à variação, Camacho (2001) explica que esse termo pode ser entendido como a representação de duas ou até mais formas diferentes de se dizer uma mesma coisa dentro de um contexto e com o mesmo valor de verdade. Essas formas em variação são denominadas de variantes. “A um conjunto de variantes dá-se o nome de ‘variável linguística’.” (TARALLO, 2004, p. 8).

Em algumas linhas acima foi exposto que a variação é inerente ao sistema linguístico. Acrescentamos aqui que as variantes encontram-se em todos os níveis da gramática (no nível lexical, no fonológico, no morfológico e no sintático) e são condicionadas por fatores internos.

Do ponto de vista dos fatores extralinguísticos, podemos afirmar que são condicionadores essenciais para descrever as variedades linguísticas e são classificadas da seguinte forma: variação diatópica (ou geográfica), variação diastrática (ou sociocultural), variação diafásica, variação diacrônica e variação diamésica.

Segundo Beline (2005), o primeiro tipo de classificação da variação está relacionado à pronúncia de formas diferenciadas para referenciar um mesmo elemento que é determinado pela localização, isto é, pela origem geográfica. A segunda classificação refere-se à condição socioeconômica do falante que leva em consideração os fatores de natureza social como, idade, classe social, sexo e contexto social. A terceira, por sua vez, esta atrelada ao condicionamento da fala do indivíduo que é influenciada pela situação em que se encontra, ou seja, de maior ou menor formalidade.

A variação diacrônica, na Sociolinguística, é caracterizada como a variação observada quando se faz a comparação entre épocas diferentes da história de uma dada língua. O último

tipo de variação sociolinguística, denominada de variação diamésica, estabelece-se na comparação em que se verifica entre a língua escrita e a língua falada.

Frente às reflexões postas até aqui, ficou evidente que a variação da língua está condicionada a fatores de ordem linguística e extralinguística. Esses fatores são essenciais para encontrarmos as respostas que porventura surgem a respeito da variação e mudanças das línguas, pois são mecanismos essenciais para explicar como a heterogeneidade da língua pode ser regulada e sistematizada. Nas próximas linhas, prosseguiremos tratando dos princípios que regem a mudança linguística.

3.1.2.2 A mudança linguística

Muitas teorias surgiram com o intuito de explicar os processos de mudança linguística. A ponto de comprovação do que dizemos, Lucchesi (1998) enuncia que, na década de 20, Antoine Meillet explica o processo da mudança linguística considerando o contexto social. Martinet rompe com a dicotomia saussuriana, *sincronia/diacronia*, quando faz um estudo diacrônico para analisar estruturas de mudanças. Gauchat (1905) se destacou com a investigação na comunidade de Charmey, onde analisou processos de variação em seis traços fonológicos nessa comunidade linguística e, ao notar a diferença por meio de três faixas etárias, chegou à conclusão de uma ocorrência de mudança “em progresso a partir dos traços fonológicos estudados.” (LUCCHESI, 1998, p. 181). Segundo Lucchesi (1998), o trabalho de Gauchat (1905) se tornou “protótipo” sobre a temática da mudança por ser a primeira pesquisa cujo objeto abordava a mudança linguística em progresso.

Não se pode negar a importância desses estudos para explicar a teoria da mudança linguística, mas é salutar enfatizar que o próprio Labov (2008) reconhece que, apesar das conquistas realizadas pela Linguística Histórica do século XIX, muito terreno ainda ficou inexplorado e muitas questões não foram elucidadas no tocante ao estudo da mudança linguística.

É, então, no terreno da Sociolinguística, que a mudança recebe uma nova roupagem, e ela passa a ser estudada a partir de cinco princípios sistematizados por Weinreich, Labov e Herzog (doravante WLH, 2006) denominados o *problema das restrições*, o *problema da transição*, o *problema do encaixamento*, o *problema da avaliação* e o *problema da implementação*.

No *problema das restrições*, busca-se definir quais os condicionadores de ordem linguística ou extralinguística contribuem ou restringem a mudança linguística. Segundo

Labov (2008), o *problema da transição* consiste em encontrar a trilha percorrida pela evolução da mudança através de um estágio anterior. Já, no que diz respeito ao *problema do encaixamento*, podemos afirmar que, nesse princípio, é observado o fato de que a mudança linguística em análise deve ser encaixada no sistema linguístico. Esse princípio pode ser considerado em duas dimensões, a saber: *encaixamento na estrutura linguística* e o *encaixamento na estrutura social*.

Na perspectiva do primeiro modelo, a mudança é definida “pela co-ocorrência estrita, que são funcionalmente diferenciados e conjuntamente disponíveis à comunidade de fala.” (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p.123). Já o segundo modelo, indica que a estrutura linguística em mudança encaixa-se “no contexto social maior da comunidade de fala, destacando-se o fato de que nos estágios primeiros e nos últimos pode ser que haja pouca correlação com fatores sociais.” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 105-106).

No *problema da avaliação*, por seu turno, é investigado de que modo os membros de uma comunidade linguística se comportam, ou avaliam a variável linguística e quais as implicações desse julgamento no processo da mudança. Por fim, no *problema da implementação*, há uma busca pela resposta que se centra na razão de uma determinada mudança ter ocorrido em um dado tempo, espaço e local.

Para finalizar essa abordagem a respeito da mudança linguística, é pertinente trazermos a opinião de Labov (2008) quando salienta não ser possível compreender o processo de uma mudança linguística sem considerar o fator social, isto é, o papel da interação social, pois “as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo.” (LABOV, 2008, p. 21). Assim, na perspectiva laboviana, é deixado bem claro que não se pode avançar rumo à compreensão do processo de mudança linguística sem dar ênfase ao fator social, real motivador da evolução linguística.

Na próxima subseção, daremos sequência à discussão a respeito da variação e mudança linguística, mas, agora, na perspectiva do Funcionalismo, esboçando, assim, os conceitos basilares que norteiam essa teoria e, enfatizando, principalmente, a respeito da Gramaticalização.

3.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO FUNCIONALISMO

Apesar de o Funcionalismo comumente ser contrastado à corrente estruturalista, Cunha (2011) exprime que essa teoria nasce dentro do Estruturalismo. Sousa (2008) pronuncia que, historicamente, essa teoria tem suas raízes no Círculo Linguístico de Praga que, já na década de 20, ainda que nas sombras do Estruturalismo e nos estudos que tratavam de questões da função da linguagem, aparecem inquietações no que tange à mudança no sistema linguístico.

A partir dessas inquietações que o Círculo Linguístico de Praga estendeu “o método estrutural ao estudo histórico da língua, vindo a se constituir o chamado Estruturalismo Diacrônico”. (LUCCHESI, 1998, p. 88). Surgem, então, as primeiras reflexões de que o fator linguístico não deve ser apreendido de forma isolada. Sobre isso, Lucchesi (1998) assevera que os linguistas de Praga travaram uma guerra contra o tratamento da concepção estrutural da língua a fim de superar as contradições saussurianas entre a visão estruturante da linguagem e “a dimensão sócio-histórica do fenômeno linguístico”. (LUCCHESI, 1998, p. 91). Dessa forma, a mudança não é mais posta de lado, mas inserida no domínio do sistema linguístico.

Ainda em conformidade com Lucchesi (1998), estamos convencidos de que um dos desdobramentos que define o panorama da Linguística Contemporânea é a integração da noção de funcionalidade à concepção estrutural do sistema linguístico. Essa contribuição relacionada à utilização dos termos função/funcional se constitui como fundamento básico da corrente Funcionalista e no que se refere a análises que consideram parâmetros discursivos e pragmáticos.

O Funcionalismo, assim, caracteriza-se por dois pontos básicos: “a) a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si; b) as funções externas influenciam a organização interna do sistema linguístico.” (CUNHA, 2011, p. 158).

As palavras de Cunha (2011, p.157) são muito esclarecedoras no que diz respeito à natureza da linguagem em uma perspectiva funcionalista: “Os funcionalistas concebem a linguagem como instrumento de interação social, alinhando-se, assim, à tendência que analisa a relação entre linguagem e sociedade”. Ela explica que essa investigação perpassa os liames da estrutura gramatical, sendo, no contexto comunicativo e discursivo, as motivações para os fatos da língua. Dessa forma, essa teoria tem por objetivo explicar as regularidades que ocorrem no uso da língua, observando, sobretudo, as condições discursivas em que são manifestadas tal uso.

Também encontramos, em Martelotta (2011), a relevância do papel da interação como motivador para a estrutura e regularidade da gramática. De acordo com o autor, no âmbito da gramática cognitivo-funcional, o contexto comunicativo é motivador da estrutura gramatical, isto é, no uso da língua, aspectos de teor comunicativo e cognitivo são atualizados. Isso pode ser explicado de uma forma mais clara: ao nos comunicarmos possuímos uma gramática que nos permite a produção de significados no processo real de comunicação. Mas, quando adaptamos esses elementos linguísticos gramaticais aos diversos contextos de comunicação, a gramática é remodelada “que, na prática, seria o resultado de um conjunto de princípios dinâmicos que se associam a rotinas cognitivas e interativas moldadas, mantidas e modificadas pelo uso.” (MARTELOTTA, 2011, p. 63).

Em consonância com a explicação dada pelo autor, entendemos que existe uma associação entre o discurso e a gramática: o discurso depende dos padrões da gramática para seu processamento, porém a gramática “se alimenta do discurso”, passando dessa forma por uma renovação adaptando-se aos novos contextos de interação na língua.

Uma visão dinâmica da gramática prevê a realização de mecanismos expressivos vinculados à subjetividade do falante, que remodela ou recria o padrão gramatical para atribuir “força informativa ao discurso”. Nessa ritualização, ou seja, nessa cadeia contínua de repetição desses novos padrões, a gramática emerge.

Em síntese, nessa subseção, fizemos um primeiro desdobramento da teoria Funcionalista. Demonstraremos, a partir desse momento, a importância de alguns nomes e trabalhos desenvolvidos que foram importantes para a constituição dessa teoria.

3.2.1 Situando alguns estudos funcionalistas

Segundo Gonçalves *et al* (2007), as pesquisas em torno da Gramaticalização se iniciaram na China, século X; continuaram seu desenvolvimento no século XVII, na França, com Rousseau e na Inglaterra com Tooke; e prosseguiram no século XVIII com Humboldt, Schlegel e Bopp e Gabelentz (na Alemanha) e com Whitney (nos Estados Unidos) e chegaram, no século XX, nas primeiras década de 1912, tendo Meillet com figura principal.

Os pesquisadores ressaltam que, apesar de alguns aspectos inerentes à Gramaticalização estarem inseridos na Linguística Oriental (século X), Meillet, no século XX, é considerado como peça fundamental quando se trata da Gramaticalização. Isso porque ele cria e usa o termo Gramaticalização pela primeira vez e define tal processo como “a

atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma” (MEILLET, 1912/1948, p. 131 *apud* NEVES, 1997, p.113).

Depois, segundo constata Neves (1997) e Gonçalves *et al* (2007), muitos estudiosos começaram a desenvolver trabalhos sobre Gramaticalização, sobretudo, na Alemanha como Lehmann, Claudi, Hunnemeyer e Heine. Também, na Costa Oeste da América, os autores listam os seguintes nomes: Bybee, Pagliuca, Traugott, Givón, Hopper, entre outros.

No Brasil, os estudos de teor funcionalista foram impulsionados a partir de 1980 com a formação de grupos de pesquisas que, segundo Neves (1999), estão centralizados, principalmente, nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Esses trabalhos voltaram sua atenção para a natureza comunicativa e cognitiva, a fim de compreender “o funcionamento de tópicos morfossintáticos em textos falados e escritos”. (CUNHA, 2011, p.165).

Quanto aos professores no Brasil que estudam o Funcionalismo, além dos pesquisadores Maria Helena de Moura Neves e Ataliba de Castilho, podemos mencionar relevantes contribuições ao Funcionalismo no Brasil através de nomes como: Edair Gorski - UFSC, Maria Célia Lima Hernandez - USP, Mariângela Rios de Oliveira e Sebastião Votre - UFF, Maria Maura Cezário e Mário Eduardo Martelotta (UFRJ), Maria Angélica Furtado da Cunha e Maria Alice Tavares - UFRN, Camilo Rosa da Silva - UFPB, entre outros. Além do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo (Janus), que vem desenvolvendo trabalhos/pesquisas no interior da Bahia. O grupo Janus é coordenado pelos professores Valéria Viana Sousa e Jorge Augusto Alves da Silva.

Nesta seção, apresentamos alguns autores funcionalistas, historiando o seu desenvolvimento tanto no Brasil quanto em outros países, trazendo, dessa forma, a visão de que as reflexões em torno da importância do fator social e da temática mudança linguística já eram questões que permeavam os pensamentos de muitos estudiosos. Mais a frente, na subseção 3.2.2, vamos tratar de algumas definições e princípios da Gramaticalização.

3.2.2 Entendendo as definições e princípios da Gramaticalização

Partilhando das palavras de Heine *et al* (1991), Neves (1997) expressa que, até 1970, a Gramaticalização foi relacionada principalmente a Linguística Diacrônica com o objetivo de estudar a evolução linguística e visando, também, a reconstrução da história de uma dada língua ou, ainda, constituía-se em fazer a relação da estrutura linguística do momento atual com o padrão anterior de uso linguístico. A autora salienta que um dos principais méritos

relacionados às pesquisas sobre Gramaticalização posterior a década de 70 “seria a atenção dada ao potencial que eles oferecem como um parâmetro explanatório para a compressão da gramática sincrônica.” (NEVES, 1997, p.117).

Pezatti (2011) assevera que essa mudança por que passou o termo Gramaticalização, a partir de 1970, está relacionada a uma base funcionalista de que a gramática surge do próprio uso. Nesse âmbito, Neves (1994) explica que a gramática funcional desempenha o papel de explicar as regularidades que ocorrem nas línguas, “e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua.” (NEVES, 1994, p.112).

Segundo afirmam Gonçalves *et al* (2007), nos fins da década de 1980, a Gramaticalização é difundida como paradigma e recebe uma série de denominações para rotular esse processo. O mais utilizado na Literatura é denominado de Gramaticalização³².

Segundo Neves (1997), a unidirecionalidade é uma característica do processo da Gramaticalização, no qual parte do princípio de que a mudança linguística ocorre em uma direção que não pode se desfazer ou reverter e segue a seguinte escala proposta por Hopper e Traugott: *item de significado pleno > palavra gramatical > clítico > afixo flexional*.³³

Em relação ao nosso objeto de estudo, a Gramaticalização do modo subjuntivo pode ser posto da seguinte forma: o uso frequente e gradual de formas do indicativo em contexto de subjuntivo que contém a característica de [-gramatical], com o tempo, adquire a função gramatical passando a [+ gramatical]. Nos estudos atuais seguem o seguinte esquema: *[qualquer material linguístico] > [+gramatical]*. No *Corpus* em análise, observamos que o uso do modo subjuntivo por parte dos informantes do PPVC corresponde ao que está proposto aqui. Assim, a título de exemplo temos o seguinte excerto de fala:

(9) Mãe, a senhora também nem qué0 que eu estudo. (E.L.C).

De um modo geral, Gonçalves *et al* (2007) exprimem que a Gramaticalização é um dos processos de mudança linguística mais comuns observados nas línguas. O dinamismo das línguas com o seu renovar contínuo no sistema linguístico, observada, principalmente, pelo aparecimento de novas funções para formas que já existem “e de novas formas para funções já existentes traz à tona a noção de gramática emergente.” (GONÇALVES *et al*, 2007, p. 15).

³² De acordo com Sousa (2008), também encontramos as seguintes oscilações do termo Gramaticalização: *Grammaticization, Gramatization e Rammaticalization*.

³³ Escala retirada de Neves (1997, p. 121).

A visão de que a gramática é emergente é encontrada primeiramente em Hopper (1991). Gonçalves e Carvalho (2007) expõem que para o referido autor a gramática de uma língua é continuamente emergente, isto é, sempre está surgindo novas funções para formas que já existem e,

[...] nesse processo de emergência, verificável a partir de padrões fluidos da linguagem, é possível reconhecer graus variados de gramaticalização que uma forma vem a assumir nas novas funções que passa a executar [...]. (GONÇALVES E CARVALHO, 2007, p.79).

Dessa maneira, no ciclo, as formas já existentes na língua vão se (re)organizando e ocupando outras novas funções. A fim de identificar esses graus ou estágios de Gramaticalização, Hopper (1991) estabelece cinco princípios, a saber: a estratificação (camadas), divergência, especialização, persistência e descategorização ou decategorização.

De acordo com Hopper (1991), a estratificação pode ser entendida da seguinte forma:

Dentro de um domínio funcional, novas camadas estão continuamente surgindo. Quando isso acontece, as camadas mais antigas não são necessariamente eliminadas, mas podem permanecer a coexistir e interagir com as camadas mais recentes. (HOPPER, 1991, p.22³⁴).

Sendo assim, a estratificação está relacionada pela concomitância de formas que têm a mesma função no contexto, podendo se tornar estáveis ou não. Podemos reconhecer esse princípio no estudo do modo subjuntivo quando ocorre a alternância das formas indicativas e subjuntivas em contexto de subjuntivo.

Na divergência, “Quando uma forma lexical sofre Gramaticalização para um clítico ou afixo, a forma lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças que itens lexicais comuns.” (HOPPER, 1991, p.22³⁵). Dito isto, a divergência explica a concomitância das formas que são etimologicamente iguais, no entanto funcionalmente diferentes, isto é, divergentes. Em relação ao nosso fenômeno linguístico, pensamos na divergência como o Processo de Gramaticalização da forma variante, o modo indicativo, com a permanência na língua de sua forma primeira, a forma subjuntiva.

Na especialização, Hopper (1991) explica que

³⁴ (HOPPER, 1991, p.22): “Layering: within a broad functional domain, new layers are continually emerging. As this happens, the older layers are not necessarily discarded, but may remain to coexist and interact with the newer layers.”

³⁵ (HOPPER, 1991, p.22): “Divergence: ‘When a lexical form undergoes grammaticization to a clitic or affix, the original lexical form may remain as an autonomous element and undergo the same changes as ordinary lexical items.’”

Dentro de um domínio funcional, pode ser possível uma variedade de formas, com diferentes nuances semânticas, em um estágio; quando ocorre gramaticalização, essa variedade de escolhas formais estreita-se e o menor número de formas selecionadas assume significados gramaticais mais generalizados. (HOPPER, 1991, p.22³⁶).

Sobre a persistência Hopper (1991) argumenta que

Quando uma forma passa pelo processo de gramaticalização de uma função lexical para uma gramatical, desde que seja gramaticalmente viável, ainda persiste alguns traços de seus significados lexicais da forma original e os detalhes de sua história lexical podem ser refletidos nas restrições de sua distribuição gramatical. (HOPPER, 1991, p.22³⁷).

Em relação à variação do modo subjuntivo, no princípio da persistência, o valor de subjuntivo permanece, mesmo que, no processo de alternância, a forma utilizada seja a forma indicativa.

A respeito da decategorização, Hopper (1991) expõe que formas, em Processo de Gramaticalização, tendem a perder ou neutralizar seus marcadores morfológicos e sintáticos, atributos esses que são característicos dos nomes e verbos e passam a adquirir, então, os atributos das categorias secundárias, a saber: adjetivo, preposição etc.

Em nossa pesquisa, acionamos alguns desses Princípios de Gramaticalização estabelecidos por Hopper (1991) para explicar a variação do modo subjuntivo, e, também, o Princípio da Marcação na visão givoniana.

Cunha (2011) afirma que estudos desenvolvidos na Escola de Praga trouxeram para a Linguística a utilização de termos como *marcado* e *não marcado*. Inicialmente, esse princípio, como registra Weedwood (2002), foi desenvolvido apenas na fonologia, só depois, foi integrada a morfologia e a sintaxe.

A respeito dessa distinção entre estrutura marcada e não marcada, Givón (2011) estabelece alguns critérios: (1) A variante mais marcada tende a exibir maior complexidade estrutural em relação ao padrão neutro.³⁸ (critério da *complexidade estrutural*). Ainda no

³⁶ (HOPPER, 1991, p.22): "Specialization: 'Within a functional domain, at one stage a variety of forms with different semantic nuances may be possible; as grammaticization takes place, this variety of formal choices narrows and the smaller number of forms selected assume more general grammatical meanings.'"

³⁷ (HOPPER, 1991, p.22): "Persistence: 'When a form undergoes grammaticization from a lexical to a grammatical function, so long as it is grammatically viable some traces of its original lexical meanings tend to adhere to it, and details of its lexical history may be reflected in constraints on its grammatical distribution.'"

³⁸ O termo *padrão neutro* refere-se à estrutura *não marcada*.

tocante a esse critério, Givón (2011, p. 115) depreende que “Uma construção será considerada sintaticamente mais complexa se ela se afasta da rotina da estratégia de processamento de fala estabelecida pela norma, ou seja, o padrão neutro.” (2) A estrutura marcada apresenta uma distribuição de frequência menor em relação ao padrão neutro. (critério da *restrição distribucional*). (3) A variante mais marcada é cognitivamente considerada mais complexa em relação ao padrão neutro. (critério da *complexidade cognitiva*).

Givón (1995) partilhado por Cunha, Costa e Cezario (2003) admite o fato de que uma mesma estrutura pode se apresentar como marcada em um determinado contexto e, diferentemente, mostrar-se não marcada em outra situação, acrescentando, então, que o Princípio da Marcação é um processo que depende do contexto, por isso, deve ser explicada baseada em fatores comunicativos, biológicos, socioculturais ou cognitivos.

Nessa subseção, mostramos as definições e princípios basilares da Gramaticalização. Na próxima subseção, evidenciaremos como a interface entre a Sociolinguística e o Funcionalismo pode ampliar os horizontes de pesquisa, oferecendo-nos, assim, maiores subsídios a respeito da descrição, compreensão e análise do nosso fenômeno linguístico.

3.3 SOBRE SOCIOFUNCIONALISMO

A Sociolinguística e o Funcionalismo constituem teorias que se unem por considerarem a heterogeneidade da língua e por priorizarem seu uso real como ponto basilar para explicar processos de variação e mudança. Essa interface entre as teorias e a articulação dos seus princípios recebe a denominação de Sociofuncionalismo.

Segundo Tavares (2013), os estudos sociofuncionalistas que tomam como base a Teoria Variacionista e a Teoria do Funcionalismo³⁹ norte-americano para analisar e explicar fenômenos de variação e mudança linguística foram desenvolvidos no final da década de 80. Neves (1999) diz que os trabalhos que seguiam essas orientações, surgiram nas bases de pesquisas desenvolvidas pelo *Programa de Estudos sobre o Uso da Língua* (doravante abreviado PEUL/RJ).

De acordo com Neves (1999), no Brasil, tem sido grande o número de estudos desenvolvidos na linha sociofuncionalista, a saber: Roncarati (1996, 1997), Gryner (1995, 1996), Paredes (1988), Camacho (1995), Berlinck (1995), Tavares (2003) e outros. Apesar dessa gama de trabalhos desenvolvidos mostrar ser possível a interface entre a

³⁹ Segundo afirma Martelotta (2011), o Funcionalismo também tem sido recentemente chamado de “Linguística baseada no uso”.

Sociolinguística e o Funcionalismo, esse diálogo ainda tem suscitado muitos prós e contras entre alguns teóricos a respeito desse hibridismo.

Não há dúvida de que a junção dessas duas vertentes teóricas possibilita a ampliação na compreensão e análise de um dado fenômeno linguístico. Pires de Oliveira (1999), por exemplo, após fazer um percurso histórico dos estudos semânticos realizados no Brasil, em seu trabalho intitulado *Uma história de Delimitações Teóricas: trinta anos de semântica no Brasil*, percebeu que o estudo do significado, ao estabelecer relação com outras subáreas da Linguística ou para além desse campo, ganhou uma nova face, resultando, dessa forma, em uma pluralidade de modelos em relação ao estudo da Semântica. Diante disso, expressa utilizando de uma metáfora que o fazer científico é construído na conversa quando se está diante da interface entre teorias divergentes.

Mas, como afirmamos linhas acima, a realização de trabalhos com associações entre fontes distintas é palco de uma discussão, digamos, um pouco acirrada. Pires de Oliveira (1999) demonstra que Borges Neto não vê essa possibilidade de aproximação entre teorias divergentes. A respeito disso, May (2009) sublinha que, em 1980, em um debate iniciado pelo pesquisador Fernando Tarallo, que, na ocasião, apresenta o linguista-camaleão Zelic e expressa que “uma certa dosagem de ‘falta’ de personalidade acirradamente teórica poderá levar o linguista a resultados mais condizentes com os fatos que se propõe a analisar” (TARALLO, 1986 *apud* May, 2009, p. 70), recebe a seguinte resposta de Borges Neto:

Um programa de investigação científica nos pretende dar uma compreensão unificada da realidade, permitindo-nos predizer o comportamento de um objeto em diferentes situações. A explicação de diferentes aspectos de um fenômeno através de diferentes programas (ou teorias) equivale a nenhuma explicação - a predição é dificultada e corremos o risco de termos apenas explicações *ad hoc*. (BORGES NETO, 1987, p. 93 *apud* May, 2009, p. 71).

Contrária à opinião de Borges Neto, Pires de Oliveira (1999), sobre o hibridismo entre teorias, opina que

[...] não é necessário que as diferenças sejam interpretadas como alternativas excludentes, como impossíveis de serem tópicos de uma conversa comum. [...] o conhecimento se constrói na conversa na diferença, sem que com isso seja necessário supor um mesmo projeto em comum. (PIRES DE OLIVEIRA, 1999, p. 14).

Também, podemos encontrar em Borges Neto (2004) que Carlos Franchi defende os estudos com associações entre teorias distintas, expressando que

(i) o pluralismo é inevitável, uma vez que o objeto de estudos da linguística é extremamente complexo e permite ‘visadas’ distintas, e (ii) o pluralismo não traz consigo o ‘relativismo’, uma vez que, no fundo, o objeto de estudos é sempre o mesmo: as várias abordagens são abordagem do mesmo objeto e, por isso, complementares. (BORGES NETO, 2004, p. 67).

Diante disso, assumimos a possibilidade da associação entre essas teorias, mostrando isso a partir de algumas semelhanças entre os aportes teóricos e metodológicos da Sociolinguística e do Funcionalismo, como também, através do diálogo entre estudiosos na linha sociofuncionalista, sobretudo, Tavares (2003, 2013), que dedicou, em sua tese, um capítulo sobre o que ela denomina de casamento entre a Sociolinguística e o Funcionalismo.

Primeiramente, elencaremos e discutiremos *a priori*, algumas convergências e, *a posteriori*, divergências entre essas teorias.

3.3.1 O Funcionalismo e a Sociolinguística: teorias em diálogo

Revisitando os aportes teóricos e metodológicos do Funcionalismo e da Sociolinguística, podemos encontrar algumas semelhanças que nos possibilitam um diálogo entre essas teorias, como veremos a seguir.

Camacho (2001) nos diz que, nas bases dos postulados da Sociolinguística, a variação é inerente ao sistema linguístico. Contribuindo para essa discussão, resgatamos Mollica (2007) que assevera que a língua é dotada de dinamicidade, por isso heterogênea.

Essa convicção de que a língua passa por um processo de alteração constante no sistema linguístico também é encontrada na Teoria Funcionalista quando trazemos a afirmação de Givón (2011, p.17): “a língua muda constantemente”.

Nessas colocações, fica evidente uma compatibilidade entre as teorias na qual a língua é dinâmica e não estática, característica que condiciona, então, à variação ou à mudança no sistema linguístico.

Mollica (2007, p.9) expressa que, na Teoria Sociolinguística, se “estuda a língua em uso no seio da comunidade de fala”. Identicamente, o Funcionalismo “procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso.” (CUNHA, COSTA E CEZÁRIO, 2003, p. 29). Com base em tal pressuposto, semelhante em ambas as teorias, observamos que as duas priorizam a língua em uso e, como mencionamos anteriormente, sua característica basilar é ser heterogênea, o que ocasiona variação e mudança no sistema linguístico.

Outro princípio preconizado pela Sociolinguística parte do pressuposto “de que as alternâncias de uso são influenciadas por fatores estruturais e sociais.” (MOLLICA, 2007, p.10).

Na hipótese funcionalista, também, observamos essa característica quando, nessa teoria, há a consideração de que existe “uma relação estreita entre a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação.” (MARTELOTTA, 2011, p. 55, 56).

Diante do exposto, evidenciamos que, em ambas as teorias, há uma convergência na relação que se faz entre as realizações da língua, isto é, os fenômenos linguísticos e a sociedade que faz uso dessa língua são elementos relacionados.

Essas são apenas algumas semelhanças que podemos encontrar entre o Funcionalismo e a Sociolinguística. Podemos resgatar Tavares (2003) e encontrar, em sua tese, esses pontos convergentes, tratados até aqui, e outros dos quais vamos elencar, a fim de reforçar e mostrar a possibilidade de um casamento entre as teorias.

Tavares (2003) exprime que um ponto conciliável entre as teorias centra-se no fato de a mudança linguística ocupar uma posição de destaque, e, ser compreendida como um fenômeno contínuo e gradual.

Em relação à Teoria Variacionista, Naro (2007, p. 43) diz que “De fato, as mudanças linguísticas normalmente se processam de maneira gradual em várias dimensões.” Semelhantemente, na perspectiva da linguística baseada no uso, Martelotta (2011, p.16) expressa que “por ser um instrumento de interação entre os indivíduos dentro de uma comunidade, as línguas naturais tendem a variar e a mudar com o tempo.”

Ainda sobre a convergência entre as teorias, a pesquisadora apresenta outra característica equivalente: o fenômeno linguístico é analisado em uma situação interativa de uso real. A título de exemplificação dessa confluência entre as teorias, citamos o funcionalista Givón (2011) e o sociolinguista Labov (2008):

Se a língua é um instrumento de comunicação, então é bizarro tentar entender sua estrutura sem referência ao contexto comunicativo e à função comunicativa. Portanto, restrições gramaticais, regras de sintaxe, transformações estilísticas e coisas assim não estão lá “porque elas são pré-instaladas no código genético do organismo”. Nem estão lá sem razão alguma. Ao contrário, elas estão lá para servir a funções comunicativas específicas. (GIVÓN, 2011, p.54).

Existe uma crescente percepção de que a base do conhecimento intersubjetivo na linguística tem de ser encontrada na fala – a língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos. (LABOV, 2008, p.13).

Mais um ponto afim se instaura entre as teorias, quando nos deparamos com essas palavras proferidas pelos linguistas, deixando, assim, bastante evidente, a prioridade que se atribui à língua em uso, tanto no Funcionalismo, quanto na Sociolinguística.

O princípio do uniformitarismo também suscita uma discussão a respeito da interface entre a Sociolinguística e o Funcionalismo. Segundo Labov (2008), a doutrina uniformitarista consiste na crença de que “os mesmos mecanismos que operaram para produzir as mudanças em larga escala do passado podem ser observados em ação nas mudanças que presentemente ocorrem à nossa volta.” (LABOV, 2008, p.192). Tavares (2003) salienta que esse princípio, abordado nos estudos de Gramaticalização por Hopper e Traugott, é retomado de Labov.

Diante dessas palavras, demonstramos que ambas as teorias acreditam que a força linguística ou social atuante no presente sobre a variação e mudança linguística é a mesma que atuou em tempos pretéritos.

Outro ponto conciliável entre as teorias, apresentado pela autora, é o fato dos dados sincrônicos e diacrônicos não serem tomados de maneira indissociáveis no estudo linguístico. Para demonstrar isso, citamos WLH (2006) que nos trazem a seguinte assertiva:

Este ensaio se baseia na observação de que as teorias estruturais da língua, tão frutíferas na investigação sincrônica, sobrecarregaram a linguística histórica com um fardo de paradoxos que não foram completamente superados. Ferdinand de Saussure, ao assentar as fundações do estudo sincrônico, estava ciente da correspondente intratabilidade da mudança linguística [...] (WEINREICH; LABOV E HERZOG, 2006, p. 33).

Em relação à teoria Funcionalista, Sousa (2008, p. 72) nos diz que “o reconhecimento da intercomplementariedade dos estudos sincrônicos e diacrônicos para compreensão do sistema são preocupações que emergem aos funcionalistas.”

Nessa perspectiva, afirmamos, assim como Tavares (2003), que os dados sincrônicos e diacrônicos são vistos, por ambas as teorias, como complementares para compreendermos processos de variação e mudança linguística, levando, dessa maneira, ao alcance de resultados mais creditáveis e refinados, referentes às alterações por que passa a língua.

Apesar de tantos pontos em comum entre o Funcionalismo e a Sociolinguística, por se tratar de teorias distintas, em termos de princípios e metodologia, as semelhanças entre elas, por vezes, podem se dar de maneira superficial. Trataremos, a partir desse momento, até que ponto as diferenças entre as teorias interferem no estudo de um dado fenômeno linguístico ou se tais divergências impossibilitam o casamento entre as teorias.

3.3.2 Divergências epistemológicas no hibridismo entre a Sociolinguística e o Funcionalismo

Como lembra Tavares (2003), cada teoria é um pacote completo, por isso alguns pressupostos teóricos e metodológicos entre o Funcionalismo e a Sociolinguística Variacionista podem não se encaixar uma na outra. Isso é perceptível, por exemplo, no estudo da mudança linguística. Entre tantas semelhanças referentes à variação e à mudança linguística entre a Sociolinguística e o Funcionalismo, não há consonância referente à singularidade do termo *mudança* entre as teorias com relação ao que primeiro ocorre, se a variação ou a mudança.

Sobre essa questão, Castilho (2012, p. 87)) resgata Sapir (1921/1954) no qual afirmou “que o fenômeno da variação linguística acarreta o da mudança: se há duas ou mais formas em competição, uma delas acabará por vencer a outra, e a língua mudará.” Castilho (2012) assevera que William Labov elabora essa ideia denominando-a de teoria da variação e mudança e, no âmbito dessa corrente, a variação se constitui o primeiro estágio para ocorrer a mudança linguística. E, em Tarallo (2004, p.63), encontramos o seguinte trocadilho sobre variação e mudança: “Nem tudo o que varia sofre mudança; toda mudança linguística, no entanto pressupõe variação. Variação, portanto, não implica mudança, mudança, sim implica variação.” A variação, então, é um processo que pode ser desencadeador da mudança.

Já no que se refere aos estudos sobre Gramaticalização, ocorre o contrário: o fenômeno de variação linguística provém da mudança. Tavares (2003, p. 105) exprime que a “mudança refere-se tanto ao surgimento das inovações quanto a sua propagação social.” Inicialmente, então, no Funcionalismo/Gramaticalização, percebemos que houve uma mudança na forma linguística que está, na língua em uso, ocupando uma nova função.

Posto essas diferenças, segundo Tavares (2003), a relação entre a variação linguística e a mudança por Gramaticalização pode ser sintetizada da seguinte forma: no processo de seu desenvolvimento, um determinado item linguístico passa a exercer várias funções, isto é, uma forma para mais de uma função – ótica da Gramaticalização. Nesse percurso, seu uso pode se ampliar para um domínio funcional já realizado por outro item e, desta forma, passa a competir com ele. Já a marcação da função pode ser compreendida, na ótica da sociolinguística, da seguinte forma: mais de uma forma para uma função. Diante disso, surge, “um ponto de variação, passível de ser solucionado por especialização das formas ou pelo

desaparecimento de uma ou mais das variantes, soluções essas relacionadas ao próprio percurso de gramaticalização individual das formas [...]” (TAVARES, 2003, p.110).

Castilho (1997), resgatado por Tavares (2003), sobre isso expressa que essas diferenças entre a compreensão do que venha primeiro, se a variação ou a mudança, podem ser conciliáveis ao se pensar que devido à natureza cíclica da Gramaticalização, não é contraditório afirmar que a variação é concomitantemente *o ponto de partida* e chegada da mudança no sistema linguístico, ou, o contrário, “que a mudança é o ponto de partida e o ponto de chegada da variação.” (TAVARES, 2003, p.109).

Podemos, então, compreender que, na Gramaticalização, a variação pode ser resolvida quando uma das formas se especializa. Essa forma especializada pode sofrer nova variação que passa a ser solucionada mediante nova mudança, o que gera, então, um ciclo contínuo como o que Tavares (2003) apresenta: ...Gramaticalização $\Rightarrow$ Variação $\Rightarrow$ Gramaticalização $\Rightarrow$ Variação... Dessa guisa, podemos compreender, então, esses fenômenos como um decorrente do outro.

De acordo com a pesquisadora, essa divergência entre a Gramaticalização e a Sociolinguística se centra na seguinte assertiva variacionista: “Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade” (WLH, 2006, p.125), conforme apresentamos no trocadilho feito por Tarallo (2004). A autora explica que a teoria variacionista averiguou a coexistência de variantes por um bom período de tempo, sem grandes alterações. Nesse caso, é possível o fato da variação não conduzir a mudança. No entanto, em um processo de mudança por Gramaticalização, é possível acontecer períodos sem grandes alterações o que equivale a variação estável de Labov.

Outro ponto que requer diálogo entre as teorias se baseia no fato de que, para a Sociolinguística, a mudança linguística “[...] perpassa pela coexistência de duas ou mais formas para uma mesma função, ‘já sob a ótica funcionalista’, há a concorrência de duas ou mais funções para uma mesma forma.” (SOUSA, 2008, p. 71 [grifo nosso]).

Diante desses objetos de estudo distintos, Saraiva (2013) expressa que o diálogo se instaura, através de um dos Princípios da Gramaticalização, a estratificação, estabelecido por Hopper (1991), pois prevê a emergência de “novas camadas ou formas para exercerem funções que já eram abrangidas por formas mais antigas” (SARAIVA, 2013, p.43). Diante disso, podemos estabelecer um liame entre os objetos de estudos entre as teorias, dando origem ao objeto do Sociofuncionalismo, sintetizado da seguinte forma: “diferentes formas-camadas ou variantes ou camadas/variantes - que convivem em um mesmo ambiente, gerando

o que pode ser definido como uma situação de estratificação/variação.” , segundo Tavares (2003, p. 108).

Outro pressuposto não tão conciliável está relacionado à função e à estrutura. Hopper (1987) e Givón (1995), retomados por Tavares (2003), comungam do mesmo pensamento quando expressam que a estrutura da gramática se constitui em um processo contínuo, isto é, a gramática caracteriza-se por ser emergente por natureza, por esta razão sempre está em um processo de andamento para a sua constituição, porém, não chegando a ser definida de fato, por sofrer alterações constantes devido às pressões de uso dos falantes.

Retomando as informações trazidas por Weedwood (2002), exprimimos que o Funcionalismo implica uma “apreciação da diversidade de funções desempenhadas pela língua e um reconhecimento teórico de que a estrutura das línguas é, em grande parte, determinada por suas funções características.” (WEEDWOOD, 2002, p. 138). Já para a Teoria Variacionista, Tavares (2003) traz a visão de WLH (1968) que atribuem

[...] papel central às noções de sistema e de estrutura, considerando a língua um sistema regido por regras (in)variáveis entendidas como elementos estruturais, parte da competência linguística dos falantes. Para os autores, aspectos funcionais ficam em segundo plano. (TAVARES, 2003, p. 120).

Dessa forma, fica claro que o Funcionalismo no enfoque da Gramaticalização se centra na primazia da função, enquanto a Teoria Variacionista se assenta na concepção de estrutura como ponto central.

Tavares (2003) explana que Labov nega formações funcionalistas, expressando que a função não desempenha papel relevante para a constituição da estrutura ou exerça influência na variação e na mudança linguística, mas afirma serem motivadas pelos fatores sociais, estruturais e mecânicos. Dessa forma, na perspectiva da Sociolinguística, não se leva em consideração grupo de fator e princípios de natureza funcional.

Já os estudos na ótica Funcionalista, de acordo com Sousa (2008), não desprezam as formas, “apenas direcionam a importância em conhecê-las a partir da função que estas exercem no ato discursivo. Afinal, nessa teoria, a forma é subordinada à função que desempenha.” (SOUSA, 2008, p.71).

Sintetizando a diferença do valor atribuído à função e à estrutura entre as teorias, Tavares (2003) exprime que

A teoria variacionista expressa seus achados na forma de regras abstratas. As regras variáveis representam um modo de descrever *formalmente* a inter-relação sistemática entre os condicionamentos internos e externos à língua. Já o

funcionalismo vinculado à acepção de gramática emergente focaliza relações de diferentes graus entre funções e formas e a alteração por que passam tais relações ao longo do tempo, não se ocupando em estipular regras abstratas subjacentes ao uso. (TAVARES, 2003, p. 120).

Diante desses pontos apresentados, reconhecemos que alguns tópicos são inconciliáveis quando se trata de teorias distintas. Assim, aspiramos das palavras de Pires de Oliveira (1999), quando expressa ser possível a construção de coerências diante das diferenças, porque podemos compreender “os termos de uma teoria na linguagem da outra”, (PIRES DE OLIVEIRA, 1999, p. 11), surgindo, então, uma linguagem comum.

Sobre isso, Tavares (2003) afirma que o pesquisador vai se filiar mais ou menos a uma das teorias ou do entremeio o que resultará em diversas possibilidades de encaixamento da teoria Sociofuncionalista na matriz dos estudos linguísticos.

Visto por esse ângulo, entendemos que não é o pacote total dos termos, conceitos e dos procedimentos metodológicos da teoria do Funcionalismo ou da Sociolinguística que serão unidos, mas somente aqueles pressupostos passíveis de integração para uma linguagem comum, possível, conciliável e, em nosso caso específico, de interesse ao nosso estudo. Como a autora demonstra, o casamento entre as teorias, resultará em um novo rumo na pesquisa, isto é, não se assemelhará às delimitações das teorias mãe, mas tratar-se-á de um rearranjo de significados, conceitos, interpretações que, quando em estado de diálogo, se mostram diferentes, mesclados depois da conversação surgidas do conjunto das ideias de uma e de outra teoria.

Dessa guisa, consideramos as palavras de Pires de Oliveira (1999) quando assevera que, para a realização da união entre teorias distintas, não se faz necessário anular as diretrizes que emana de cada pacote teórico. Seria uma conversa, um diálogo entre as diferenças existentes entre alguns conceitos incompatíveis entre as teorias. A autora, a esse respeito, diz que

[...] A melhor metáfora não é, portanto, a do projeto único, nem a dos caminhos isolados, mas de uma conversa na diferença; quanto mais conversamos, mais os conceitos circulam, mais revisões são necessárias, mais conhecimento comum é gerado. (PIRES DE OLIVEIRA, 1999, p. 12).

Esse novo olhar gerado, o Sociofuncionalismo, nascido do hibridismo entre a Sociolinguística e o Funcionalismo, é constituído do resultado de muita conversa. E, como Tavares (2003) expressa, nesse processo de diálogo, ocorrerá uma espécie de negociação,

interpretação e adaptação entre os pressupostos teórico-metodológicos até tecer uma conversa compreensível, no qual cada um terá clareza do seu lugar, ou seja, da diferença existente em relação ao outro, para por fim, o casamento ser constituído de fato.

Finalizando essa discussão temporariamente, antes da análise de dados, seguimos, agora, para a seção referente aos procedimentos metodológicos da nossa pesquisa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, trataremos das etapas desenvolvidas na pesquisa. Assim, abordaremos a respeito da seleção dos informantes, da entrevista de natureza sociolinguística, daremos sequência com a contextualização da cidade de Vitória da Conquista e, por fim, detalharemos o envelope de variação, descrevendo as variáveis linguísticas (estruturais) e extralinguísticas (sociais) utilizadas nesse estudo.

4.1 A COLETA DOS DADOS

Os dados para a pesquisa foram extraídos do *Corpus* do Português Popular de Vitória da Conquista (*Corpus* PPVC) constituído e organizado pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e pelo Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo - CNPq. A amostra foi composta por 24 (vinte e quatro) informantes, estratificados da seguinte forma: gênero/sexo (masculino/feminino), faixa etária (Faixa I: de 15 a 35 anos; Faixa II: de 36 a 70 anos; Faixa III com mais de 70 anos de idade) e grau de escolaridade⁴⁰ (sem escolaridade ou até 5 anos de escolarização).

Os dados foram codificados e submetidos ao programa estatístico GoldVarb. Tanto a Sociolinguística quando o Funcionalismo recorrem ao modelo quantitativo de análise, frisando que, na Teoria Variacionista, não só se consideram as frequências de uso, mas também utilizam o peso relativo. Apesar disso, Tavares (2003) nos lembra de que, para uma pesquisa de teor Sociofuncionalista, o peso relativo pode ser recomendado já que forças múltiplas também estão disputando o seu lugar.

Como nossa análise se centra em dados do Português Popular, passamos a palavra a Silva (2005) que esclarece esse conceito com muita propriedade:

A nossa definição de português popular do Brasil parte do princípio de que seus falantes caracterizam-se pela falta do letramento ou pelo pouco letramento a que foram submetidos, portanto a escolha dos informantes pautou-se na escolha daquela parcela da população em que o letramento tenha sido precário ou não tenha ocorrido. (SILVA, 2005, p.33).

⁴⁰ O Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e o Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica organizaram dois *Corpora*, a saber: (1) *Corpus* do PPVC, contendo 24 informantes com escolaridade abaixo de 5 anos; e (2) *Corpus* PCVC, contendo 24 informantes acima de 11 anos.

Dito isto, os falantes no *Corpus* PPVC são caracterizados da seguinte forma: analfabetos - aqueles que não tiveram nenhum tipo de instrução em contraposição àqueles falantes que tiveram até cinco anos de escolarização.

Segue, conforme exposto no quadro (3), a estratificação da nossa amostra.

Informante	Sexo/gênero	Idade
C.D.S	F	31 anos
G.N.B	F	24 anos
S.J.S	F	33 anos
S.S.C	F	33 anos
J.S.R	M	28 anos
L.B.R	M	17 anos
E.P.S	M	22 anos
M.S.S	M	26 anos
A.A.B	F	38 anos
E.S.P	F	38 anos
M.J.P.S	F	42 anos
ESB	F	45 anos
J.C.S	M	42 anos
RTN	M	31 anos
S.A.A	M	37 anos
W.S.O	M	41 anos
E.L.C	F	96 anos
M.C.A.O	F	75 anos
M.L.S.S	F	74 anos
J.P.R.B	F	80 anos
A.R.A	M	81 anos
E.F.O.	M	72 anos
E.J.R	M	83anos
J.A.P	M	86 anos

Quadro 3: Informantes da comunidade de Vitória da Conquista – BA

A seguir, descrevemos como o *Corpus* PPVC foi constituído.

4.2 A ENTREVISTA

Para constituição do *Corpus*⁴¹, seguiu-se a orientação de coleta da fala espontânea através de entrevistas segundo a Tradição Sociolinguística. Tavares (2003) afirma que a comunicação oral espontânea também é adotada pelos funcionalistas como uma das formas mais reveladoras da língua. Para essa pesquisa, cada entrevista teve uma duração de mais ou menos 60 minutos e foi transcrita segundo a chave de transcrição elaborada pelo Professor Dr. Dante Lucchesi (Projeto Vertentes).

Para as entrevistas, havia um roteiro de perguntas pré-estabelecido, com perguntas consideradas como provocadoras de respostas subjetivas referentes a vários assuntos como educação, religião, política, esporte e música. (cf. anexo). Contudo, toda vez que o (a) entrevistador(a) percebia que algum assunto suscitava interesse ou empolgação no(a) informante, no momento da interação, ele(a) tinha a liberdade de alterar a sequência de perguntas pré-estabelecida a fim de que a conversa acontecesse da forma mais natural possível.

4.2.1 A representação da cidade de Vitória da Conquista

Conforme informações retiradas do IBGE, os primeiros habitantes do município de Vitória da Conquista foram os povos indígenas divididos entre os grupos dos Pataxós, dos Mongoiós e dos Aimorés. As suas aldeias se estendiam por uma extensa faixa chamada Sertão da Ressaca⁴². Os aborígenes foram alvo de ataques contínuos pelos colonizadores que tinham o intuito de expulsar essas nações indígenas e adquirir as suas posses. Também, no IBGE, está registrado que o principal responsável por esse desbravamento do Sertão da Ressaca foi o ex-escravo e bandeirante João Gonçalves da Costa, nascido na cidade de Chaves em Portugal e conhecido como uma figura violenta e dizimador de aldeias. Os constantes conflitos quase que dizimaram a cultura indígena, restando, assim, pouco da sua tradição e dos seus costumes no Sertão da Ressaca.

Silva e Sousa (2013) dizem que, no plano linguístico, registram-se as seguintes línguas faladas pelos índios na região de Vitória da Conquista: Kamaçã (dialeto Mongoyó),

⁴¹ O *Corpus* PPVC foi construído com a colaboração de bolsistas de Iniciação Científica (doravante IC) (Fomento - FAPESB, CAPES, UESB) que são integrantes do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo - CNPq e, também, com a participação de voluntários.

⁴² Consoante às palavras de Guimarães (2014), o termo Sertão da Ressaca foi usado para a designação da história da região que situa o município de Vitória da Conquista, mas que não se restringe apenas aos limites oficiais desta cidade, alcançando, assim, as regiões fronteiriças de Anagé, Planalto e Barra do Choça.

Aymoré e Pataxó. Os pesquisadores expõem que não só os povos indígenas tiveram papel relevante para a formação cultural e sociolinguística da região, mas, também, os negros africanos, os afrodescendentes e o branco europeu.

A convivência multiétnica entre o índio, negro e o branco constituiu a formação cultural e sociolinguística criando, assim, o quadro da sócio-história da comunidade de Vitória da Conquista. Segundo informações do IBGE, essa cidade surgiu em 19 de maio de 1840 e localiza-se no Sudoeste da Bahia, conhecida, então, pelas suas atividades centradas na pecuária.

Essa cidade, em 1783, era conhecida como o Arraial da Conquista e, depois de seis décadas, mais precisamente em 1840, foi elevada à condição de Vila com o nome de Imperial Vila da Vitória, desmembrando-se, dessa forma, do município de Caetité que era considerado, antes, como sede de Vitória. Em 1891, Vitória é elevada a condição de cidade com o nome de Conquista com a modificação desse nome para Vitória da Conquista, em 1943, através da Lei Estadual nº. 141.

Segundo o IBGE, o censo demográfico de 2010 da cidade de Vitória da Conquista registrou um total de 306.866 habitantes em uma área territorial de 3.356, 886 km² e densidade demográfica de 90,11 hab./km². Em relação ao sexo do indivíduo, essa divisão se dá da seguinte maneira: a população masculina totaliza 147.879 habitantes enquanto a feminina tem um total de 158.987 habitantes. Em relação à distribuição populacional, na zona rural é de 32.127 e na zona urbana é de 274.739 habitantes.

Concernente à economia, o IBGE armazena a informação de que Vitória da Conquista é considerada a 5ª cidade com maior economia na Bahia. O desenvolvimento desse setor é favorecido pelo comércio forte, pelos serviços educacionais e os de saúde. A construção civil tem sido considerada um vetor de crescimento para a economia, principalmente com a implementação do programa Minha Casa Minha Vida, por parte do Governo Federal, que tem gerado muitos empregos, fortalecendo, assim, o mercado local.

Ainda com o propósito de mostrar a fotografia de Vitória da Conquista, registramos que, com relação ao lazer, a cidade possui a Praça Tancredo Neves, Museu Regional, Teatro Municipal Carlos Jehovah, Teatro Glauber Rocha (na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), Centro de Cultura Glauber Rocha, o ponto turístico chamado Ponto Escuro, Shopping, clubes, ambientes religiosos e uma diversidade de restaurantes etc. No município, também, são realizadas festas religiosas em datas comemorativas permanentes que, a rigor, atraem muitas pessoas para a cidade, a exemplo da Festa da Padroeira que acontece em agosto; da

Semana Espírita realizada no mês de setembro e da Marcha para Jesus no mês de novembro, realizada para festejar o aniversário da cidade.

Ao lado desses eventos religiosos, outros eventos de grande repercussão no cenário nacional são o Festival de Inverno, realizado anualmente em Vitória da Conquista desde o ano de 2005, e os projetos municipais do Forró do Periperi e do Natal da Cidade, nos quais há sempre apresentações de artistas nacionais e regionais e, conseqüentemente, a atração de pessoas das cidades circunvizinhas.

4.3 A VARIÁVEL DEPENDENTE

A variável dependente constitui-se da relação da alternância entre os modos indicativo e subjuntivo em orações completivas introduzidas pelo complementizador *que* e em orações parentéticas iniciadas pelo *que*. Sendo assim, as variantes consideradas são: (i) Formas do subjuntivo em contexto de subjuntivo e (ii) Formas do indicativo em contexto de subjuntivo.

4.4 AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

Nesta subseção, trataremos dos fatores linguísticos e extralinguísticos que podem estar condicionando a variação do modo subjuntivo. Primeiramente, apresentaremos as variáveis linguísticas (estruturais) e, em seguida, as variáveis extralinguísticas (sociais).

4.4.1 As variáveis linguísticas (estruturais)

As variáveis linguísticas controladas para análise dos dados são: (i) Tipo de oração; (ii) A variável modalidade na oração matriz; (iii) A variável tipo de verbo da oração matriz; (iv) A variável estrutura da assertividade da oração; (v) A variável tempo verbal da oração principal; (vi) A variável tempo verbal da oração completiva e (vii) A variável pessoa do verbo da oração matriz, conforme descrito abaixo.

4.4.1.1 A variável tipo de oração

A variável *Tipo de oração* foi escolhida para testar a pressuposição de que a concorrência entre as formas do subjuntivo e indicativo pode estar relacionada ao fator tipo de oração. Estudos realizados por Alves Neta (2006) e Pimpão (2012) demonstraram que o

contexto sintático de completiva foi mais favorável ao uso do subjuntivo. Para a rodada geral dos dados, levantamos a hipótese de que o uso do subjuntivo seja mais produtivo nas orações subordinadas substantivas do que nas orações parentéticas.

Em relação ao contexto sintático de completiva, aventamos que o uso do subjuntivo esteja relacionado ao tipo de oração completiva (subjativa, objetiva direta, objetiva indireta, completiva nominal, predicativa e opositiva).

Concernente ao contexto sintático de oração parentética, Pimpão (2012) percebeu que no âmbito sintático desse tipo de oração, a recorrência do item verbal na oração do dado relacionava-se ao emprego da forma presente do subjuntivo. Uma análise prévia dos nossos dados levou-nos a aventar que o item verbal esteja associado ao uso de presente do indicativo.

4.4.1.2 A variável modalidade na oração matriz

Estudos linguísticos mostram que a variável modalidade tem um relevante papel no tratamento do modo subjuntivo. (BIACHENT, 1996; ALVES NETA, 2006; MEIRA, 2006; ALVES, 2009; PIMPÃO, 2012). Como discutimos na seção 2, o subjuntivo tende a gramaticalizar-se nos submodos epistêmico e deôntico. No controle desse grupo de fator, pretendemos observar em qual submodo a variação do subjuntivo ocorre em maior índice.

4.4.1.3 A variável tipo de verbo da oração matriz

O grupo de fator *Tipo de verbo da oração matriz* é de suma importância no tratamento da covariação do subjuntivo e indicativo, porque partimos do pressuposto de que a escolha do modo verbal na estrutura de complementação é definida pelo tipo de verbo da oração matriz. Para tal realização, levamos em consideração o valor semântico do verbo da oração matriz no contexto *irrealis* que está na base dos domínios epistêmico (certeza, probabilidade, crença) e deôntico (obrigação, desejo, intenção) e controlamos os seguintes tipos de verbos: volitivo, cognitivo, *dicendi*, causativo, existencial e outros (ser, ir). Estudos da Tradição Linguística (CARVALHO; 2007, MEIRA, 2006) vêm demonstrando a importância do item verbal da oração matriz no tratamento da seleção do modo verbal na oração subordinada, corroborando, assim, para o fortalecimento dessa hipótese.

4.4.1.4 A variável estrutura de assertividade da oração

A variável *Estrutura de assertividade da oração* foi atestada por Carvalho (2007) e Pimpão (2012) como fator significativo para o emprego do modo subjuntivo e mostrou-se bastante atuante na rodada estatística. Considerando essas autoras, também partimos do pressuposto de que a negação na oração matriz é um elemento que define a seleção do modo na estrutura de complementação. Acreditamos que alguns verbos quando negados podem condicionar o emprego de formas do subjuntivo nas encaixadas, por isso, à semelhança das autoras, resgatamos alguns dos fatores dessa variável linguística que estão organizados da seguinte maneira: (i) Negação na matriz e afirmação na completiva. (ii) Negação na matriz e na completiva. (iii) Afirmação na matriz e na completiva e (iv) Afirmação com negação na oração completiva. (v) (Não) que (não) (somente para as orações parentéticas) e (vi) que eu (lembre) (somente para as orações parentéticas). Com essas variáveis, pretendemos verificar o índice frequencial da variação do modo subjuntivo nas proposições afirmativas e negativas.

4.4.1.5 A variável tempo verbal da oração principal

Aventamos que o tempo imperfeito do verbo na oração matriz tende a favorecer o uso do modo subjuntivo na oração completiva. Levando em consideração Bianchet (1996) e Meira (2006), acreditamos que isso é em virtude de o tempo imperfeito estar associado à noção de irrealidade. Para controle dessa variável, consideraremos os seguintes tempos: presente do indicativo, pretérito perfeito do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo, pretérito mais-que-perfeito (composto) do indicativo, futuro do pretérito do indicativo (incluindo as formas compostas), futuro do presente do indicativo (incluindo as formas compostas), presente do subjuntivo, imperfeito do subjuntivo e futuro do subjuntivo.

4.4.1.6 A variável tempo verbal da oração completiva

Para a variável *tempo verbal da oração completiva*, levantamos a hipótese de que o tempo imperfeito condiciona o emprego do subjuntivo na oração completiva mais do que nos outros tempos pelo fato de relacionar-se à noção de irrealidade. Para controle dessa variável, consideraremos os seguintes tempos: presente do indicativo, pretérito perfeito do indicativo, pretérito imperfeito do indicativo, pretérito mais-que-perfeito (composto) do indicativo, futuro do pretérito do indicativo (incluindo as formas compostas), futuro do presente do indicativo

(incluindo as formas compostas), presente do subjuntivo, imperfeito do subjuntivo e futuro do subjuntivo.

4.4.1.7 A variável pessoa do verbo da oração matriz

Considerado Carvalho (2007) Bianchet (1996), aventamos que a pessoa verbal da oração principal seja um condicionante para a seleção do modo na estrutura de complementação. Dito isto, partimos também do pressuposto de que a primeira pessoa verbal limita o uso do subjuntivo na oração encaixada por se tratar de um comprometimento maior por parte do falante diante do que é enunciado, enquanto que a terceira pessoa condiciona o emprego do subjuntivo por haver um distanciamento do falante frente ao que enuncia. Para o controle dessa variável, levamos em consideração as seguintes pessoas do verbo: 1ª pessoa do singular, 2ª pessoa do singular, 3ª pessoa do singular, 1ª pessoa do plural, 2ª pessoa do plural, 3ª pessoa do plural.

4.4.2 As variáveis extralinguísticas (sociais)

Inserir o espectro da variável social em uma pesquisa é buscar resposta da sua influência em uma dada variação linguística, já que se entende que a heterogeneidade na língua é, também, condicionada pelo fator social, pois as línguas são expressão das culturas em que florescem.

Nessa pesquisa, utilizamos os fatores gênero/sexo, faixa etária e nível de escolaridade como veremos em seguida.

4.4.2.1 A variável gênero/sexo

O fator gênero/sexo está sendo utilizado nessa pesquisa a fim de compreendermos até que ponto essa variável está relacionada à variação do modo subjuntivo. As palavras de Paiva (2008) são muito pertinentes quando salienta a relevância dessa variável para o estudo de um dado fenômeno linguístico:

A análise de dimensão social da variação e da mudança linguística não pode ignorar, no entanto, que a maior ou menor ocorrência de certas variantes, principalmente daquelas que envolvem o binômio forma padrão/forma não padrão e o processo de

implementação de mudanças estejam associados ao gênero/sexo do falante e à forma de construção social dos papéis feminino e masculino. (PAIVA, 2008, p.33).

A hipótese clássica tende a considerar que o uso das formas prestigiadas socialmente sejam mais utilizadas pelas mulheres enquanto os homens, contrariamente a isso, fazem mais o uso das formas desprestigiadas e inovadoras.

Em relação à crença de que as mulheres sejam mais conservadoras em relação às variantes de prestígio, cabe ressaltar que, muitas vezes, o gênero/sexo feminino é, também, responsável pelas variantes inovadoras. No entanto, ressaltamos que isso apenas acontece quando essas formas não representam na sua comunidade de fala, uma forma estigmatizada. Devemos considerar que os papéis masculinos e femininos não são apenas uma determinação biológica, mas cultural e, conseqüentemente, comportamental.

Acreditamos que o fato da mulher de hoje não estar limitada somente as atividades do lar, mas vivido cada vez mais uma dupla jornada, isso condiciona a uma maior produtividade da forma de prestígio em relação aos homens, pois ela passa a ter contato com outros grupos sociais, influenciando, dessa forma, no seu comportamento linguístico.

4.4.2.2 A variável faixa etária

A utilização da variável faixa etária mostra-se relevante nessa pesquisa porque pode indicar em que índice ocorre a variação do modo subjuntivo e se tal variável está diretamente ligado à idade dos falantes. Esse grupo de fator poderá fornecer, através da “distribuição no tempo aparente – ou seja, o comportamento diferenciado dos falantes em várias faixas etárias”. (LABOV, 2008, p. 318), indícios de uma variação estável ou de uma mudança em progresso.

Nesse trabalho, levanta-se a hipótese de que a alternância entre as formas do presente do indicativo e do presente do subjuntivo sinaliza um processo de mudança em progresso do ponto de vista da Sociolinguística e um Processo de Gramaticalização do ponto de vista do Sociofuncionalismo.

4.4.2.3 A variável nível de escolaridade

Tratar o fator nível de escolaridade se faz relevante para comprovar a hipótese de que o não uso do modo subjuntivo esteja relacionado ao menor índice de nível de escolaridade.

Sabe-se que, na escola, são proporcionadas mudanças no modo de falar e escrever das pessoas. Sobre isso, Votre (2007) advoga:

[...] que ela atua como preservadora de formas de prestígio, face as tendências de mudança em curso nessas comunidades. Veículo de familiarização com a literatura nacional, a escola incute gostos, normas padrões estéticos e morais em face da conformidade de dizer e de escrever. (VOTRE, 2007, p.51).

Diante disso, buscamos constatar que o maior ou menor índice de uso do modo subjuntivo pode estar relacionado ao grau de instrução dos falantes. Tocante ao grau de escolaridade, essa pesquisa delimita duas situações, a saber: sem escolaridade ou até 5 anos de escolarização.

4.4.3 Critérios de exclusão de dados

Os dados selecionados para a análise dos dados têm a característica fundamental de uso explícito de subjuntivo. A única substituição serão formas do indicativo que exerçam a mesma função realizada pela forma subjuntiva. Com isso, os seguintes dados foram eliminados da análise:

- a) Repetições de uma dada ocorrência de uso do modo indicativo ou subjuntivo que não representam novas orações:
(10) Qué que eu VÔ... VÔ pa casa de seu Hercilo ou pa casa de Amorim.” (E.L.C)
- b) Expressões cristalizadas e que não representam contexto de oração subordinada substantiva.
(11) Tomara que essa casa PERMANEÇA primeiro como a gente viu. (E.S.P)
- c) Dados que não constituem contexto de oração subordinada substantiva:
(12) Por mais que eu não SEJA fiel a ele, ele é fiel a gente, né? (M.J.P.S)

Com a delimitação dos dados para a análise, passamos para a análise e discussão dos resultados.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, descrevemos, analisamos e discutimos os resultados da pesquisa referente à amostra de fala do *Corpus* PPVC. Após processos de rodadas estatísticas no Programa GoldVarb, na subseção 5.1, apresentaremos uma análise dos dados em contexto de completiva e em contexto de parentética em conjunto, considerando para isso o ponto de vista percentual (Programa MAKECELL⁴³) e o ponto de vista probabilístico (Programa IVARB).

Salientamos que tanto a Sociolinguística como o Funcionalismo utilizam a quantificação estatística para a análise dos dados, mas é oportuno assinalar que

Os estudos de gramaticalização geralmente se valem de *frequências* de uso para balizar achados referentes a percursos de mudança, com a hipótese de que quanto mais gramatical uma forma, mais frequente ela é. Os estudos variacionistas consideram frequências como indícios para atestar fenômenos de variação e mudança em andamento, mas destacam, para essa tarefa, também o *peso relativo*. (TAVARES, 2013, 116).

Como nossa pesquisa centra-se na interação entre as duas teorias, tomamos a decisão de apresentar os resultados percentuais e probabilísticos dos grupos selecionados e não selecionados pelo sistema analítico.

Salientamos que, para algumas variáveis não selecionadas, exibiremos os resultados de uma maneira mais superficial, e, para outras, nos estenderemos mais, a depender da interação estabelecida entre alguns grupos de fatores.

Em seguida, na subseção 5.2, discutiremos os resultados obtidos em contexto sintático de orações subordinadas substantivas, mostrando os seus resultados percentuais e probabilísticos.

Por fim, na subseção 5.3, abordaremos os resultados percentuais em contexto de orações parentéticas.

5.1 RESULTADOS GERAIS

Nesta subseção, temos o objetivo de apresentar os resultados percentuais e probabilísticos gerais do uso variável do modo subjuntivo na fala de Vitória da Conquista.

⁴³ O Programa MAKECELL consiste em apresentar os resultados percentuais e pertence ao pacote do sistema de Programa VARBRUL.

Após a rodada dos dados no programa GoldVarb, retiramos os *KnockOuts* e eliminamos o grupo *A variável tempo verbal da oração completiva* pelo fato de que, após o uso do recurso “não se aplica” (/), restar apenas um fator (*Singleton Group*).

Resolvido esses problemas, realizamos uma nova rodada no programa MAKECELL e procedemos à rodada para obtermos os pesos relativos. O programa IVARB, na rodada geral dos dados, no qual reunimos os dois contextos de análise - orações subordinadas substantivas e orações parentéticas - selecionou os seguintes grupos de fatores por ordem de significância: (1) Tipo de oração, (2) A variável estrutura de assertividade da oração e (3) A variável tipo de verbo da oração matriz.

Nenhuma variável social foi selecionada, mas, como dizem Guy e Zilles (2007, p.185), “parar depois da primeira rodada, porque o grupo não foi selecionado como significativo, implicaria perder uma descoberta muito interessante”. Assim, a fim de encontrarmos novas possibilidades analíticas, seguimos algumas orientações desses autores e optamos em retirar, primeiramente, grupos com significância. Esse procedimento foi tomado, porque outros grupos podem ter interações, mesmo que mínimas, mas, por conta da presença de um determinado grupo na análise, pode afetar o valor/significância de outros grupos, resultando dessa maneira na não seleção pelo *step*.

Inicialmente, no grupo de fator *pessoa do verbo da oração matriz*, amalgamamos a terceira pessoa do singular com a terceira pessoa do plural. Em seguida, retiramos o grupo *tipo de oração* que se mostrou o mais significativo na primeira rodada, e, então, houve uma nova interação entre os grupos de fatores resultando na seleção da *variável nível de escolaridade*.

Após a rodada no Programa GoldVarb, tivemos um total de 100 ocorrências com os seguintes percentuais discriminados na tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Modo indicativo x modo subjuntivo

Formas	
Subjuntivo	56 (56%)
Indicativo	44 (44%)
Total	100

Os resultados dessa pesquisa mostram que de um total de 100 (cem) ocorrências detectadas no *Corpus* PPVC em que se prescreve o uso do modo subjuntivo, registraram-se

56 (cinquenta e seis) ocorrências de formas do subjuntivo em contexto de subjuntivo perfazendo um total de 56% e 44% na forma indicativa em contexto de subjuntivo.

Nessa covariação entre as formas subjuntivas e indicativas, o modo subjuntivo ainda é o mais frequente no *Corpus* PPVC. À semelhança desses resultados, algumas pesquisas da Literatura Linguística, também, apontam para essa direção:

(i) Lima (2012), ao realizar trabalho na comunidade de Salvador, encontrou um percentual de 70% de realização de formas do subjuntivo sendo 23% distribuído entre estruturas alternativas⁴⁴ e 7% de uso de formas do presente do indicativo.

(ii) Pimpão (2012), ao analisar a alternância entre o presente do subjuntivo e o presente do indicativo nas cidades de Florianópolis/SC e Lages/SC, nos resultados gerais, obteve o percentual de 58% de uso do subjuntivo para 42% de variação com o uso do indicativo.

(iii) Vieira (2007) ao estudar a variação do subjuntivo na cidade de Natal, registrou um índice percentual de 88,7% de uso do subjuntivo e 11,3% de uso do indicativo em contexto de subjuntivo.

Vimos na Seção 2, através da retomada do gramático Maurer Jr (1959), evidências de alternâncias entre as formas subjuntivas e indicativas desde o Latim, como também, em diferentes épocas mostradas através dos gramáticos Said Ali (1964, 2001), Bechara (2004) e Almeida (2009). Os exemplos expostos de uso do indicativo (com valor de subjuntivo) que constituíam variação do modo subjuntivo foram explicados como realizações de cunho mais popular por Maurer Jr (1959). Essa explicação nos pareceu inconsistente ao relacionarmos essa variação no Português, porque encontramos exemplos de escritores renomados que, também, empregavam formas do indicativo no lugar do subjuntivo.

Löffstedt, citado por Maurer Jr (1959), diante do uso variável do subjuntivo, afirmou que era impossível descobrir as razões que levavam os escritores escolherem entre as formas do indicativo e subjuntivo. Hoje, nos valendo das teorias linguísticas e de trabalhos da Literatura Linguística, sabemos que essa explicação torna-se possível.

⁴⁴ Na pesquisa de Lima (2012), as estruturas alternativas se referem ao uso de infinitivo, gerúndio, construção elíptica, construção não prevista na literatura e formas do subjuntivo e indicativo, conforme exemplificados em nota de rodapé, na seção 2.

Um ponto pertinente discutido na teoria Funcionalista e na teoria Sociolinguística que nos ajuda a entender esse processo de estratificação/variação do modo subjuntivo está atrelado ao reconhecimento de que existem forças internas e externas à língua fazendo com que a língua passe por um processo de variação/mudança constante no sistema linguístico. Observemos o exemplo a seguir:

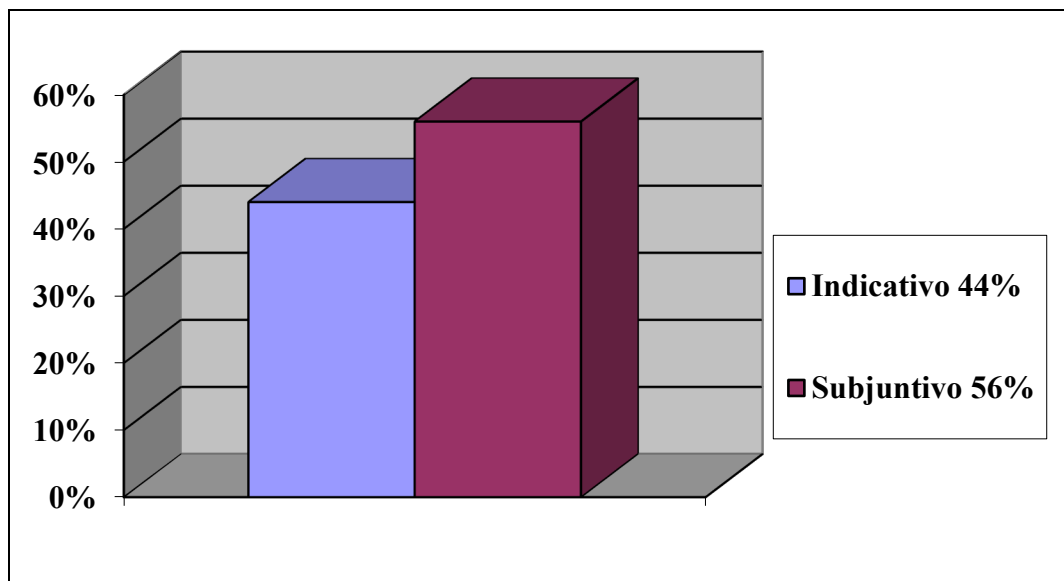
(13) Ele disse: “[...] eles não qué que eu BANHE aqui no colo. Qué que eu VÔ...VÔ pá casa de seu Hercilo ou pá casa de Amorim.” (E.L.C).

Observamos, nesse excerto de fala, o uso da forma subjuntiva na primeira estrutura de complementação o que indica, no valor desse modo, incerteza do fato expresso segundo prescreve a Gramática Normativa. No entanto, na segunda oração subordinada, tem-se outra forma - o indicativo - que constitui uma espécie de estratificação do subjuntivo, em termos funcionalistas ou de variação do modo subjuntivo, em termos da Sociolinguística. O que podemos observar, nessa amostra de fala é que, na segunda oração completiva, o uso do modo indicativo não revela um fato real, conforme prescrito tradicionalmente, mas mantém o valor nocional de incerteza mesmo sem o uso da forma subjuntiva.

É, a partir dessa primeira observação, que adentramos a nossa discussão, mostrando o uso variável do modo subjuntivo e tentando entender a partir dos fatores internos e externos à língua os condicionadores que levam os falantes a escolherem a forma subjuntiva ou a forma indicativa.

Evidenciamos que a forma subjuntiva ainda é a mais frequente e a mais comum no *Corpus PPVV*, perfazendo um total de 56% quando comparada com sua forma variante como mostrado no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1: Variação do modo subjuntivo



Nesse gráfico, salienta-se bem a proporção da variação do subjuntivo encontrada nos dados de uma maneira mais prontamente apreendida por nossa visão. Na amostra analisada, a construção de enunciados com o uso do subjuntivo é frequentemente utilizado para indicar que uma asserção é fracamente asserida como incerta ou desejável (*irrealis*). Esse uso rotineiro possibilita ao falante o emprego do subjuntivo de uma maneira mais automática.

Dessa forma, o uso do subjuntivo para expressar noções de desejo ou incerteza é tão usual e previsível entre os falantes que faz com que essa forma linguística perca sua motivação original no processo comunicativo. Segundo a visão givoniana, uma forma, quando rotinizada ou muito frequente, mostra-se inexpressiva no discurso fazendo com que o falante busque outras maneiras para se expressar. Podemos observar, no gráfico 1, por exemplo, esse fato quando os falantes fazem uso do indicativo em contexto de subjuntivo em um percentual de 44%. Seguindo as básicas lições funcionalistas, aprendemos que essa outra forma linguística escolhida para se expressar resulta de fatores motivacionais de uso que estão atreladas às necessidades de comunicação.

Esses fenômenos linguísticos que surgem nos contextos reais de comunicação podem se gramaticalizar porque são as construções mais frequentes que tendem a passar por esse processo. No caso do subjuntivo, esse processo pode ser posto da seguinte maneira: o uso frequente e gradual de formas do indicativo em contexto de subjuntivo, com o tempo, adquire função gramatical.

Na coexistência de formas indicativas e subjuntivas, em um mesmo domínio funcional, dizemos que, na convivência entre camadas mais novas - formas do indicativo - e mais velhas – formas do subjuntivo, estas, quando usadas com muita frequência, perdem sua força expressiva. Sendo assim, emparelhamos essa discussão com a noção de marcação como um condicionador do uso variável do subjuntivo já que esse princípio tem uma relação com a questão da frequência de uso de uma dada forma.

O subjuntivo, analisado em contexto de *irrealis*, pela sua frequência e previsibilidade no discurso, caracteriza-se como não marcado em relação ao indicativo, pois apresenta um grande índice de ocorrência, com menos complexidade estrutural e menos complexidade cognitiva. Diferentemente, a forma variante indicativa, que emerge como uma necessidade do falante para melhor, talvez, expressar-se no processo comunicativo, tende a apresentar-se com uma maior expressividade e, nessa situação, mostra-se como a forma marcada em relação ao uso do subjuntivo. Salientamos aqui, que, segundo a visão givoniana, uma mesma estrutura pode apresentar-se marcada em um contexto e não marcada em outro, porque esse processo deve ser explicado baseado em fatores comunicativos, socioculturais e cognitivos.

O modo subjuntivo por se constituir a forma não marcada, no *Corpus* em análise, pode, consoante à visão givoniana, sofrer erosão de uma maneira mais fácil. É necessário frisar que, a emergência da nova forma – o indicativo em contexto de subjuntivo - não acarreta, necessariamente, o desaparecimento da forma mais antiga – modo subjuntivo- e, então, neste momento, tomamos a posição de acionar três dos cinco princípios estabelecidos por Hopper (1991) para entendermos os estágios e graus de Gramaticalização que o subjuntivo pode passar: estratificação, divergência e persistência.

Para Hopper (1991), o princípio da estratificação, em relação ao nosso fenômeno linguístico, ocorre da seguinte maneira: dentro de um mesmo domínio funcional, a forma indicativa surge como uma nova camada que marca a função que é exercida pela forma mais velha - a forma subjuntiva. Ou, em uma linguagem da teoria da Sociolinguística: as formas variantes do modo subjuntivo podem coexistir, permanecer com funções semelhantes como podem ser evidenciados nos seguintes fragmentos de fala:

(14) [...] aí ele falou bem assim: Tu quer [nem] que eu VÁ arrumar pra tu? [...] (E.S.P)

(15) [...] ele falou assim: “Quer que eu VÔ com você?”(E.F.O)

O verbo *ir* em (15) mantém o mesmo valor nocional de incerteza do fragmento de fala em (14) mesmo com o emprego da forma indicativa *vou*. Essa forma variante do verbo *ir*

(vô0) pode passar pelo Processo de Gramaticalização, mas a sua forma mais antiga (vâ) pode se manter como um item autônomo, processo conhecido como divergência. E, se o valor de subjuntivo permanece, mesmo que, no processo de alternância, a forma utilizada seja a forma indicativa, Hopper (1991) categoriza esse tipo de processo como princípio da persistência.

Sabemos que essa variação/estratificação ocorre porque o contexto comunicativo pressiona o sistema linguístico em virtude de uma necessidade de uso. Consequentemente, isso gera uma contínua remodelação ou reorganização das estruturas linguísticas e esses princípios estabelecidos por Hopper (1991) vêm trazer à luz a visão da gramática emergente, esclarecendo, assim, como esses processos e estágios da Gramaticalização podem ser compreendidos. Prosseguindo nesse diálogo a fim de entendermos esse processo de variação/mudança no uso do modo subjuntivo no *Corpus PPVC*, apresentaremos, na próxima subseção, alguns resultados de análise a partir da seleção das variáveis linguísticas.

5.1.1 Resultados das variáveis linguísticas

Nesta subseção, analisaremos os grupos de fatores *tipo de oração*, *tipo de verbo da oração matriz* e *estrutura da assertividade da oração*, variáveis selecionadas pelo programa GoldVarb. Frisamos que, apesar do sistema analítico não ter selecionado a *modalidade na oração matriz*, analisaremos este grupo de fator pois essa variável interage com o grupo de fator *tipo de verbo da oração matriz*. Salientamos, também, que, não é nosso propósito estender essa análise para todas as variáveis não selecionadas, no mais, poderemos apenas apresentar, de forma sucinta, os resultados apresentados pelo *step-down*.

5.1.1.1 Resultado da variável *tipo de oração*

Após a rodada dos dados no Programa IVARB, a variável *tipo de oração* foi a primeira selecionada como estatisticamente relevante e os resultados estão apresentados na tabela 2 seguinte:

Tabela 2: Atuação da variável tipo de oração na variação do subjuntivo

Tipo de Oração	Subjuntivo			Indicativo		
	Nº	%	PR	Nº	%	PR
Oração Subordinada	54	62%	.625	33	38%	.375
Oração Parentética	2	15%	.032	11	85%	.968
Total	56		-	44		-
Significância	Input					
0.019	0.507					

A tabela 2, evidencia que o tipo de oração ou contexto sintático de oração parentética mostra-se desfavorecedora do uso de formas do subjuntivo com o percentual de 15% e peso relativo de .032. Já em contexto sintático de orações subordinadas substantivas, o percentual de 62% e peso relativo de .625 favorece o emprego do subjuntivo.

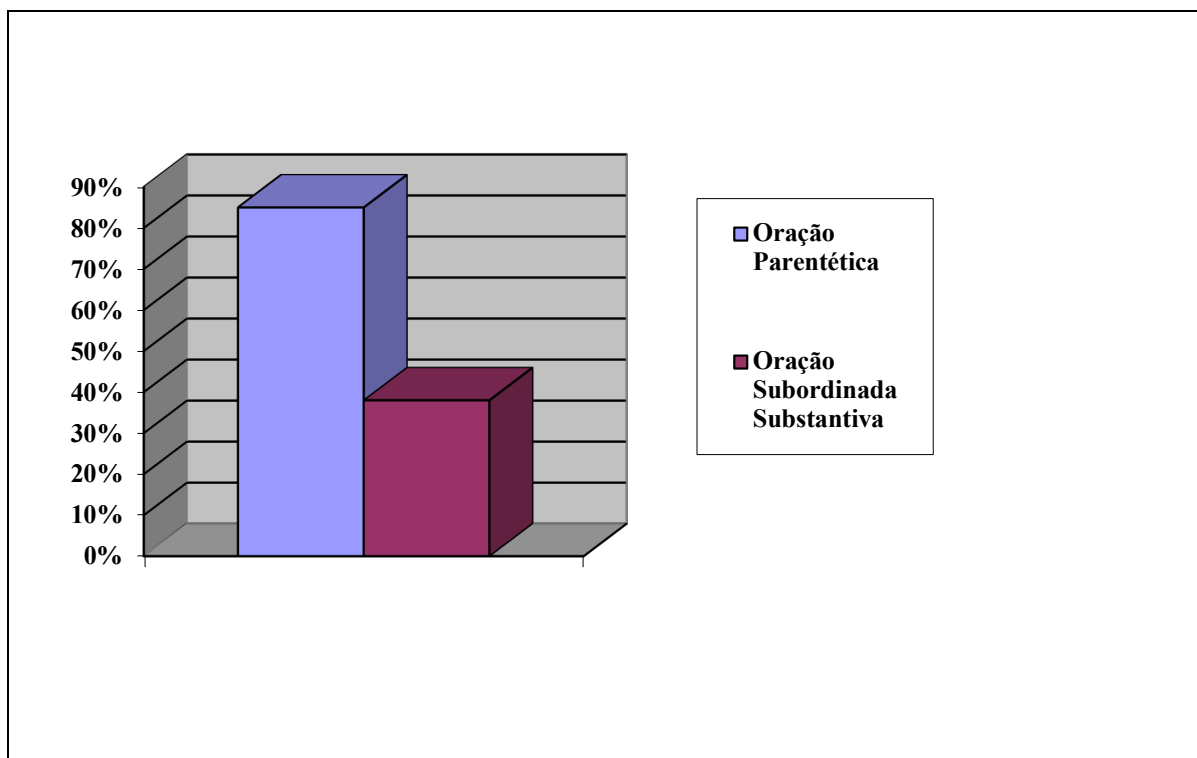
Outras pesquisas na Literatura Linguística, também, apresentam resultados demonstrando que a oração subordinada substantiva é um contexto preferencial para o uso de formas do subjuntivo:

(i) Na pesquisa de Alves Neta (2006), está registrado um total de 351 ocorrências sendo 150 só de contexto sintático de oração subordinada substantiva e, o restante, distribuído entre os seguintes fatores: absoluta, adverbial, adjetiva, coordenada, volição.

(ii) Em Pimpão (2012), encontramos o total de 478 ocorrências com 266 em contexto de completiva equivalendo a 68% de uso do subjuntivo e o restante distribuído entre as orações parentéticas, adverbiais, com o item talvez e adjetivas.

Em relação à forma variante (modo indicativo), o tipo de oração parentética apresentou-se com maior percentual de variação conforme ilustrado no gráfico abaixo:

Gráfico 2: Formas do indicativo em contexto de subjuntivo



No gráfico 2, o uso da forma indicativa mostrou-se mais expressiva nas orações parentéticas (85%) do que o uso da forma subjuntiva.

Salientamos que os dados em contexto sintático de oração parentética tem a característica de limitar a generalidade de um acerto e por isso essas construções configuram contexto de uso do modo subjuntivo. Na amostra utilizada, o uso do subjuntivo nesse contexto sintático mostrou-se com um grande índice de variação com o uso da forma indicativa pelos falantes.

A diferença entre os dois índices percentuais no gráfico 2 acima é substancial: 85% da forma indicativa nas orações parentéticas e 38% da forma indicativa nas orações substantivas. Vejamos alguns excertos de fala:

(16) DOC: E com os que tinha0, vocês, cê, eles, cê se lembra de alguma história interessa::nte?

INF: Não, que eu me LEMBRO assi::m, nã::o. !(S.J.S)

(17) DOC: Você já teve alguma doença mais séria? Algum problema, assim, de saúde?

INF: Que eu LEMBRO, não. Só bronquite. Bronquite eu tive, assim. Mar acho qui num é muit0 sér0o não. (S.S.C)

(18) Eu falei: “Oh doutora, eu quero que a doutora me DÁ um remédio que eu tô com esquecimento”. (J.A.P)

(19) Eu esperava que o final FOSSE melhor, né? (S.J.S)

Diante dos resultados apresentados na tabela 2 e no gráfico 2, constatamos que as orações subordinadas substantivas é um contexto favorecedor para o uso do subjuntivo, enquanto o tipo de oração parentética apresenta-se como desfavorecedora desse modo verbal.

Estenderemos essa análise quando tratarmos separadamente cada contexto sintático de oração – Parentética e Subordinada substantiva. Na próxima subseção, analisaremos a variação do subjuntivo a partir da variável *tipo de verbo da oração matriz*.

5.1.1.2 Resultado da variável *tipo de verbo da oração matriz*

Na rodada geral, a variável *tipo de verbo da oração matriz* foi a 3ª selecionada em nível de significância. Através dos valores semânticos inerentes ao *tipo de verbo da oração matriz*, podemos perceber as noções de desejo, manipulação, obrigação etc. – traços esses pertencentes à modalidade. Por esses grupos estarem interligados (*Tipo de verbo da oração matriz* e *modalidade na oração matriz*), consideramos pertinente apresentarmos os resultados da variável *modalidade na oração matriz*, ainda que não tenha sido selecionada pelo sistema analítico. Na próxima subseção, exibiremos esses resultados de uma forma mais detalhada apresentados pelo *step-down*.

Dando continuidade a análise em relação a variável *tipo de verbo da oração matriz*, levantamos a hipótese de que a escolha do modo verbal (subjuntivo/indicativo), na oração subordinada, seria condicionada pelo tipo de verbo da oração nuclear. Com esse grupo de fator, pretendemos, através dos valores semânticos dos verbos volitivos, cognitivos, *dicendi*, existencial e outros (ser, ir), averiguar em qual categoria de verbo emprega-se mais a forma subjuntiva.

Na rodada estatística, tivemos dois *knockOuts* instaurados nos tipos de verbos *dicendi* e causativo: vejamos alguns exemplos:

Verbo causativo: (20) As frêra mandô0 fala0 que mandasse... eu estudar que o [mascate falô0 que merecia estuda. (E.L.C).

Foram cinco ocorrências de uso categórico do subjuntivo com o verbo causativo.

Verbo *dicendi*: (21) Eu falei pra ela... que... que ela resolvesse né? (S.J.S)

Tivemos o total de quatro ocorrências de uso categórico do verbo *dicendi* no modo subjuntivo. Após a retirada dos *KnockOuts* e do uso do “não se aplica” (/), dos cem dados, restaram, apenas, 78 ocorrências.

Em seguida, amalgamamos o verbo *gostar* (fativo emotivo) ao fator verbo volitivo porque evidenciava mais uma expectativa, um desejo:

(22) Eu falei: “Mãe, eu não quero... eu não gosto que ele FICA me espiano não. (E.L.C).

Apesar do verbo *gostar* estar na categoria do verbo *fativo emotivo* ele encerra, no exemplo 22, um desejo expresso pela falante de que ela não fosse observada. Essa foi a justificativa para amalgamar esse fator.

Na nossa amostra, o verbo *saber* teve o uso categórico da forma indicativa. Optamos em amalgamar aos verbos cognitivos ao invés de utilizar o “não se aplica” (/). A justificativa em amalgamar esses fatores centra-se no fato do verbo *saber* apresentar basicamente sentido cognitivo, por estar ligado ao conhecimento.

Tabela 3: Atuação da variável tipo de verbo da oração matriz na variação do subjuntivo

Tipo de verbo na matriz	Subjuntivo			Indicativo		
	Nº	%	P.R	Nº	%	PR
Volitivo	32	65	.557	17	35	.443
Existencial	2	67	.510	1	33	.490
Outros	2	50	.466	2	50	.534
Cognitivo	9	41	.381	13	59	.619
Total	45			33		
Significância 0.019	Input 0.507					

Os resultados, vistos na tabela 3 acima, demonstram que os verbos mais produtivos estão na categoria dos verbos volitivos com um total de 49 ocorrências. Esse tipo de verbo favorece o uso do subjuntivo com o percentual de 65% e peso relativo de .557. Os verbos existenciais apresentam o percentual de 67% e peso relativo próximo da zona mediana de

neutralidade (.510). No que concerne aos verbos cognitivos e outros (ser, ir), mostraram-se menos produtivos, desfavorecendo, assim, o uso de formas do subjuntivo.

Vejamos alguns dados de fala com o tipo de verbo volitivo:

(23) Eu peço todos os dias a Deus que o Senhor TOQUE no coração dele, que o Senhor USE um ungido, um servo do Senhor pra que FALE com ele pra volta pros peys do Senhor, porque a vida que ele leva eu num eu num aceito. (M.J.R.S).

(24) Eu queria que CHOVESSE mais né? (W.S.O)

(25) Eu só não quero que FIQUE vagabundo. (E.S.P).

(26) Ele quer que eu AJUDE eles. (J.C.S)

As sentenças de 23 a 26 são estabelecidas dentro do quadro da modalidade deôntica, porque o valor semântico dos verbos *pedir* e *querer* expressam desejo e entram em uma dimensão do possível. Mira Mateus *et al* (2003) dizem que o uso desses verbos na oração nuclear seleciona o modo subjuntivo nas encaixadas.

A sentença 23, expressa desejo, vontade por parte do falante de que Deus realize alguns pedidos. Dizemos que essa expressão, no campo da modalidade deôntica e sob o escopo do verbo *pedir*, projeta o alvo do desejo para uma realização vindoura que nesse caso não podemos afirmar categoricamente sua realização. Existe uma probabilidade de esse pedido ser realizado, porém é apenas uma conjectura.

No exemplo 24, também, é apresentada uma situação que está centrada no desejo. O falante expressa o desejo de que chovesse mais. Observamos um desejo que se centra na possibilidade de realização ou não. E essa realização acontecerá no momento posterior a fala, ou seja, é uma realização que contém um traço de futuridade. Esse traço evidenciado na categoria dos verbos volitivos reforça ainda mais os resultados encontrados por Pimpão (2012) e Carvalho (2007) de que essa projeção futura é uma marca/característica de verbos volitivos como foi evidenciado no desenvolvimento de suas pesquisas.

Na pesquisa de Pimpão (2012), em seus resultados, há o registro de que o traço volição favorece o uso do presente do subjuntivo com o percentual de 95% e peso relativo de .896.

Carvalho (2007), ao analisar as orações substantivas em função do tempo presente, de um total de 70 ocorrências, 31 são realizações com verbos do tipo volitivo, com um percentual de 95% e peso relativo de .98.

Dialogando com outros resultados de pesquisa, observamos que, na pesquisa de Lima (2012), as modalidades existência e volição apresentaram-se com os maiores percentuais do uso do subjuntivo: 86% para a modalidade existência e 82% para a modalidade volição, sendo esta favorecedora do modo subjuntivo com P.R .36.

Meira (2006) corrobora com o resultado que encontramos quando diz que verbos do tipo volitivo na frase superior favorece o uso do subjuntivo na estrutura de complementação. A autora apresenta o percentual de 43%.

Os verbos cognitivos, nos dados em análise, desfavorece o modo subjuntivo quando apresentam-se com o peso relativo de .381. Resultado semelhante foi apontado na pesquisa de Meira (2006) com o percentual de 9%. Diferentemente, Carvalho (2007), ao analisar a variação do subjuntivo em orações substantivas, mostrou o favorecimento do subjuntivo com os verbos cognitivos (.84).

Segue o quadro com a distribuição dos verbos na oração matriz em relação ao traço semântico.

Quadro 4: Distribuição dos verbos da oração matriz em relação ao traço semântico

Volitivo	Cognitivo	Dicendi	Causativo⁴⁵	Existencial	Factivo/factivo emotivo	Outros
Querer	Pensar	Falar	Deixar	Haver	Gostar	Ser
Pedir	Achar	Dizer	Mandar	Ter	Saber	Fazer
Esperar	Acreditar	Contar	Fazer			
	Planejar ⁴⁶	Saber				
	Esperar					

Na próxima subseção, apresentaremos os resultados percentuais e probabilísticos referentes à variável modalidade na oração matriz.

⁴⁵ Os verbos deixar, fazer, fazer com, mandar pertencem a categoria dos verbos causativos, conforme classificação de Mira Mateus *et al* (2003).

⁴⁶ O verbo *planejar* foi inserido na categoria dos verbos volitivos porque nos dois dados da amostra encerravam um sentido de expectativa e desejo: *Eu planejava que ela estudasse primeiro...* (S.S.C). Isso fica mais evidente no contexto discursivo, quando a falante expressa que esperava/queria que a filha estudasse primeiro ao invés de arrumar filho.

5.1.1.3 Resultado da variável modalidade na oração matriz

Conforme já mencionado na seção 4, a seleção dessa variável tem o objetivo de observar a distribuição frequencial da variação do modo subjuntivo entre as modalidades epistêmicas e deônticas. Acreditamos que os valores semânticos inerentes à modalidade têm influência na seleção do subjuntivo na oração encaixada.

Vimos na seção 2 que, a modalidade epistêmica, na visão givoniana, está atrelada as noções de possibilidade, verdade, probabilidade, certeza, convicção como evidenciado no seguinte exemplo:

(27) [...] eu pensei que IA RO0BÁ, né? (L.B.R). (possibilidade)

A expressão *eu pensei que*, no exemplo (27), supramencionado, representa um enunciado com marcas relativizadoras, do possível, provável (não-certo) evidenciados através do verbo *pensar*. Esse enunciado ancorado no discurso pode ter a seguinte interpretação: no primeiro momento, o informante acreditou que o objeto seria furtado, mas a expressão marcada pelo enunciado *eu pensei que*, revela que o objeto não foi roubado. Como é uma verdade possível, essa asserção se enquadra na classificação que Givón (2001) denomina de asserção *irrealis* do submodo epistêmico.

Referente à modalidade deôntica, ela também se enquadra no escopo do *irrealis* e está estritamente relacionada com noções de preferência, desejo, intento, habilidade, obrigação, manipulação, como nos exemplos:

(28) Eu falei: “Mãe, eu não quero... eu não gosto que ele FICA me espiano não. (E.L.C). (manipulação e avaliação)

(29) [...] e aí eu chamei Vânia, eu chamei não, deixei que ele CHAMASSE, ele tinha que chamar porque a vergonha que quem tinha que passar era ele, nera? (E.S.P). (volição e manipulação).

A asserção 28 é asserida como desejável e está associado ao valor de volição e a asserção 29, por sua vez, ao valor de permissão.

O subjuntivo, segundo afirma Givón (2001), ocupa esses dois domínios tratados acima e estão inseridos na categoria do *irrealis*. São nesses dois *loci* (submodos deôntico e

epistêmico) que o subjuntivo tende a gramaticalizar-se por esses domínios estarem ligados a dois focos: baixa certeza e fraca manipulação como evidenciados nos exemplos de 27 a 29.

Segue, na tabela 4, a distribuição percentual do modo subjuntivo entre os submodos deôntico e epistêmico.

Tabela 4: Atuação da modalidade na oração matriz na variação do subjuntivo

Submodo	Ocorrência/Freq.
Deôntico	56 (64%)
Epistêmico	31 (36%)
Total	87

Os resultados exibidos na tabela 4 demonstram que, de um total de oitenta e sete (oitenta e sete) ocorrências, 56 (cinquenta e seis) foram produções no submodo deôntico com o percentual de 64% e 31 (trinta e uma) ocorrências no submodo epistêmico equivalentes a 36%. Segue, na tabela 5, a distribuição percentual e os pesos relativos entre os submodos deôntico e epistêmico, retirados do *step-down* da segunda rodada.

Tabela 5: Atuação dos submodos deôntico e epistêmico na variação do modo subjuntivo

Modalidade na oração matriz ⁴⁷	Subjuntivo			Indicativo		
	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R
Deôntico	38	68	.610	18	32	.390
Epistêmico	16	52	.438	15	48	.562
Total	54			33		
Significância	Input					
0.044	0.592					

Tais resultados indicam que as maiores produções do subjuntivo se instauraram no submodo deôntico com o percentual de 68% e com o peso relativo de .610 indicando que essa categoria favorece o uso do subjuntivo.

Na pesquisa de Pimpão (2012), na rodada geral dos dados, esse grupo de fator, também, não foi selecionado, mas foi muito importante a autora mostrar os resultados dos pesos relativos obtidos pelo *step-down* porque podemos fazer interação nos resultados e apontar tendências de que o submodo deôntico é mais propício a reter mais a forma do subjuntivo em relação ao submodo epistêmico. A pesquisadora apresenta os seguintes

⁴⁷ O número de ocorrências para a variável *modalidade da oração matriz* não representa o total de ocorrências porque utilizamos o recurso “não se aplica” (/)

resultados: o submodo deôntico favoreceu o uso do subjuntivo com peso relativo de .673 e o submodo epistêmico desfavoreceu com peso relativo de .426.

Assim, como os resultados dessa pesquisa realizada no *Corpus* do VARSUL, os nossos dados também evidenciam que a modalidade epistêmica com o peso relativo .438 desfavorece o uso do subjuntivo.

5.1.1.4 Resultado da variável estrutura da assertividade da oração

Após a rodada dos dados e a retirada dos *KnockOuts*, eliminamos 10 dados e, assim, houve uma redução de 100 para 90 ocorrências. O programa IVARB selecionou o grupo de fator assertividade da oração como o 2º em nível de significância.

Esse grupo de fator foi, em nossa pesquisa, distribuído da seguinte maneira:

1. Negação na matriz e afirmação na completiva

(30) [...] eu sô não quero que FIQUE vagabundo. (E.S.P)

2. Afirmação na matriz e na oração completiva

(31) Eu só espero eu quero que Deus me DÊ saúde, minha família toda nos peys dele, né? Eee que ahente SIRVA a Deus [...].(M.J.R.S).

3. Afirmação com negação na oração completiva

(32) [...] só quero que Deus num... me DEIXE faltar o pão. (M.J.R.S)

4. Negação na matriz e na completiva

(33) Muito... muito difícil... eu num acho que num TENHO essa coragem também não... (G.N.B).

5. Que eu (lembre):

(34) DOC: É mais é brinca0 de bola, mesmo né? Brinca0 de bola, os meninos, né? Só só bola?
INF: Só bola mesmo, que eu me LEMBRO, só bola. (S.J.S).

6. (Não) que (Não):

(35) DOC : Lembra de alguma viagem?
INF : Não, que eu LEMBRO, não. (J.C.S).

A seguir, na tabela 6, mostramos a distribuição frequencial da variável *Estrutura da assertividade da oração* após a retirada dos *knockOuts*.

Tabela 6: Atuação da variável estrutura da assertividade da oração na variação do subjuntivo

FATORES	MODO VERBAL					
	Subjuntivo			Indicativo		
	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R
Afirmção na matriz e na oração completiva	49	71	.546	20	29	.454
Que eu (lembre)	2	29	.659	5	71	.341
Negação na matriz e afirmação na completiva	3	43	.294	4	57	.706
Afirmção com negação na oração completiva	2	29	.168	5	71	.832
Total	56			34		
Significância 0.019	Input 0.507					

De acordo com a tabela 6, as asserções com o operador de negação não favoreceu o uso do subjuntivo como havíamos aventado.

A asserção com o escopo da negação desfavoreceu o uso do subjuntivo com o peso relativo de .294 no fator *Negação na matriz e afirmação na completiva* e no fator *Afirmção com negação na oração completiva* com o peso relativo de .168.

Os três dados inseridos no fator *negação na matriz e afirmação na completiva* com uso do subjuntivo estão instaurados no tipo de oração completiva. Vejamos os exemplos:

(36) [...] ela não queria que a gente FOSSE [...] (S.J.S)

(37) [...] eu só não quero que FIQUE vagabundo. (E.S.P)

(38) Ele disse: E é mui... eles não qué0 que eu BANHE aqui no colo. (E.L.C)

Contrariamente ao que havíamos pressuposto, as asserções afirmativas mostram-se como favorecedoras do uso do subjuntivo com os seguintes resultados: (i) no fator *Afirmção na matriz e na oração completiva*, houve uma produtividade de 71% de formas do subjuntivo e peso relativo de .546; (ii) no fator *Que eu (lembre)*, com um total de 29%, também, favorece o uso do subjuntivo com o peso relativo de .659.

Esses resultados vão de encontro aos encontrados por Carvalho (2007) que, ao analisar a variação do subjuntivo em função do tempo presente, atestou que as asserções negadas favoreceram o uso de formas do subjuntivo com os seguintes resultados: (i) *Negação na*

matriz/afirmação na encaixada com o percentual de 69% e peso relativo de .99. (ii) Negação na matriz/negação na encaixada com 75% e peso relativo de .96 e (iii) Afirmação na matriz/negação na encaixada com 26% e peso relativo de .73.

À semelhança dos resultados apresentados por Carvalho (2007), Pimpão (2012) comprovou que o escopo de negação, em qualquer tipo de oração, favorece o uso do presente do subjuntivo. Vejamos os resultados apresentados pela autora: (i) NEG + AF – com 69% e peso relativo de .755 (ii) (Não) que (não) teve o uso categórico de formas do subjuntivo. (iii) Não (é) (por) que (não) - com 50% e peso relativo de .562 e (iv) AF+ NEG/NEG+NEG – com 50% e peso relativo de .490.

Meira (2006), ao analisar o uso do subjuntivo em contexto de completiva, também constatou que as asserções quando negadas favoreciam o uso do subjuntivo com índice de 33% em relação ao percentual das asserções afirmativas (25%).

Dos trabalhos resenhados da Literatura Linguística na seção 2, os pesquisadores que trabalharam com este grupo de fator, demonstraram que as asserções quando negadas favoreciam o uso do subjuntivo. O fato de nossos resultados irem de encontro a essas pesquisas, levaram-nos a retomar os dados para observarmos se tinham forças atuando conjuntamente para que as orações afirmativas fossem *locus* propício para o uso do subjuntivo.

Descobrimos que dos 49 dados de uso do subjuntivo em contexto de subjuntivo no *fator afirmação na matriz e na oração completiva* (cf. tabela 6), 28 dados são construções com o verbo volitivo na oração matriz o que equivale a 57% de uso da forma subjuntiva em asserções afirmativas, sendo o restante, 43% distribuídos entre os verbos cognitivos, existenciais e outros (verbos ser, ir) apresentados na tabela 7 seguinte:

Tabela 7: Uso do subjuntivo em asserções afirmativas

Afirmação na matriz e na oração completiva	Subjuntivo	
	Nº	%
Volitivo	28	57
Outros	21	43
Total	49	

Ao tratarmos do grupo de fator *tipo de verbo na oração matriz* (Cf. tabela 3 – subseção 5.1.1.2), vimos que os verbos volitivos na frase superior favorecem o uso do subjuntivo nas estruturas de complementação. Mediante isso, chegamos à conclusão de que há

uma inter-relação entre as cláusulas afirmativas e o tipo de verbo nessas orações, que exerce, dessa forma, influência na seleção do modo verbal nas orações encaixadas.

Não foi possível chegar a essa conclusão em relação ao fator *Que eu (lembre)* referente às orações parentéticas pelo reduzido número de ocorrências: apenas 2 dados em contexto de asserção afirmativa. Tentamos verificar o motivo de apenas duas ocorrências (29%) apresentarem o peso relativo de .659 e submetemos os dados a diversas rodadas, mas os resultados mostraram-se semelhantes.

Voltamos então aos resultados da rodada e observamos que em todos os níveis de interação entre os grupos, o fator *Que eu (lembre)* apareceu 72 vezes e que desse total, o peso relativo atingiu valor acima de .574 em 63 vezes.

Não podemos simplesmente desconsiderar esse fato. O programa analítico está mostrando uma evidência de que as asserções afirmativas favorecem o uso do subjuntivo no contexto de parentética. Mas, existe outra força atuando? O tipo de verbo na cláusula influencia? Foram questionamentos que fizemos em busca de respostas.

Veremos mais adiante na subseção 5.3, com mais detalhes que, o uso do verbo *lembrar* nas orações parentéticas é de uso categórico e que 85% relaciona-se ao emprego do modo indicativo. Descartamos, então, a possibilidade de uma explicação considerando o tipo de verbo na cláusula.

A razão do escopo da negação na cláusula não exercer influência no uso do subjuntivo no *Corpus* em análise levou-nos a conjecturar que pode estar no fato das asserções afirmativas apresentarem um número elevado de ocorrências, 76 dados para apenas 14 dados com o escopo da negação. Paralelo a isso, observamos, também, que, desses 14 dados, apenas 3(três) têm o operador de negação na matriz. Diante disso, reconhecemos que esse resultado pode estar relacionado à questão do *Corpus* ser composto basicamente por asserções afirmativas.

Apenas com um número maior de dados e com outros tipos de verbos atuando poderemos tecer uma análise a esse respeito. Por ora, ficamos com as evidências mostradas pelos programas MAKECELL e IVARB – percentuais e pesos relativos - de que as cláusulas que contêm o escopo da negação não favorecem o uso do subjuntivo na nossa amostra analisada.

5.1.1.5 Conclusão das variáveis linguísticas

Em nossos dados de pesquisa, no que se refere à variável *tipo de oração*, a oração completiva mostra-se um contexto favorecedor da forma subjuntiva em relação ao contexto sintático de oração parentética.

Em relação à variável *tipo de verbo da oração matriz*, os verbos volitivos se mostraram favorecedores da forma subjuntiva e essa categoria de verbo apresentou-se como o mais produtivo no *Corpus* analisado. Concluímos que, de fato, o valor semântico do verbo na oração matriz exerce uma influência na integração entre as cláusulas favorecendo, então, a seleção do modo verbal na encaixada. Nos nossos dados, os valores semânticos inerentes aos verbos volitivos (desejo, preferência, intento) favoreceram o uso do subjuntivo na oração completiva.

No que diz respeito à variável *modalidade na oração matriz*, o submodo deôntico favoreceu o uso do subjuntivo. Vimos que a integração entre a oração matriz e subordinada tinha uma relação com o valor semântico do verbo da matriz. A maior produção de verbo foi do tipo volitivo pertencente ao submodo deôntico o que favoreceu o uso do subjuntivo nessa modalidade.

No que alude à variável *estrutura da assertividade da oração*, observamos, em nossos dados, que o escopo da negação nas cláusulas não exerce influência na seleção do modo subjuntivo como havíamos postulado. Em contrapartida, a oração afirmativa mostrou-se como um fator propício para o uso desse modo verbal. Salientamos que, em contexto de completiva, esse fato tem uma relação com a presença de verbos volitivos na oração matriz, influenciado, dessa maneira, na seleção do subjuntivo na oração encaixada.

Após a análise da variação do modo subjuntivo, levando em consideração as variáveis linguísticas, na próxima subseção, discutiremos essa alternância entre as formas indicativas e subjuntivas a partir das variáveis sociais.

5.1.2 Resultado das variáveis extralinguísticas

Nesta subseção, apresentamos os resultados da análise dos dados levando em consideração as variáveis extralinguísticas gênero/sexo, faixa etária e nível de escolaridade na rodada geral dos dados.

Apesar de somente a variável nível de escolaridade ter sido selecionada, tomamos o posicionamento de apresentar, também, os resultados percentuais e probabilísticos das

variáveis sociais que não foram selecionadas pelo programa GoldVarb, porque como bem expressam Guy e Zilles (2007)

[...] a abordagem que o pesquisador deve adotar em relação às questões de significância não é mecânica, jogando automaticamente no lixo os resultados não significativos e falando somente dos significativos; ao contrário, o pesquisador deve avaliar inteligentemente os resultados, e apresentá-los de maneira a fornecer o máximo de informação e iluminar mais o fenômeno. (GUY E ZILLES, 2007, p.215).

Diante do exposto, optamos em trabalhar com todas as variáveis sociais. Na próxima subseção, analisamos os resultados da variável gênero/sexo.

5.1.2.1 Resultado da variável gênero/ sexo

Como foi discutido na seção 4, muitos estudos de orientação sociolinguística comprovam que as mulheres apresentam, no uso da língua tendência à forma conservadora e ao uso da forma de prestígio. Os resultados evidenciados na tabela 8, a seguir, dialogam bem com a hipótese clássica.

Tabela 8: A atuação da variável gênero/ sexo na variação do subjuntivo

MODO VERBAL	GÊNERO/ SEXO					
	Feminino			Masculino		
	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R
Subjuntivo	42	58%	.515	14	52%	.459
Indicativo	31	42%	.485	13	48%	.541
Total	73			27		

Não podemos deixar de pontuar que, em termos percentuais, os dados de nossa pesquisa revelam uma tendência, ainda que pequena, de as mulheres realizarem mais a variante de prestígio com o percentual de 58% em relação aos homens (52%), embora o peso relativo de .515 referente ao gênero/sexo feminino não indique favorecimento do subjuntivo na fala das mulheres por esse valor se aproximar do ponto neutro estatisticamente.

Paiva (2008, p.35) concerne que “Diversos [...] estudos sobre processos variáveis do Português apontam para o que poderíamos denominar uma maior consciência feminina do *status* social das formas linguísticas.” Apesar de nosso resultado ratificar o que a autora diz, salientamos que essas opiniões não devem ser tomadas de forma categórica, porque como bem salienta a autora, sabe-se que o fator gênero/sexo tomado de forma isolada pode camuflar

outros aspectos que devam ser observados em uma pesquisa de variação e mudança linguística.

O que é necessário assinalar é que a preferência das mulheres pela forma de prestígio pode estar relacionada, em grande parte, ao papel social diferenciado entre o homem e a mulher, bem como a “dinâmica de mobilidade social que caracteriza cada comunidade linguística”. (PAIVA, 2008, p.40).

Dessa forma, na nossa pesquisa, quando levantamos a hipótese de que as mulheres realizariam em maior índice a forma de prestígio, não desvinculamos esse fato ao papel assumido pela mulher e a sociedade em que ela estava inserida.

Outrora, a mulher ocupava um espaço restrito relacionado às atividades domésticas e a igreja. A mulher atual tem, cada vez mais, vivido uma dupla jornada, ocupando-se não só das atividades do lar, mas também, assumido diversos cargos públicos.

Tendo em vista esse fato, centramo-nos nessa caracterização social da comunidade linguística em que as informantes do gênero/sexo feminino estavam inseridas e recorremos a nossa amostra para entendermos essa maior produtividade na fala das mulheres, buscando saber se elas estavam inseridas no mercado de trabalho, pois esse fator influencia o emprego da forma padrão, já que a mulher sai do seu espaço doméstico e passa a ter contato com outros grupos sociais diferentes das do seu convívio. Também, não podemos deixar de expressar que o falante inserido no mercado de trabalho está sob pressão social, o que faz o seu comportamento linguístico mudar.

O que percebemos é que o ambiente da maioria das mulheres entrevistadas não se restringia apenas as atividades do lar. Das doze mulheres entrevistadas, onze exerciam ou exerceram algum tipo de profissão como recepcionista de consultório médico, secretária de escola, comerciante, porteira, manicure, empregada doméstica. Profissões que possibilitam uma significativa interação social. Somente, uma informante, na faixa etária I, era do lar.

O fato das informantes do gênero/sexo feminino da nossa amostra analisada estarem (ou estiveram) inseridas no mercado de trabalho, a nosso ver, constitui um fator indicador para essa maior produtividade da forma padrão realizada por elas em relação ao gênero/sexo masculino.

Alguns resultados dialogam com o nosso, apontando, assim, uma tendência das mulheres conservarem mais a variável de prestígio e outros resultados tomam outro direcionamento. Vejamos esses resultados resgatados da Literatura Linguística.

(i) Meira (2006), ao realizar pesquisa nas comunidades de Cinzento, Helvécia, Rio de Contas e Sapé, constatou que as mulheres realizaram os maiores índices de uso de formas do subjuntivo. Não apresentamos percentuais, porque, na pesquisa realizada, nenhuma variável social em contexto de completiva foi selecionada sendo essa a única informação apresentada.

(ii) Alves (2009) registra que, em contexto de relativa, as mulheres revelam um percentual maior de uso do subjuntivo (59,1%) em relação aos homens (41,5%) na cidade de Feira de Santana - BA.

(iii) O trabalho de Lima (2012), realizado em Salvador- BA, também demonstra que as mulheres realizam levemente as formas do subjuntivo em relação aos homens: para o sexo gênero feminino a autora apresentou o percentual de 70% e peso relativo de .34 e para os homens um total de 69% e peso relativo de .30.

Em uma direção contrária a esses resultados,

(iv) Alves (2009) registra uma produtividade de 13,5% de uso do subjuntivo e peso relativo de .24 na fala das mulheres e o percentual de 36,6% e peso relativo de .65 na fala dos homens em orações relativas na cidade de Muriaé- MG.

(v) Pimpão (2012) ao realizar pesquisa em Florianópolis encontra o seguinte resultado: 60% de uso do subjuntivo pelos homens e 47% pelas mulheres.

E, por fim,

(vi) Carvalho (2007) ao estudar a variação do subjuntivo no Cariri do estado do Ceará, na rodada incluindo o contexto de presente e de pretérito imperfeito, encontra resultados quase equivalentes do uso do subjuntivo entre homens (25%) e mulheres (24%). Após uma nova rodada dos dados levando em consideração o uso do presente em orações completivas com verbos cognitivos e *dicendi*, os homens apresentam um índice mais alto de realização do subjuntivo (20%) em relação às mulheres (13%). Em outra rodada em contexto de uso do imperfeito em completivas, o sexo feminino se mostra com maior percentual (52%) em relação aos homens (42%). A autora chega à conclusão de que a variável gênero/sexo não apontam resultados claros.

Os resultados de pesquisas trazidos aqui para diálogo mostram que a relação da variação do subjuntivo com a variável gênero/sexo apontam tendências bastante diversificadas.

Em nossos dados, limitamo-nos a mostrar apenas tendências de que, na fala das mulheres, a forma subjuntiva apresenta-se mais produtiva do que na fala dos homens na comunidade de Vitória da Conquista.

Na próxima subseção, apresentaremos os resultados da variação do subjuntivo a partir da variável faixa etária.

5.1.2.2 Resultado da variável faixa etária

A investigação dessa variável é de grande relevância uma vez que ela vai direcionar se o fenômeno em análise indica uma mudança em progresso ou uma variação estável. A atuação da variável faixa etária está detalhada na tabela 9 seguinte.

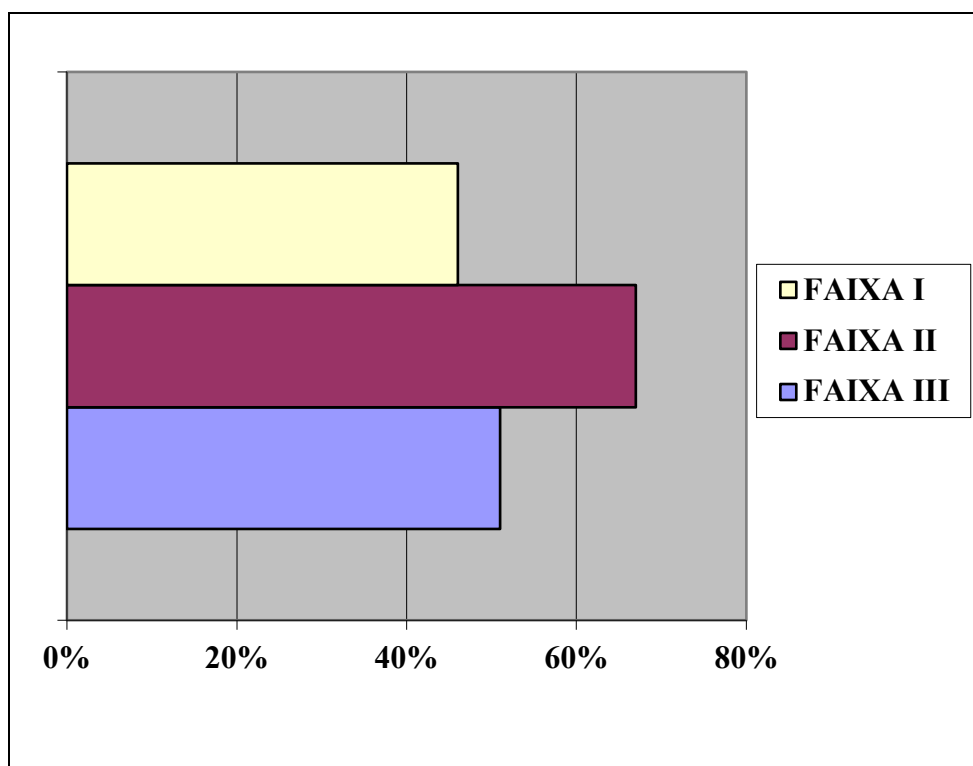
Tabela 9: Atuação da variável *faixa etária* na variação do subjuntivo

MODO VERBAL	FAIXA ETÁRIA								
	Faixa I (15 a 35)			Faixa II (36-70))			Faixa etária III (+de 70)		
	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R
Subjuntivo	11	46	.430	26	67	.619	19	51	.418
Indicativo	13	54	.570	13	33	.381	18	49	.582
Total	24			39			37		
Significância	input								
0.010	0.567								

A tendência aferida pelos resultados na tabela 9 mostra-nos que se trata de uma variação estável já que os valores indicam um uso significativo do modo subjuntivo independente da faixa etária e que, na faixa etária intermediária, concentra-se um maior índice de uso da forma padrão⁴⁸ (67% e P.R de .619). Esses resultados são melhores apreendidos por nossa visão por meio do gráfico 3 abaixo:

⁴⁸ Silva (2005) resgata Lucchesi (1994) e define a norma padrão como aquela prescrita pela Tradição Gramatical (doravante TG). As expressões “forma padrão” e “variante padrão” são utilizadas com cautela nessa pesquisa, porque nem sempre o uso do indicativo em contexto de subjuntivo representa uma forma inaceitável ou estigmatizada pela TG. Em muitos contextos, a alternância entre os modos subjuntivo e indicativo é prevista nos Compêndios Gramaticais.

Gráfico 3: Variação do subjuntivo no grupo de fator faixa etária na rodada geral



No

gráfico 3, é evidenciada que a grande produtividade da forma prestigiada está inserida na faixa intermediária (Faixa II – 67%). Como nos diz Dante (2012) esse processo se dá, certamente, pelo fato do indivíduo, ao ser inserido no mercado de trabalho, alterar o seu comportamento linguístico devido às pressões sociais exercidas sobre ele, fazendo com que utilize mais a forma padrão.

No processo da aposentadoria, ao sair do mercado de trabalho, não mais sob pressões sociais, o indivíduo deixa de monitorar seu comportamento linguístico fazendo com que entre em uma zona proximal de uso de variantes linguísticas de quando era jovem. Isso justifica os maiores percentuais da forma inovadora nas faixas I e III, respectivamente 54% e 49% em relação à faixa intermediária (33%). Esse processo se repete pelas próximas gerações e, então, temos instaurada a variação estável.

Diante desse fato, nossa hipótese é refutada, pois, para que os resultados tivessem um perfil de uma mudança em progresso, o uso do subjuntivo deveria apresentar uma queda gradativa do uso do subjuntivo que partiria da Faixa III em direção a Faixa I, sendo esta, o que menos apresentaria a forma de prestígio.

Na Literatura Linguística, encontramos alguns resultados que corroboram com esses apresentados e outros que seguem outra direção:

(i) O resultado apresentado por Bianchet (1996) em relação a essa variável social na variação do subjuntivo apresenta-se como uma variação estável com os seguintes percentuais: jovens 70%, adultos 75% e velhos 73%.

(ii) A pesquisa realizada por Alves Neta (2006), no norte de Minas Gerais, registra que a geração mais jovem emprega menos a forma inovadora com peso relativo de .51 enquanto a geração mais velha favorece o uso dessa variante com o peso relativo de .61.

(iii) Carvalho (2007), ao analisar essa variável no contexto de presente do subjuntivo, registrou que a maior frequência do uso do subjuntivo se encontrou na fala dos mais velhos (P.R .73), sendo o P.R na fala dos adultos de .34 e na fala dos mais jovens de .54. Em contexto de uso do imperfeito do subjuntivo os percentuais entre os jovens e mais velhos se aproximam, 44% e 43% sendo o maior índice de uso do subjuntivo realizado pelos adultos (63%). Nos nossos dados, a produtividade maior do subjuntivo, também, se encontrou na faixa intermediária (67%).

Apesar de tecermos uma análise da variável faixa etária, estamos cientes que são resultados apresentados pelo *step-down*. Mas, como dizem Guy e Zilles (2007, p.214), “essas são conclusões que, obviamente, merecem ser apresentadas; a comunidade científica deve ter tal informação disponível para facilitar o avanço do conhecimento sobre o mundo.”

Na próxima seção, analisaremos os resultados da variável nível de escolaridade selecionada pelo programa GoldVarb.

5.1.2.3 Resultado da variável nível de escolaridade

O grupo de fator nível de escolaridade tem sido testado pelos pesquisadores a fim de averiguar a influência dessa variável no comportamento do falante no que alude o uso ou não uso da variante padrão.

Salientamos que, apesar de trabalharmos com o Português Popular, deixamos claro que sua definição, de acordo com Silva (2005), consiste na caracterização dos falantes no que alude a ausência de letramento ou pelo pouco letramento. Diante disso, levantamos a hipótese de que os informantes que foram submetidos ao mundo letrado, ainda que precário, utilize mais a forma do subjuntivo em relação àqueles que não foram inseridos no contexto escolar.

A seguir, exibimos a distribuição percentual e probabilística da variação do modo subjuntivo entre os informantes sem escolaridade e até 5 (cinco) anos de escolarização:

Tabela 10: Atuação da variável nível de escolaridade na variação do subjuntivo

MODO VERBAL	NÍVEL DE ESCOLARIDADE					
	Até 5 anos de escolarização			Sem escolaridade		
	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R
Subjuntivo	45	58	.528	11	50	.403
Indicativo	33	42	.472	11	50	.597
Total	78			22		
Significância	input					
0.008	0.566					

Os nossos dados revelam uma leve tendência dos falantes que foram inseridos no universo escolar apresentarem uma maior recorrência de uso da forma prestigiada (58%), embora, em termos probabilísticos, os falantes categorizados em até cinco anos de escolarização tenham uma produtividade de uso do subjuntivo que entra na zona de neutralidade estatisticamente (P.R .528). Em contrapartida, esse percentual diminui com os falantes que não receberam nenhum tipo de instrução (50% e P.R de 403).

Já discutimos, em linhas precedentes, que o universo escolar provoca mudanças no modo de falar porque o indivíduo tem contato com um ensino que privilegia e incute a variante de prestígio. “A escola move campanhas em prol da pureza do idioma, na variedade padrão [...]” (VOTRE, 2007, p. 52). A escola, a rigor, é considerada como uma instituição responsável por controlar e corrigir qualquer uso que foge à regra dos manuais gramaticais.

No *Corpus* analisado, percebemos a tendência dos falantes que tiveram acesso à cultura letrada, mesmo por um período curto de tempo, em produzirem mais o uso de formas do subjuntivo (forma de prestígio) em relação aos falantes que não tiveram nenhum tipo de instrução. Podemos observar essa correlação entre o grau escolaridade e o uso da forma de prestígio, também, em diversos outros estudos da Literatura Linguística:

(i) Bianchet (1996), ao eleger os fatores analfabeto a 1º grau (Nível I) e 2º grau a superior (Nível II), mostrou que o nível I faz uso menor de formas do subjuntivo com percentual de 58% (P.R .30) em relação ao Nível II com o resultado de 85% (P.R .66).

(ii) Alves Neta (2006), ao selecionar a variável nível de escolaridade, observou que, à medida que se aumentava o nível de escolaridade do informante, havia a tendência em se usar menos a forma do indicativo no lugar do subjuntivo como demonstram os resultados a seguir:

nível fundamental 54 % de forma do indicativo (P.R .70), nível médio 43% (P.R .45) de forma do indicativo e nível superior 20% (P.R .33) de forma do indicativo.

(iii) À semelhança das autoras supramencionadas, Lima (2012), ao considerar os fatores fundamental e médio, observou que, quanto maior o grau de escolaridade, o informante faz maior uso do subjuntivo: ensino fundamental 62% (P.R .22) e ensino médio 77% (P.R .46).

Outros trabalhos têm resultados diversificados dos mostrados até aqui. Vejamos:

(iv) Na pesquisa de Carvalho (2007), considerando o contexto de presente do subjuntivo, a pesquisadora constatou que a escola não exerce influência na aquisição de formas do subjuntivo: os falantes sem escolaridade mostraram a maior produtividade de uso do subjuntivo (.76) em relação aos falantes com 9 a 11 anos de escolarização (.64) e com mais de 11 anos de instrução (.52).

A autora, na rodada dos dados em contexto de uso do imperfeito do subjuntivo, atestou resultados parecidos com a rodada em contexto de presente do subjuntivo: os falantes sem nível de instrução apresentaram o mesmo percentual dos falantes com 9 a 11 anos de escolarização (50%). Os falantes de 1 a 4 anos de escolaridade produziram um índice mais elevado (65%) da forma padrão do que os falantes que tiveram de 5 a 8 anos de escolaridade (25%). E, os que tiveram maior nível de instrução, mais de 11 anos de escolaridade, exibiram apenas o percentual de 38%. Diante desses contextos analisados, a autora chega à conclusão de que não há uma correlação entre os anos de escolarização e o emprego do subjuntivo na sua amostra analisada.

(v) Meira (2006), ao analisar o uso variável do subjuntivo em contexto de relativa, constatou que, a escolarização precária no meio rural, não exerce influência na aquisição de formas do subjuntivo. Os analfabetos apresentaram um índice mais elevado (27%) de uso do subjuntivo em relação aos semianalfabetos (20%).

Os resultados dos trabalhos da Literatura Linguística também com relação a esse fator social são diversificados. Em nossos dados, notamos uma maior tendência de uso da forma de prestígio pelos falantes que tiveram até cinco anos de escolarização com uma diminuição dessa produtividade entre os falantes sem escolaridade.

5.1.2.4 Conclusão das variáveis extralinguísticas

Em linhas gerais, a partir do exposto, podemos afirmar que os dados de nossa pesquisa revelam que a variante mais prestigiada, encontra-se mais acentuada na fala das mulheres do que na fala do gênero/sexo masculino.

A variação do modo subjuntivo, em relação à faixa etária, mostra que o fato da forma padrão ser mais usada na faixa intermediária (Faixa II – adultos), sinaliza uma variação estável do nosso fenômeno linguístico.

Em relação à variável escolaridade, podemos depreender que o acesso ao mundo letrado, ainda que precário, foi um fator que influenciou para uma tendência mais produtiva do subjuntivo nos falantes que tiveram acesso ao universo escolar.

5.1.3 Resultado das variáveis não selecionadas

Nesta subseção, temos o intuito de apresentar, ainda que de forma superficial, os resultados das variáveis não selecionadas pelo *step*, retirados do *step-down*, nível 1.

Referente à variável tempo verbal da oração principal, a distribuição do subjuntivo entre os fatores presente do indicativo, pretérito perfeito do indicativo e pretérito imperfeito do indicativo mostrou-se com percentuais aproximados: 64%, 64% e 57%, respectivamente. Conjecturamos que o subjuntivo fosse se mostrar mais produtivo no tempo verbal do pretérito imperfeito da matriz, mas o peso relativo retirado do *step-down*, nível 1, de .444 mostra que esse tempo desfavorece o uso do subjuntivo como evidenciado na tabela 11.

Tabela 11: Atuação da variável tempo verbal da oração principal

MODO VERBAL	TEMPO VERBAL								
	Presente			Pretérito Perfeito			Pretérito imperfeito		
	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R
Subjuntivo	32	64	.522	7	64	.518	13	57	.444
Indicativo	18	36	.478	4	36	.482	10	43	.556
Total	50			11			23		

O grupo de fator tempo verbal da oração completiva foi eliminado por apresentar *knockOuts* em quase todos os fatores, restando apenas um fator.

Concernente a variável pessoa do verbo da oração matriz, esperávamos que o subjuntivo fosse favorecido pelo uso da terceira pessoa. Os pesos relativos demonstram que a forma do subjuntivo é mais produtiva na primeira pessoa com o percentual de 69% e peso relativo de .561. Na terceira pessoa, esse uso foi desfavorecido com o percentual de 52% e peso relativo de .387 conforme a tabela 12 abaixo:

Tabela 12: Atuação da variável pessoa do verbo da oração matriz

PESSOA DO VERBO	1ª PESSOA			3ª PESSOA		
	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R
Subjuntivo	37	69	.561	15	52	.387
Indicativo	17	31	.439	14	48	.613
Total	54			29		

A próxima subseção é destinada a análise da variação do subjuntivo, levando em consideração o contexto sintático de oração completiva.

5.2 RESULTADO DA VARIAÇÃO DO SUBJUNTIVO EM CONTEXTO DE ORAÇÃO COMPLETIVA

Nesta subseção analisaremos a variação do modo subjuntivo em contexto sintático de completiva. Primeiro discutiremos os resultados da amostra levando em consideração as variáveis linguísticas. Em seguida, prosseguiremos com a análise do ponto de vista das variáveis sociais. Finalizaremos com a apresentação dos resultados das variáveis não selecionadas pelo programa GoldVarb.

5.2.1 Resultado das variáveis linguísticas em contexto de completiva

Na primeira rodada dos dados em contexto sintático de oração subordinada substantiva após a retirada dos *KnockOuts*, o programa selecionou como estatisticamente relevantes as variáveis *estrutura da assertividade da oração* e *tipo de verbo da oração matriz*.

A fim de entendermos o motivo de nenhuma variável social ter sido selecionada na primeira rodada, resolvemos buscar respostas. Na segunda rodada dos dados, amalgamamos, no grupo de fator pessoa do verbo da oração matriz, a terceira pessoa do singular com a terceira pessoa do plural e à semelhança de Pimpão (2012), analisamos o uso do modo subjuntivo por informante e notamos que a realização mais produtiva desse modo verbal

estava na fala de (M.J.P.S)⁴⁹. Realizamos, então, a segunda rodada excluindo essa informante e, então, a variável nível de escolaridade foi selecionada.

O resultado percentual do total de 87 ocorrências em contexto sintático de oração subordinada substantiva encontra-se na tabela 13, a seguir:

Tabela 13: Modo indicativo x modo subjuntivo

Formas	
Subjuntivo	54 (62%)
Indicativo	33 (38%)
Total	87

Os resultados evidenciados na tabela 13 demonstram um percentual de 62% do uso do subjuntivo e 38% da forma indicativa. Vejamos alguns exemplos:

(39) Nem só! Bem que eu queria que SAÍSSE só, se saísse só me dava a chance pra mim sair só, né? (E.S.P)

(40) Eu quero agradecer a Deus e pedi a Deus, o Espírito Santo [que] INSPIRA cada vez mais em vocês... (M.C.A.O)

(41) Eu num quero casa bonita, num quero luxo, só quero que Deus num nunca me DEIXE faltar o pão. (M.J.P.S)

A seguir, analisaremos a variação do subjuntivo levando em consideração o *tipo de verbo da oração matriz*.

5.2.1.1 Resultado da variável tipo de verbo da oração matriz em contexto de completiva

Levantamos a hipótese de que o valor semântico da oração matriz exerce uma força entre a integração das cláusulas, isto é, o verbo da oração matriz condiciona a seleção do modo verbal na estrutura de complementação. O resultado probabilístico desse grupo de fator esta discriminado na tabela 14:

⁴⁹ A informante é mulher, pertence à faixa etária II, com grau de escolaridade – 3ª série. A informante realizou um total de 15 ocorrências com o uso da forma subjuntiva.

Tabela 14: Atuação da variável tipo de verbo da oração matriz em contexto de completiva

Tipo de verbo na matriz	Subjuntivo			Indicativo		
	Nº	%	P.R	Nº	%	PR
Volitivo	32	65	.562	17	35	.438
Existencial	2	67	.514	1	33	.486
Outros	2	67	.514	1	33	.486
Cognitivo	9	39	.367	14	61	.633
Total	45			33		
Significância	Input					
0.008	0.613					

Os nossos dados evidenciam que o uso do subjuntivo é favorecido sob o escopo de verbos volitivos com percentual de 65% e peso relativo de .562. Esses verbos se mostram os mais produtivos na amostra analisada com um total de 49 ocorrências. Os verbos existenciais com um total de 2/3 apresentam um percentual de 67% e peso relativo de .514 seguidos de 2/3 de outros verbos (ser, ir) com, também, 67% e peso relativo de .514. O uso do subjuntivo é desfavorecido sob escopo dos verbos cognitivos com percentual de 39% e peso relativo de .367.

Na rodada geral dos dados em contexto sintático de oração subordinada substantiva e parentética, a variável *tipo de verbo da oração matriz*, também, foi selecionada e na seção 5.1.1.2 apresentamos alguns trabalhos da Literatura Linguística nos quais evidenciaram que o subjuntivo é favorecido sob o escopo de verbos volitivos: Meira (2006) - 43%; Carvalho (2007) - 95%, P.R .98; Pimpão (2012) - 95%, P.R .896). Aqui, acrescentamos o trabalho de Vieira (2007) desenvolvido na cidade de Natal. A autora registra, também, que o subjuntivo é favorecido sob o escopo de verbos volitivos (41%) apresentando o maior índice nessa categoria em relação aos verbos emotivos (9,6%), de opinião (24,1%) e outros verbos (25,3%) em orações completivas introduzidas pelo *que*.

O resultado demonstrado pelo grupo de fator *tipo de verbo na matriz* atesta a nossa hipótese de que o valor semântico do verbo da matriz exerce influência na seleção do modo verbal na estrutura de complementação. Na próxima subseção analisaremos a variação do modo subjuntivo no grupo de fator *modalidade na oração matriz*.

5.2.1.2 Resultado da variável modalidade na oração matriz em contexto de completiva

Tabela 15: Atuação dos submodos deôntico e epistêmico em contexto de completiva

Modalidade na oração matriz	Subjuntivo			Indicativo		
	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R
Deôntico	26	67	.595	13	33	.405
Epistêmico	13	48	.434	14	52	.566
Total	39			27		
Significância	Input					
0.005	0.519					

No grupo de fator modalidade na oração matriz, o submodo deôntico teve um percentual de 67% e P.R de .595 e o submodo epistêmico 48% e P.R de .434. Na seção da rodada geral dos dados, abordamos com mais ênfase a respeito dessa variável. Apesar desse grupo de fator não ter sido selecionado nem em contexto geral, nem em contexto de completiva, ele tem uma relação direta com o grupo *tipo de verbo da oração matriz*, pois os valores semânticos dos verbos manifestam as noções das modalidades (epistêmica, deôntica): preferência, intento, desejo, incerteza etc.

O maior peso relativo no grupo de fator *tipo de verbo da oração matriz* (cf. 5.2.1.1), em contexto de completiva, instaurou-se na categoria dos verbos volitivos (P.R .562) que pertence a modalidade deôntica, esta com o maior peso relativo (.595) em relação ao submodo epistêmico (.434), como evidenciado na tabela 15.

Diante desse fato, podemos afirmar que, no presente estudo, o submodo deôntico favorece o uso de formas do subjuntivo enquanto o submodo epistêmico desfavorece o uso desse modo verbal em contexto sintático de oração completiva.

5.2.1.3 Resultado da variável estrutura da assertividade da oração em contexto de completiva

Tínhamos uma hipótese norteadora de que o escopo da negação nas cláusulas favoreceria o emprego do subjuntivo na estrutura de complementação. Os resultados evidenciados na tabela 16, no entanto, levam-nos a outra direção.

Tabela 16: Atuação da variável estrutura da assertividade da oração em contexto de completiva

FATORES	MODO VERBAL					
	Subjuntivo			Indicativo		
	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R
Afirmção na matriz e na oração completiva	49	71	.565	20	29	.435
Negação na matriz e afirmação na completiva	3	38	.277	5	62	.723
Afirmção com negação na oração completiva	2	29	.185	5	71	.815
Total	54			30		
Significância 0.008	Input 0.613					

Os nossos dados revelam que a cláusula que contem o operador de negação, desfavorece o uso do subjuntivo. Vejamos os resultados: O fator “Negação na matriz e afirmação na completiva” desfavorece o uso do subjuntivo com o percentual de 38% e peso relativo de .277. O fator “Afirmção com negação na oração completiva” mostra-se com o percentual de 29% e peso relativo de .185, também, desfavorecendo o uso desse modo verbal.

Em relação às asserções afirmativas, o percentual de 71% e peso relativo de .565 favorece o uso do subjuntivo. Com isso, concluímos que o escopo da negação não exerce influência no favorecimento do uso de formas do subjuntivo na oração encaixada no *Corpus* PPVC.

Vimos na rodada conjunta (contexto de completiva e contexto de parentética) que no grupo *assertividade da oração* as asserções afirmativas favoreceram o uso do subjuntivo e que no fator *afirmação na matriz e na oração completiva* esse condicionamento tinha uma relação com o tipo de verbo da oração matriz. Aqui, reforçamos esses resultados: das 49 ocorrências no fator *afirmação na matriz e na oração completiva*, 28 são construções afirmativas com uso de verbo volitivo na matriz o que equivale a 57% de uso da forma do subjuntivo como mostra a tabela 17 a seguir.

Tabela 17: Uso do subjuntivo em asserções afirmativas em contexto de completiva

Afirmção na matriz e na oração completiva	Subjuntivo	
	Nº	%
Volitivo	28	57
Outros	21	43
Total	49	

Dessa forma chegamos à conclusão de que a asserção afirmativa é *locus* que favorece o subjuntivo e tem uma inter-relação com o tipo de verbo da oração matriz (verbos volitivos).

5.2.1.4 Conclusão das variáveis linguísticas em contexto de oração completiva

Os dados de nossa pesquisa revelam que o subjuntivo é condicionado pelo valor semântico do verbo da matriz que exerce uma força de integração entre as cláusulas - principal e subordinada, sendo, dessa forma, propulsor na seleção do modo verbal da encaixada.

O subjuntivo mostrou-se mais produtivo na categoria dos verbos volitivos que pertencem à modalidade deôntica e o maior índice da forma de prestígio apresentou-se nesse submodo, enquanto, na modalidade epistêmica, o uso desse modo verbal foi reduzido consideravelmente.

O escopo da negação nas asserções não é um fator que favorece o subjuntivo na completiva na amostra analisada, mas a maior produtividade desse modo verbal encontra-se nas asserções afirmativas como ambiente favorecedor das formas subjuntivas. Esse fato, em relação às orações completivas, é influenciado pela presença dos verbos volitivos na frase superior, condicionando, assim, o uso do subjuntivo na estrutura de complementação.

Na próxima subseção, analisaremos os contextos de variação do subjuntivo a partir das variáveis sociais.

5.2.2 Resultado das variáveis extralinguísticas em contexto de completiva

Apesar de somente a variável escolaridade ter sido selecionada, também, apresentaremos os resultados das variáveis gênero/sexo e faixa etária em contexto sintático de oração completiva.

5.2.2.1 Resultado da variável gênero/sexo em contexto de completiva

Os resultados da atuação da variável gênero/sexo estão evidenciados na tabela 18, abaixo.

Tabela 18: A atuação da variável gênero/ sexo em contexto de completiva

MODO VERBAL	GÊNERO/ SEXO					
	Feminino			Masculino		
	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R
Subjuntivo	26	61	.577	13	57	.359
Indicativo	17	39	.423	10	43	.641
Total	43			23		
Significância	<i>input</i>					
0.000	0.605					

Em termos percentuais, embora os dados revelem pouca diferença no uso da variante prestigiada entre a fala das mulheres e dos homens, podemos observar uma tendência do sexo/gênero feminino em utilizar mais a forma padrão com o percentual de 61% enquanto o sexo/gênero masculino tem uma produtividade de 57% .

Em termos probabilísticos, o peso relativo de .577 indica que o fator gênero/sexo feminino favorece o uso do subjuntivo comparado ao peso relativo de .359 referente ao gênero/sexo masculino.

Com isso, concluímos que, na comunidade de fala de Vitória da Conquista, a forma do subjuntivo mostrou-se mais recorrente entre falantes do gênero/sexo feminino do que entre os falantes do gênero/sexo masculino em contexto de completiva.

Na próxima subseção, analisaremos os resultados obtidos da variação do subjuntivo em relação à variável faixa etária.

5.2.2.2 Resultado da variável faixa etária em contexto de completiva

Como assinalamos na seção 4, esperávamos que o grupo etário mais jovem realizasse com maior frequência a forma do indicativo, corroborando, assim, para testarmos a hipótese levantada de que a variação do subjuntivo sinaliza uma mudança em progresso no *Corpus* PPVC. No entanto, os resultados a seguir não atestam a nossa hipótese.

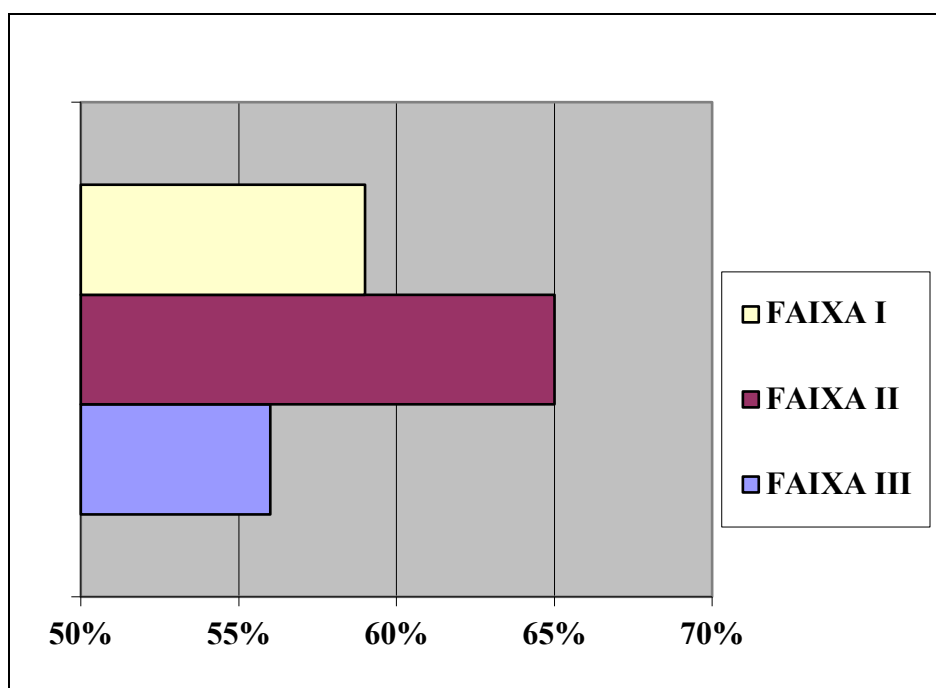
Tabela 19: Atuação da variável *faixa etária* em contexto de completiva

MODO VERBAL	FAIXA ETÁRIA								
	Faixa I (15 a 35)			Faixa II (36-70)			Faixa etária III (+de 70)		
	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R
Subjuntivo	10	59	.509	11	65	.594	18	56	.445
Indicativo	7	41	.491	6	35	.406	14	44	.555
Total	17			17			32		
Significância	input								
0.013	0.531								

A

nalizando os resultados da tabela 19, referentes ao comportamento variável do subjuntivo entre os falantes da comunidade conquistense considerando a faixa etária, observamos que os maiores índices da forma inovadora se concentram na fala dos mais jovens (41%) e na fala dos mais velhos (44%). Isso somado ao fato da maior produtividade do subjuntivo se encontrar na Faixa intermediária (65% e P.R .594) sinaliza uma variação estável. Esses resultados são melhores visualizados no gráfico abaixo:

Gráfico 4: Variação do subjuntivo no grupo de fator faixa etária em contexto de completiva



Diante dos resultados visualizados no gráfico 4, utilizamos a mesma explicação dada no tratamento dessa variável na rodada geral dos dados. O fato de a faixa intermediária

realizar em maior índice a forma de prestígio (65%) tem relação com às pressões sociais sofridas pelo indivíduo quando ele é inserido no mercado de trabalho, levando-o, dessa forma, ao uso da forma considerada de prestígio, conforme já discutimos na subseção 5.1.2.2. Na próxima subseção, daremos sequência à análise da variação do subjuntivo considerando a variável extralinguística nível de escolaridade.

5.2.2.3 Resultado da variável nível de escolaridade em contexto de completiva

O universo escolar tem o papel de preservar a língua padrão, por isso acreditamos que, o indivíduo que teve contato com algum nível de instrução tenda a utilizar mais a forma de prestígio. Discutimos sucintamente, na subseção 5.1.2.3, a influência exercida, de alguma forma, pelo universo escolar sobre o indivíduo e, nos resultados, distribuídos na tabela 20, há a sinalização dessa afirmação.

Tabela 20: Atuação da variável nível de escolaridade em contexto de completiva

MODO VERBAL	NÍVEL DE ESCOLARIDADE					
	Até 5 anos de escolarização			Sem escolaridade		
	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R
Subjuntivo	28	61	.573	11	55	.336
Indicativo	18	39	.427	9	45	.664
Total	46			20		
Significância	input					
0.001	0.528					

Os nossos dados reforçam o que foi evidenciado na rodada conjunta dos dados (subseção 5.1.2.3) de que o ensino sistematizado influencia o uso da forma padrão (61% e P.R .573). Com esses resultados, nossa hipótese de que os falantes que foram inseridos no universo escolar e tiveram contato com a aprendizagem formal, ainda que precária, produziram em maior índice formas do subjuntivo, foi atestada na rodada em contexto sintático de oração subordinada substantiva.

Já os falantes sem escolaridade são os que menos utilizam a forma do subjuntivo com o percentual de 55% e peso relativo de .336, indicando, dessa maneira, que esse fator desfavorece o uso desse modo verbal.

5.2.2.4 Conclusão das variáveis extralinguísticas em contexto de completiva

Em consenso com a análise da variável gênero/sexo, os resultados do nosso estudo no contexto de completiva mostram que as mulheres tendem a fazer mais uso da forma de prestígio do que os homens. Esse fato tem uma relação com a inserção da mulher no mercado de trabalho que resulta no contato com diversos grupos sociais, influenciando, dessa forma, no seu comportamento linguístico.

Os nossos dados também revelam que, a forma de prestígio se concentrou na faixa intermediária (adultos) e que a forma estigmatizada foi mais usada pelos jovens e idosos, sinalizando, dessa forma, uma variação estável.

Evidenciamos, ainda, que os informantes que tiveram acesso ao ensino sistematizado, ainda que precário, fizeram mais uso da forma subjuntiva dos que aqueles sem escolaridade.

A seguir, apresentaremos, de maneira breve, os resultados das variáveis desconsideradas pelo programa GoldVarb.

5.2.3 Resultados das variáveis não selecionadas em contexto de completiva

Apenas para contribuir para os arquivos das ciências, apresentaremos, aqui, os resultados gerados pelo *step-down*, sem grandes intenções de uma análise mais detalhada.

Na variável tipo de oração substantiva, o maior índice de uso do subjuntivo apresentou-se nas orações subordinadas substantivas subjetivas com percentual de 75% e P.R de .674, seguida das substantivas objetivas diretas com percentual de 59% e P.R de .501 e das substantivas objetivas indiretas com percentual de 33% e peso relativo de .257, conforme evidencia a tabela 21 abaixo.

Tabela 21: Atuação da variável tipo de oração substantiva em contexto de completiva

MODO VERBAL	TIPO DE ORAÇÃO								
	Subjetivas			Objetivas diretas			Objetivas indiretas		
	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R
Subjuntivo	3	75	.674	35	59	.501	1	33	.257
Indicativo	1	25	.326	24	41	.499	2	67	.743
Total	4			59			3		

Em relação a variável tempo verbal da oração principal, a maior produtividade do subjuntivo se instaurou no tempo pretérito perfeito do indicativo com 64% e P.R de .541. O presente do indicativo mostrou-se com um índice de 60% e P.R de .503 e o pretérito imperfeito do indicativo apresentou um percentual de 57% e P.R de .474.

Tabela 22: Atuação da variável tempo verbal da oração principal em contexto de completiva

MODO VERBAL	TEMPO VERBAL								
	Presente			Pretérito Perfeito			Pretérito imperfeito		
	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R
Subjuntivo	18	60	.503	7	64	.541	12	57	.474
Indicativo	12	40	.497	4	36	.459	9	43	.526
Total	30			11			21		

Esperávamos que o subjuntivo fosse mais realizado com o tempo pretérito imperfeito, mas observamos que, em termos percentuais, os valores supramencionados, entre os três tempos, mostraram-se aproximados. Seguem alguns exemplos desse tipo de variável:

(42) [...] qué0 que nór MORA lá e ALUGA aqui. (C.D.S) (presente do indicativo)

(43) [...] nunca pensei que IA PASSÁ por aquilo assim. (G. N.B) (pretérito perfeito do indicativo)

(44) [...] ela não queria que a gente FOSSE [...] (S.J.S)

O grupo de fator tempo verbal da oração completiva foi eliminado por causa de *KnockOuts* em quase todos os fatores, restando, assim, um único fator.

Concernente a variável pessoa do verbo da oração matriz, o subjuntivo foi mais usado no fator primeira pessoa, com percentual de 64% e P.R de .555, refutando, assim nossa hipótese de que esse uso seria mais produtivo na terceira pessoa. Nesta pessoa verbal o percentual foi menor com 50% e P.R de .412, conforme resultado na tabela 23 a seguir.

Tabela 23: Atuação da variável pessoa do verbo da oração matriz em contexto de completiva

PESSOA DO VERBO	1ª PESSOA			3ª PESSOA		
	Nº	%	P.R	Nº	%	P.R
Subjuntivo	25	64	.555	12	50	.412
Indicativo	14	36	.445	12	50	.588
Total	39			24		

Na próxima seção, analisaremos a variação do subjuntivo em contexto sintático de oração parentética.

5.3 RESULTADO DA VARIAÇÃO DO SUBJUNTIVO EM CONTEXTO DE ORAÇÃO PARENTÉTICA

O número de ocorrências no contexto de oração parentética introduzida pelo *que* se apresentou de uma forma reduzida, por isso optamos em não submeter ao sistema analítico.

As orações parentéticas ou chamadas de orações intercaladas por Almeida (2009) são tratadas de uma forma bastante breve nas Gramáticas Normativas. Bechara (2004) registra que essas orações constituem casos particulares de emprego do subjuntivo. No entanto, na nossa amostra encontramos o uso variável desse modo verbal. Observemos os exemplos:

(45) DOC: Algum fato que aconteceu assim engraçado, interessante?

INF: Não, que eu LEMBRO, num tem nada. Tem nada engraçado não. (J.C.S).

(46) DOC: Moro0 na roça quanto tempo?

INF: Bom, é:: uns doze anos, mais o0 menos, que eu me LEMBRO, tinha doze ano0! (S.J.S).

(47) DOC: É mais de brinca0 de bola, mesmo, né? Brinca0 de bola, os meninos, né? Só, só bola?

INF: Só bola mesmo, que eu me LEMBRO, só bola. (S.J.C).

Nos excertos supramencionados, o verbo factivo *lembrar* é usado na forma indicativa em contexto de subjuntivo, mas o seu valor intrínseco tem a mesma função exercida pelo subjuntivo que é a de implicar incerteza do fato veiculado.

Apesar do verbo *lembrar* está inserido na categoria dos verbos factivos⁵⁰, que faz com que o fato expresso seja tomado como verdadeiro, esse verbo não assume esse traço de factividade no *Corpus* em análise. Pimpão (2012) sinaliza esse fato em sua pesquisa, ao

⁵⁰ Segundo Neves (2000, p. 32), “chamam-se factivos os predicados que tem a propriedade de implicar, por parte do falante, a pressuposição de que a proposição completiva é factual (isto é, o fato expresso na oração completiva é verdadeiro).”

trabalhar nesse contexto sintático (orações parentéticas) com os verbos factivos *conhecer*, *lembrar* e *saber*, encontrados na sua amostra analisada. A autora afirma que esses verbos recebem uma nova ressignificação em contexto de oração parentética “ainda que não percam totalmente a característica da factividade, uma vez que o ambiente discursivo em que ocorrem remete a situações conhecidas e/ou experienciadas pelo informante. (PIMPÃO, 2012, p.268).

Nos nossos dados, quando o verbo *lembrar* é utilizado, em contexto de oração parentética, no processo discursivo, o falante tem o intuito de relativizar a informação para que não seja tomada de maneira categórica. Observemos alguns exemplos retirados do *Corpus PPVC*:

(48) DOC: Lembra de alguma viagem?

INF: Não, que eu LEMBRO não.

(49) DOC: Todo mundo usava vestido?

INF: É, tudo de vestido e na saia, aquelas jovens vestia uma saia bonita... o nome do desfile era Burgariana, aquela saia bonita, florada, né, era que as jovens usava, e outra coisa, era saia com... que eu me LEMBRE, todas usavam aquela que chamava saia de argudão. (J.A.P)

Analisando a ocorrência (49), quando é perguntado para o informante se todo mundo usava vestido, é enunciado, primeiramente, que todas as jovens vestiam vestido e saia. No decorrer do discurso, o falante caracteriza o tipo de saia (floral) e, em seguida, prossegue tentando relativizar a informação com o uso de uma oração parentética (que eu me lembre...), afirmando que todas as mulheres usavam a chamada saia de algodão, mas passando para o ouvinte que não se tinha tanta certeza de sua resposta. Casos analisados assim em que o falante não quer se comprometer com o teor do enunciado também são encontrados em Pimpão (2012).

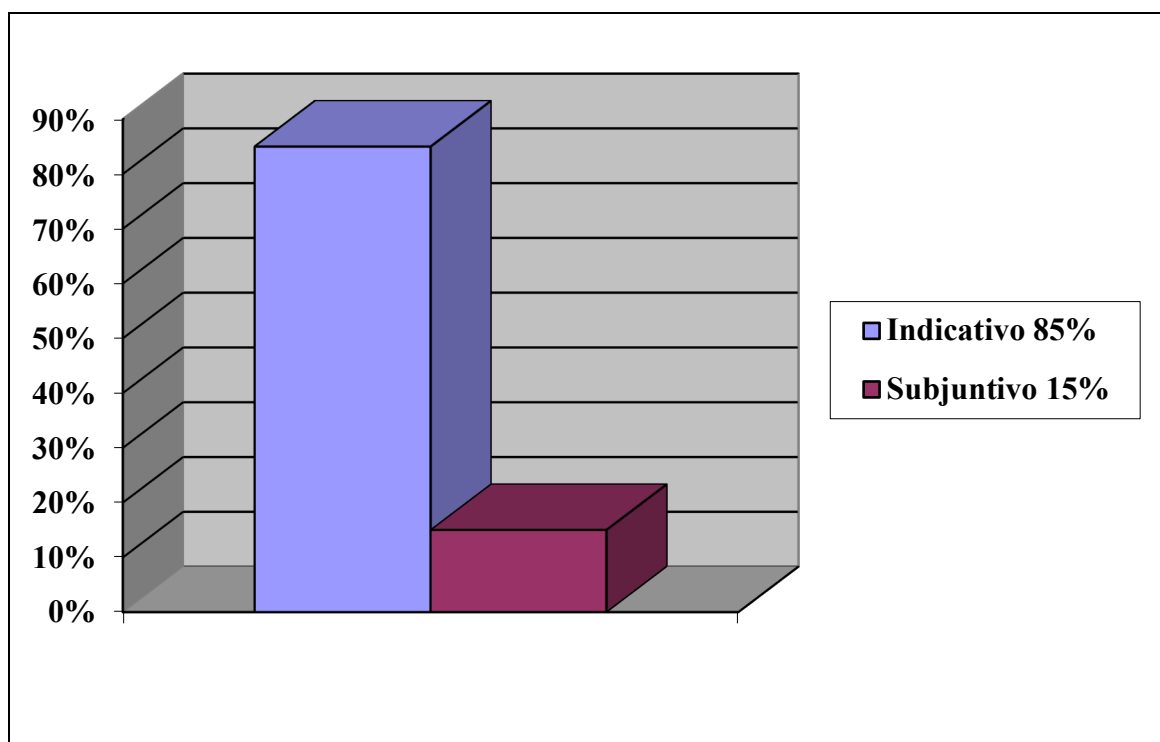
A tabela 24, abaixo, mostra os resultados percentuais da variação do modo subjuntivo nas orações parentéticas.

Tabela 24: variação do subjuntivo em contexto de parentética

Formas	
Subjuntivo	2 (15%)
Indicativo	11 (85%)
Total	13

Os resultados exibidos na tabela 24 evidenciam um alto índice percentual do indicativo (85%) enquanto o subjuntivo teve uma produtividade de apenas 15%. Para uma melhor visualização, apresentamos esses resultados no gráfico 5, a seguir.

Gráfico 5: Variação do subjuntivo em contexto de oração parentética



O resultado visualizado no gráfico 5 é efeito de 11/13 ocorrências com o uso da forma indicativa (85%) e 2/13 ocorrências com o uso da forma subjuntiva (15%).

Na pesquisa realizada por Pimpão (2012), nas cidades de Florianópolis e Lages, a autora encontrou uma produtividade de 73% de uso do subjuntivo em contexto de parentética na rodada conjunta das duas cidades. Na rodada separada, Florianópolis apresentou-se com um percentual de 57% e Lages com um percentual de 87%.

A despeito do tipo de verbo utilizado nas construções em contexto sintático de oração parentética, todos os nossos dados foram realizações com o verbo *lembrar*. Em Pimpão (2012), o verbo *lembrar* mostrou-se, também, bastante recorrente com um total de 6/10 ocorrências com uso de 60% da forma subjuntiva referente à rodada geral das cidades de Florianópolis e Lages quando comparado ao verbo conhecer 1/1 e saber 4/4 na sua amostra estudada.

O número de dados em contexto sintático de oração parentética com o total de 13 ocorrências em 24 entrevistas mostrou-se bastante considerável quando comparado com os

encontrados por Pimpão (2012): 15 ocorrências em um total de 48 entrevistas distribuídas entre as cidades de Florianópolis e Lages.

Em termos gerais, temos 15% de uso do presente do subjuntivo e em Pimpão (2012) 73% desse uso. Um resultado bastante dispar. O uso da forma indicativa em contexto de subjuntivo mostrou-se de uma forma bastante expressiva no *Corpus* PPVC com um elevado grau de variação do modo subjuntivo.

Na próxima seção, apresentaremos os resultados da variação do subjuntivo a partir da variável estrutura da assertividade da oração.

5.3.1 Resultado da variável estrutura da assertividade da oração em contexto de parentética

Na rodada reunindo os contextos sintáticos de orações completivas e parentéticas, o escopo da negação não foi um fator que condicionou o uso do subjuntivo. Na rodada em contexto de completiva, também, mostrou-se sem significância. E, no contexto de parentética, do mesmo modo, esse fator não exerce influência no uso desse modo verbal como podemos observar na tabela 25.

Tabela 25: Atuação da variável estrutura da assertividade em contexto de parentética

FATORES	MODO VERBAL			
	Subjuntivo		Indicativo	
	Nº	%	Nº	%
Que eu (lembre)	2	29	5	71
(não) que (não)	-	-	6	100
Total	2		11	

Na tabela 25, podemos depreender que as asserções negativas não favorecem as formas do subjuntivo. Nas sentenças com o fator (não) que (não) houve o uso categórico do indicativo. Pesquisa realizada por Pimpão (2012) aponta que esse fator relacionado à oração parentética despontou como um condicionador para o uso categórico do subjuntivo nas cidades de Lages e Florianópolis. Ela atestou que, sem o fator negação na oração, havia o desfavorecimento do uso desse modo verbal, apresentando, respectivamente, os seguintes pesos relativos para as cidades: .076 e .003. A pesquisadora, ainda, constatou que, na amostra

referente à oração parentética, na fala de Florianópolis, o verbo *lembrar* mostrou-se sensível ao fator negação apresentando um quadro categórico de uso do subjuntivo.

Vimos que em todas as rodadas realizadas o fator negação não favoreceu o uso do subjuntivo, refutando, dessa maneira, a nossa hipótese levantada de que esse fator na sentença favoreceria o uso desse modo verbal.

Apesar do número de dados em contexto de parentética não ter sido considerável, observamos algumas características, na nossa amostra, que são semelhantes as encontradas na pesquisa de Pimpão (2012): (i) uso da primeira pessoa do singular, (ii) expressão da subjetividade por parte do falante, (iii) caracterização realizada pelo uso do verbo *lembrar*. Frisamos que, na pesquisa de Pimpão (2012), destacaram-se, além do verbo *lembrar*, os verbos *saber* e *conhecer*.

Salientamos que, na nossa amostra analisada, as orações parentéticas mostraram-se sensível ao uso do presente do indicativo. Diferentemente, Pimpão (2012) registra que, nos seus dados, a oração intercalada mostrou-se ambiente propício para o uso do presente do subjuntivo.

Os nossos dados revelam que a oração parentética é uma estratégia utilizada pelo falante para relativizar o teor do conteúdo proposicional veiculado. Sendo assim, o seu enunciado não é tomado de maneira categórica. Como estão nas grandes lições funcionalistas, são recursos que os falantes buscam, para se expressar, e, nessa procura por uma melhor interação na comunicação, encontramos as formas indicativas e subjuntivas em plena competição.

De fato, o estudo das orações parentéticas pode ser melhor explorado com o aumento de número de informantes e, na extensão dessa análise, com a utilização de outras variáveis que não puderam ser exploradas aqui, devido o número reduzido de dados, ficando, dessa maneira, uma proposta a ser desenvolvida futuramente.

5.3.2 Conclusão da análise das orações parentéticas

Os nossos dados revelam que, a oração parentética é um contexto propício para o uso da forma inovadora (indicativo). Observamos, ainda, que o operador de negação não exerce influência na aquisição da forma do subjuntivo.

O uso da primeira pessoa do singular, o uso do presente (indicativo/subjuntivo) e o uso do verbo *lembrar* são características que se mostraram peculiares às orações parentéticas na nossa amostra analisada.

O que podemos observar na variação do subjuntivo em contexto de parentética é que no exercício da linguagem, a parentetização é acionada como uma maneira de transmitir sentidos, efeitos e intenções por parte do falante. Tratando-se desse recurso, os parênteses funcionam, no ato discursivo, como uma estratégia de interrupção no discurso, com o propósito de sinalizar por parte do falante que não se tem tanta certeza do que foi enunciado. E, em meio às motivações e intenções dos falantes, deparamo-nos com a variação/estratificação do subjuntivo refletindo o modo mais eficaz que o falante busca na negociação do sentido que se quer transmitir no processo de comunicação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central dessa dissertação foi a de investigar indícios de variação do modo subjuntivo no *Corpus* PPVV em oração completivas com o complementizador *que* e em orações parentéticas introduzidas pelo *que*. Para tanto, inicialmente, situamo-nos diante do fenômeno, apresentando a história do subjuntivo e os olhares que são lançados à alternância do subjuntivo e do indicativo na Língua Portuguesa, primeiramente, na Tradição Gramatical e, posteriormente, na Tradição Linguística.

Dando sequência à fundamentação teórica da nossa pesquisa, discutimos as teorias que nos ancorariam, a Sociolinguística, o Funcionalismo e, sobretudo, o Sociofuncionalismo. Feito esse percurso, apresentamos a metodologia utilizada e seguimos para a análise dos dados do *Corpus* PPVC.

Nessa pesquisa, utilizamos do aporte do Sociofuncionalismo, integrando os seguintes pressupostos: na perspectiva funcionalista, as noções de marcação; três dos cinco princípios de Gramaticalização estabelecidos por Hopper (1991): estratificação, divergência e persistência; e a modalidade na visão givoniana. E, na visão Sociolinguística, no estudo quantitativo, nossa análise se centrou na correlação dos fatores de ordem linguística (a variável tipo de oração, a variável modalidade na oração matriz; a variável tipo de verbo da oração matriz; a variável estrutura da assertividade da oração) e em fatores de ordem extralinguística (variáveis gênero/sexo, faixa etária e nível de escolaridade).

Vimos que o modo subjuntivo no *Corpus* PPVC é comumente utilizado em contexto *irrealis* no qual evidencia-se que um fato é tido como incerto ou desejável (modalidade epistêmica e modalidade deontica). O uso do subjuntivo para expressar essas noções é tão previsível e rotineiro pelos falantes que faz essa forma linguística se tornar inexpressiva pela alta frequência nesse contexto. Dessa forma, o uso da forma indicativa é uma estratégia acionada no exercício da linguagem pelos falantes, a fim de que as necessidades comunicativas atinjam seus efeitos nos diversos contextos de uso. Posto isso, o subjuntivo no *Corpus* PPVV, apresenta-se como a forma não marcada pela sua alta frequência e a forma indicativa como marcada.

O Processo de Gramaticalização do subjuntivo pode ser compreendido a partir de alguns princípios estabelecidos por Hopper (1991): no princípio da estratificação, em um mesmo domínio funcional, a forma indicativa emerge como uma nova camada exercendo função similar a da forma subjuntiva que é considerada a mais antiga nos ambientes sintático-semânticos sob controle, quais sejam orações completivas e parentéticas. A forma do

indicativo pode se gramaticalizar, mas a sua forma original (subjuntivo) pode se manter como um elemento autônomo (princípio da divergência) e no princípio da persistência o indicativo mantêm os traços semânticos da forma original (subjuntivo).

A modalidade é de grande relevância no estudo do subjuntivo, porque o modo subjuntivo tem maior domínio de realização nos *loci* submodo deôntico e submodo epistêmico (*irrealis*).

Em relação aos resultados quantitativos, do ponto de vista linguístico, na rodada geral, considerando os dados em conjunto das orações completivas e parentéticas, no grupo de fator *tipo de oração*, as orações subordinadas substantivas mostraram-se um contexto favorecedor do uso do subjuntivo em relação às orações parentéticas.

Nos demais resultados relacionados à rodada geral e em contexto de completiva, na variável *tipo de verbo da oração matriz*, os verbos volitivos favoreceram o uso do subjuntivo sendo essa categoria de verbo o mais produtivo nas duas amostras analisadas (rodada geral dos dados e em contexto de completiva). De fato, o verbo da oração matriz, exerce influência na integração das cláusulas – matriz/encaixada, condicionando, assim, o uso do subjuntivo na estrutura de complementação.

Em relação a variável *modalidade na oração matriz*, o subjuntivo teve sua maior produtividade no submodo deôntico, tanto na rodada geral como no contexto de completiva.

Concernente à variável *estrutura da assertividade da oração*, o escopo da negação nas cláusulas não condicionou o uso do subjuntivo. Diferentemente, foram nas orações afirmativas que se concentrou o maior uso das formas desse modo verbal. Em contexto de completiva, esse fato tem uma relação com a presença de verbos volitivos na oração matriz, influenciado, dessa maneira, na seleção do subjuntivo na oração encaixada.

No que alude às variáveis extralinguísticas, os resultados foram semelhantes na rodada geral e no contexto de completiva. O resultado da variação do subjuntivo em relação à variável gênero/sexo evidenciou que as mulheres têm uma tendência em usar mais a variante de prestígio em relação aos informantes do gênero/sexo masculino. Esse resultado condiz com a Literatura Sociolinguística, na qual há o registro de uma tendência do gênero/sexo feminino usar mais a forma de prestígio em sua comunidade de fala.

Os nossos dados revelam que a variação do subjuntivo em relação à faixa etária não constitui uma variação em progresso como havíamos aventado, mas é caracterizada como uma variação estável pelo fato da forma de prestígio se concentrar na faixa intermediária (adultos) e a forma inovadora encontrar-se na fala dos mais jovens e dos mais velhos.

Concernente à variável nível de escolaridade, o nosso estudo revelou que os informantes que tiveram acesso ao ensino sistematizado utilizaram mais a forma do subjuntivo do que aqueles sem escolaridade.

No contexto de oração parentética, o uso da forma inovadora apresentou-se em um índice percentual elevado e o operador de negação não exerceu influência na aquisição da forma do subjuntivo. Em termos gerais, as orações intercaladas apresentaram algumas características peculiares como o uso da primeira pessoa do singular, o uso do presente e o emprego categórico do verbo *lembrar* nas cláusulas.

Em linhas gerais, levando em consideração os fatores linguísticos e extralinguísticos no estudo do subjuntivo, o resultado dessa pesquisa, do ponto de vista da Sociolinguística, sinaliza uma variação estável e, do ponto de vista do funcionalismo, encontra respaldo no Processo de Gramaticalização tendo em vista que, conforme citado anteriormente, esse processo pode ser entendido através dos princípios da estratificação, da divergência e da persistência.

Por fim, fica em nós a certeza de que o estudo do subjuntivo não se encerra aos resultados apresentados aqui. Faz-se necessário que outros caminhos sejam percorridos através da extensão dessa pesquisa para outros contextos sintáticos (orações relativas e adverbiais) para que não só haja respostas para questões que porventura não emergiram ou ficaram encobertas, mas, também, que haja a audácia em nós pesquisadores, de trilharmos por caminhos desconhecidos a fim de que sejamos conduzidos a ter um novo olhar na pesquisa, trazendo, dessa forma, novas reflexões, novos questionamentos que, certamente, nos direcionarão/ instigarão na busca por novas respostas.

REFERÊNCIAS

- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística: Parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. V. 1. São Paulo: Cortez, 2001.
- ALMEIDA, Érica Sousa de. *Variação de uso do subjuntivo em estruturas subordinadas: do século XIII ao XX*. Tese (Doutorado). UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina*. 29.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- ALVES NETA, Ana. *O uso de formas do indicativo por formas do subjuntivo no português brasileiro*. Estudos linguísticos XXXV, p.258-267, 2006.
- ALVES, Rosana Ferreira. *A expressão de Modalidades típicas do subjuntivo em duas sincronias do português: século XVI e contemporaneidade*. Tese de Doutorado, UNICAMP, São Paulo, 2009.
- BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, p.46-47.
- BARROS, João de, 1496-1570. Grammatica da língua portuguesa / [João de Barros]. - Olyssipone : apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540. - 60 f.; 4º (20 cm). (Obtida da Biblioteca Nacional Digital de Portugal).
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BELINE, Ronald. A variação linguística. In: FIORIN, José Luiz. *Introdução a linguística*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 2.ed. São Paulo: Pontes, 1988.
- BIANCHET, S.M.G.B. *Indicativo e/ou subjuntivo em orações completivas objetivas diretas do português: um volta ao latim*. Dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 1996.
- BORGES NETO, José. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- CALVET, Louis-Jean. *Saussure: Pró e Contra: para uma linguística social*. São Paulo: Cultrix Ltda., 1975.
- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 44.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História da linguística*; tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

CARACINI, Maria José R. Faria. A manifestação da subjetividade. In: *Um fazer persuasivo: o discurso subjuntivo da ciência*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1991.

CARDOSO, Zelia de Almeida. *Iniciação ao latim*. 5. ed. São Paulo: Editora Afiliada, 2001.

CARVALHO, Dolores García; NASCIMENTO, Manoel. *Gramática histórica*. 15. ed. São Paulo: Ática, 1987.

CARVALHO, Hebe Macedo de. *A alternância indicativo/subjuntivo nas orações substantivas em função dos tempos verbais presente e imperfeito na língua falada do Cariri*. Tese de Doutorado, Fortaleza, 2007.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Eduardo Mário (Orgs.). *Manual de linguística*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAGAS, Paulo. A mudança linguística. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à linguística*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. *O tempo: nos verbos do português*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. IN: MARTELOTTA, Eduardo Mário (Orgs) *Manual de linguística*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.

CUNHA, Angélica Furtado da; COSTA, Marcos Antonio; CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de e MARTELOTTA, Eduardo Mário (Orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CUNHA, Angélica Furtado da. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo *et al.* *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2011.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. *Dados estatísticos*. Disponível em: <http://www.pmvc.ba.gov.br/v2/dados-estatisticos/>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

DUBOIS, Jean *et al.* *Dicionário de Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1973.

FERRAREZI JR., Celso; TELES, Iara Maria. *Gramática do brasileiro: uma nova forma de entender a nossa língua*. São Paulo: Globo, 2008.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. O emprego do subjuntivo e de formas alternativas na fala culta. In: PRETI, Dino. *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. Humanistas FFLCH: USP, 1999.

GUY, Gregory R; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GIVÓN, Talmy. *Syntax a functional: typological introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: an introduction*. v.1. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

GIVÓN, Talmy. *Compreendendo a gramática*. Natal: EDUFRN, 2011.

GONÇALVES [et al.]. Tratado geral sobre a gramaticalização. In: RODRIGUES [et al.]. *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; CARVALHO, Cristina dos Santos. Critérios de gramaticalização. In: RODRIGUES *et al.* *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GUIMARÃES, Maria Aparecida de Souza. *Variação na concordância nominal de número no português popular de Vitória da Conquista – BA: construções para compreensão da sócio-história do português no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Linguística). UESB, Vitória da Conquista, 2014.

HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (eds.). *Approaches to Grammaticalization: Focus on Theoretical and Methodological Issues*. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991, p. 17-35.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

KENEDY, Eduardo. Gerativismo. In: MARTELLOTA, Mario Eduardo et al. *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2011.

KOCH. I. G. V. A questão das modalidades numa nova gramática da língua portuguesa. *Estudos linguísticos*. Araraquara, São Paulo: 1986, p. 227-235.

KURY, Adriano da Gama. *Pequena gramática: para a explicação da nova nomenclatura gramatical*. 9. ed. rev. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, M^a Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LIMA, Joana Angélica Santos. *O presente do subjuntivo na fala de Salvador: um estudo variacionista*. Dissertação (Mestrado). UFMG, Belo Horizonte, 2012.

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso da linguística neste século*. Lisboa: Colibri, 1998.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; Ribeiro, Ilza. *O português Afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante. *A teoria da variação linguística: um balanço crítico*. Estudos linguísticos, São Paulo, v.41 (2), p. 793-805, maio-ago. 2012.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. São Paulo: Globo. [s.d]

LYONS, John. *Lingua(gem) e linguística: uma introdução*. Tradução Marilda Winkler Averburg, Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MAY, Guilherme Henrique. Discutindo o papel do funcional no sociofuncionalismo. Work. pap. linguist., Florianópolis, 10, jul. dez., 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/11788>. Acesso em 30 de maio de 2014.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Conceitos de gramática. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo *et al.* *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2011.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAURER JR., Theodoro Henrique. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MEIRA, Vivian. *O uso do subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro*. Dissertação (Mestrado em linguística). UFBA, Salvador, 2006.

MIRA MATEUS, Maria Helena *et al.* *Gramática da Língua Portuguesa*. 6. ed. Lisboa: Editora Caminho, SA, 2003.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

NARO, Anthony Julius. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

- NEVES, Maria Helena de Moura. *Uma visão geral da gramática funcional*. Alfa, São Paulo, 38: 109-127, 1994.
- NEVES, Maria Helena de Moura Neves. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Estudos funcionalistas no Brasil. *DELTA*: V. 15 special issue: São Paulo, 1999.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A modalidade. In: KOCK, Ingedore V. (org.). *Gramática do português falado*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- NEVES, Maria Helena de Moura Neves. Imprimir marcas no enunciado. Ou: a modalização na linguagem. In: *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2006, p.151-221.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- NUNES, José Joaquim Dr. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 8. ed. Porto: Imprensa portuguesa, 1975.
- PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolinguística brasileira. In: WEINREICH, Uriel; LABOV, William; Herzog, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno e Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- PAIVA, Maria da Conceição de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Expositiva: curso superior*. 109. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1926.
- PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 3. ed. São Paulo Ática, 1998.
- PEZATTI, Erotilde Gorete. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2011.
- PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. *Uma história de delimitações teóricas: 30 anos de semântica no Brasil*. D.E.L.T.A. v.15, n. especial, São Paulo, 1999.
- PIMPÃO, Tatiana Schwochow. *Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática*. Dissertação (mestrado). UFSC, Florianópolis, 1999.
- PIMPÃO, Tatiana Schwochow. *Presente do subjuntivo e presente do indicativo: um encontro na história*. Work. pap.linguíst., 10 (1): 1-16, Florianópolis, jan. jun., 2009.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow. *Uso variável do presente do presente no modo subjuntivo: uma análise de amostras de fala e escrita das cidades de Florianópolis e Lages nos séculos XIX e XX*. Tese (doutorado). UFSC, Florianópolis, 2012.

RAMOS, J. Sociolinguística Paramétrica ou Variação Paramétrica? In: HORA, D.; CHRISTIANO, E. *Estudos linguísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Ideia, 1999, p. 83-94.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SACCONI, Luís Antônio. *Nossa gramática: teoria e prática*. São Paulo: Atual, 1982.

SAID ALI, M. Gramática secundária e *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 8.ed. rev. e atual. por Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2001.

SARAIVA, Eneile Santos. *A construção TEM-SE no português brasileiro escrito: uma análise sociofuncionalista*. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística*. 34.ed. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916].

SILVA, Jorge Augusto Alves da. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do estado da Bahia*. Tese de doutorado: Salvador, 2005.

SILVA, Jorge Augusto Alves da; SOUSA, Valéria Viana. *Pelo “Sertão da Ressaca”*: contribuições para a compreensão da sócio-história do Português popular do Brasil. *Tabuleiro das letras, Bahia*, v.6, p.1-16, junho 2013.

STEFFLER, Adriano. *O uso do subjuntivo no português coloquial do Brasil e o processo de gramaticalização*. I CIPLON: Foz do Iguaçu - Brasil, 2010. Disponível em www.apeesp.com.br/web/ciplon/Arquivos/artigos/.../adriano-steffler.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

SOUSA E SILVA, Maria Cecília; KOCH, Ingedore Villaça. *Linguística Aplicada ao Português*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SOUSA, Valéria Viana. *Os (Des)caminhos do você: uma análise sobre a variação e mudança na forma, na função e na referência do pronome você*. Tese de doutorado: João Pessoa, 2008.

TARALLO, F. *Por uma Sociolinguística Românica Paramétrica: fonologia e sintaxe*. *Ensaios de Linguística*, n. 13, p. 51-84, 1987.

TARALLO, F.; KATO, M. *Harmonia trans-sistêmica: variação intra e inter-lingüística*. *Diadorim: Revista de Estudos Lingüísticos e Literários*, n. 2 (2006), p. 13-42, 1989.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sócio-lingüística*. 7.ed. São Paulo: Ática, 2004.

TAVARES, Maria Alice. *A gramaticalização de e, aí, daí, e então: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo funcionalista*. Tese (doutorado)- UFSC, Florianópolis, 2003.

TAVARES, Maria Alice. *Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística*. ed. Esp. ABRALIN/SE, Ano VIII, v. 17, p.27-48, 2013.

VIEIRA, Marta Mara Munguba. *Alternância no uso dos modos indicativo e subjuntivo em orações subordinadas substantivas: uma comparação entre o português do Brasil e o francês do Canadá*. Dissertação (Mestrado). UFRN, Natal, 2007.

VILELA, Mário; Koch, Ingedore Villaça. *Gramática da língua Portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso*. Coimbra: Almedina, 2001.

_____. *Vitória da Conquista Histórico* – IBGE/ Biblioteca. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/vitoriadaconquista.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2014.

VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

WALMIRIO, Macedo. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1991.

WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WEINREICH, Uriel; LABOV, Willian; Herzog, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno e Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ANEXOS



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
 Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL
 Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo
 &
 Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica

ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA

Abaixo, seguem sugestões de perguntas, topicalizadas por tema, que podem ser feitas na entrevista com o informante selecionado através do Perfil Social. É importante que: (1) sejam realizadas previamente a leitura e a seleção das perguntas; e que (2), quando necessário e desejado, as perguntas sejam reformuladas pelo entrevistador.

Infância:

1. Como foi a sua infância?
2. Você se lembra de alguma história interessante que tenha acontecido com você na sua infância? Ou você se lembra de alguma história interessante na sua infância com você, com sua família ou com alguém conhecido?
3. Como eram as brincadeiras na sua infância?
4. O que você acha das brincadeiras de sua época em relação às brincadeiras de hoje?
5. Na sua opinião, as crianças sempre se divertem independentemente do tipo de brinquedo, sempre se adaptam? Ou as crianças eram mais felizes antes que hoje ou o contrário disso são mais felizes hoje, porque têm mais recursos, do que antes?
6. No Brasil e na própria região onde moramos, há crianças que trabalham desde cedo. Você conhece alguém nessa situação?
7. O que você acha disso?

Localidade - bairro/ rua

1. Você sempre morou nesse bairro?
2. Você acha bom morar aqui? Por quê?
3. Você tem vontade de morar em outro lugar? Qual? Por quê?
4. Como é que é morar nesse bairro? É movimentado ou tranquilo? Você preferiria que fosse como?
5. E a vizinhança? Como ela é?

Localidade – cidade

1. O que você acha de morar em Vitória da Conquista? Por quê?

2. Você falou que gosta (ou que não gosta) de Micareta/ Carnaval. O que você costuma fazer nesse período?
3. Você falou que gosta (ou que não gosta) de São João. O que você costuma fazer nesse período?
4. Você tem vontade de morar em outro lugar? Qual? Por quê?
5. O que você acha do clima daqui? Você gosta ou não? Por quê?
6. E os conquistenses? O que você acha das pessoas que moram aqui?
7. Quando você viaja e passa um tempo fora, quando volta tem saudades de quê? Por quê?

Profissão:

1. Você trabalha em quê?
2. O que você faz no seu trabalho? Conte a sua rotina, um dia de trabalho.
3. É essa sua profissão?
4. Você tem vontade de trabalhar em outra coisa ou em outro lugar? Por quê?
5. Como foi a experiência para você do primeiro emprego?
6. Se fosse para você escolher hoje uma profissão, qual você escolheria? Por quê?
7. Você se lembra de algum fato interessante ocorrido no seu trabalho?

Escola:

1. Onde você estuda? Tem quanto tempo que estuda lá?
2. Quais foram os motivos que impediram/ que dificultaram que você estudasse?
3. Você gosta da escola? Por quê?
4. Você teve vontade de estudar?
5. Você acha o estudo interessante e importante? Por quê?
6. O que você acha da educação em Conquista?
7. Você vê diferença na educação de hoje e na educação de antes? Em que são diferentes?
8. Você se lembra de alguma história interessante que aconteceu na escola?
9. Qual é a disciplina que você mais gosta? Por quê?
10. Se você pudesse retirar uma disciplina da escola, qual você retiraria? Por quê?
11. Você pensa em fazer vestibular? Para quê?
12. Quais os motivos que contribuíram para você escolher esse curso?
13. O que você mais gosta (ou mais gostava) na escola?

Família:

1. Como é a sua família? Você tem quantos irmãos?
2. Como é que são seus pais? Fale um pouco sobre eles.
3. Como é que são seus irmãos? Onde moram? O que fazem?
4. Vocês passavam muito tempo juntos na infância? O que vocês faziam juntos?
5. Lembra de alguma história interessante vivida com a sua família na infância?
6. Lembra de alguma história interessante vivida com a sua família?
7. Lembra de alguma viagem? Conte.
8. Você tem filhos? Como é o seu relacionamento com eles?

9. O que você acha que faz por eles que seus pais não fizeram com você?
10. Você é casado (a), tem namorado (a)? Como vocês se conheceram?

Lazer:

1. O que você costuma fazer em Conquista nos finais de semana? Você costuma sair? Para onde?
2. O que costuma fazer nesse lugar?
3. Você disse que gosta de cinema/ novela. Tem algum (a) filme/novela em especial que tenha marcado você? Que você goste mais? Qual?
4. Conte um pouco a história dele (a).
5. O que você acha das opções de lazer em Conquista?
6. O que você acha que poderia melhorar?
7. Qual é a sua diversão preferida?
8. Qual é o estilo de música que você mais gosta? Por quê?
9. O que você acha dessas músicas atuais?
10. Qual é a sua religião? Fale um pouco a respeito dela.
11. Com relação à religiosidade, a sua família também pensa com você?
12. Costuma ler livros? Lembra de algum que tenha lido? Conte a história.

Pessoais:

1. Estudar e trabalhar para você são difíceis de conciliar? Por quê?
2. O que você acha da sua forma de falar? Por quê?
3. Você mudaria alguma coisa no seu jeito de falar?
4. Você acha que todos os brasileiros falam da mesma forma? Por quê?
5. Você conhece alguém que fala diferente de você? Como é essa diferença?
6. Você já teve alguma doença mais séria? Qual foi?
7. Você já esteve diante evento de morte de uma pessoa querida? Como foi?
8. Como você se sentiu?
9. Você já fez algo que se arrependeu depois? Conte.
10. O que mais magoa você?
11. Você tem algum sonho? Conte.
12. Se tivesse um cargo tipo presidente da república o que faria de imediato? Por quê?
13. O que você gostaria de ver publicado na manchete de um jornal?
14. Você gosta de novelas? Quantas costuma assistir diariamente? Qual é a que mais gosta na atualidade? Por quê?
15. Ao ler revistas, o que procura nas mesmas? Qual é o seu maior interesse nas revistas?
16. E futebol? Qual é o seu time? Gosta de assistir aos jogos pela televisão ou rádios? Por quê?
17. Costuma ir a estádios?
18. Como é assistir a um jogo em um estádio?
19. Costuma viajar nas férias?
20. Há algum lugar específico que sempre vai ou escolhe lugares diferentes?
21. O que você procura fazer quando viaja? Geralmente, qual é o motivo que o faz viajar: férias, ver amigos, visitar parentes, trabalhar, participar de eventos?
22. E esse São João? O que você fez nesse São João?
23. Tem planos para as próximas férias? Quais?



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – DELL
Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo
&
Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica

FICHA SOCIAL DO INFORMANTE

Número: _____ Data : _____ / _____ /20____
Entrevistador: _____ Local / Bairro : _____

1. Nome: _____

2. Endereço: _____

3. Telefone(s) para contato: _____

4. Data de nascimento:

5. Naturalidade:

6. Oriundo da : ☐ Zona urbana ☐ Zona rural

7. Há quanto tempo você mora nesse bairro?

8. Qual é a naturalidade dos seus pais?

PAI :

MÃE: _____

9. Há quanto tempo seus pais moram em Vitória da Conquista?

10. Você estuda?

() sim

() não

() nunca estudou

11. Qual a série?

12. Até que série estudou?

13. Por que não continuou os estudos? _____

14.Você trabalha? () sim () não

15. Em quê? _____
16. É essa a sua profissão? ☐ sim ☐ não
17. Você tem uma outra profissão? ☐ sim ☐ não
18. Qual é a sua profissão? _____
16. Você se sustenta sozinho(a)? ☐ sim ☐ não
17. Você recebe ajuda financeira de quem?
☐ família
☐ outros (quem)? _____
18. Qual a sua renda mensal aproximada (ou renda familiar)
Renda individual : _____
Renda familiar : _____
19. Além de você, quantas pessoas moram em casa?

20. Qual é a relação de parentesco que há entre vocês?
☐ parente (s) (indicar) : _____
☐ não parente (indicar): _____
21. Você costuma ver TV? ☐ sim ☐ não
22. Qual (is) programa(s) assistidos por você?
☐ novela Quais? _____
☐ notícias Quais? _____
☐ esportes Quais? _____
☐ outros Quais? _____
23. Você acompanha alguma novela ? Qual (quais)? _____
23. Você costuma ouvir rádio? ☐ sim ☐ não
24. Em que horário você ouve? _____
25. Qual(is) é/são o(s) programa(s) ouvido(s) por você? _____
26. Em média , quanto tempo do se dia você passa:
a) assistindo TV _____
b) ouvindo rádio _____
26. Você lê jornal?
☐ sim, diariamente ☐ não ☐ de vez em quando
27. Qual (is) jornal (is)? _____

28.Quais são as partes do jornal que você mais tem interesse?

29.Você gosta de ler revistas? () sim () não

30.Qual (is) revista (s)? _____

31. Você costuma usar internet? () sim () não

32. Onde? _____

33. Quanto tempo você costuma usar? _____

34. O que você costuma acessar (ver) na internet? _____

31.Você costuma ir ao cinema?

() sempre

() não

() de vez em quando

32.Qual tipo de filme você prefere?

() romance

() comédia

() drama

() suspense

() ação

() outros

33.Você se lembra de algum filme em especial?

33.Qual a sua diversão favorita? _____

34.Você gosta de micareta/carnaval? () sim () não

35.Você gosta de São João? () sim () não

36. Você gosta do Natal () sim () não

37.Você gosta de futebol? () sim () não

38.Qual time? _____

39.Você tem alguma religião? () sim () não

40.Qual é a sua religião? _____

41.Você é uma pessoa que

() nunca sai de Vitória da Conquista

- () só sai a negócio
- () sempre sai para passear

42. Passa muito tempo fora da cidade?

- () menos de um mês
- () mais de um mês (especificar)

Atitude: Receptivo/Extrovertido () Refratário/Introvertido ()

A IMPORTÂNCIA DESSA FICHA É:

- CONTRIBUIR PARA A SELEÇÃO DOS INFORMANTES DESEJADOS NA PESQUISA;
- CONTRIBUIR PARA A ELABORAÇÃO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA.